

3º CICLO

MESTRADO EM ENSINO DA GEOGRAFIA NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

A Perceção e Valorização dos Alunos e seus Familiares face aos Espaços Rurais e Tradições Agrícolas, no Município da Maia

Maria Manuel Serra Cruz Martins

M

2025/26



Maria Manuel Serra Cruz Martins

A Perceção e Valorização dos Alunos e seus familiares face aos Espaços Rurais e Tradições Agrícolas, no Município da Maia

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ensino da Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pela Professora Doutora Laura Maria Pinheiro de Machado Soares e pela Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ano 2025/2026



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

À avó Célia e ao avô Martins

Sumário

Declaração de honra / <i>Declaration of Honour</i>	7
Agradecimentos	8
Resumo	10
Abstract.....	11
Índice de Figuras	12
Índice de Tabelas.....	13
Índice de Gráficos.....	14
Introdução.....	15
1.Enquadramento Conceptual	19
1.1. O mundo rural na Geografia.....	19
1.2. Definição e evolução do conceito “Rural”	23
1.3. Breve história do concelho da Maia	32
1.3.1. Dos primórdios a finais do século XIII	32
1.3.2. Idade Moderna e Atualidade	35
1.3.3. Entre o urbano e o rural – evolução demográfica, setores de atividade e ocupação do solo 37	
1.3.3.1. Nota prévia.....	37
1.3.3.2. Evolução demográfica	39
1.3.3.3. Evolução do uso e ocupação do solo.....	41
1.3.3.4. Distribuição da população por setores de atividade	45
2.O núcleo de estágio.....	52
2.1. Caracterização da Escola Secundária do Castelo da Maia	52
2.1.1. Localização.....	52
2.1.2. Breve caracterização da Escola Secundária do Castelo da Maia	55
2.1.3. Objetivos do AECM	59
2.1.4. Oferta formativa	61
2.1.5. Alunos	64
2.1.6. Professores	68
2.2. Caracterização da turma alvo do projeto de investigação-ação	70
3.Metodologias aplicadas	72
3.1. Ficha de trabalho 1 e 2	72

3.2. Portfólio digital e esboço de paisagem	73
3.3. Inquérito por questionário aplicados à turma e aos familiares da turma	74
4. Análise e interpretação de resultados	74
4.1. Ficha de trabalho 1	74
4.2. Ficha de trabalho 2	75
4.3. Portfólio digital	77
4.4. Esboço da paisagem	78
4.5. Inquérito de caracterização da turma	79
4.6. Inquérito aos familiares	82
4.6.1. Nota prévia	82
4.6.2. Apresentação e análise dos resultados	83
Conclusão	96
Referências Bibliográficas	101
Anexos	106
Anexo 1	106
Anexo 2	107
Anexo 3	108
Anexo 4	108
Anexo 5	109
Anexo 6	110
Anexo 7	111
Anexo 8	112
Anexo 9	113
Anexo 10	114
Anexo 11	118
Apêndices	130
Apêndice 1	130

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a/o presente tese/dissertação/relatório é de minha autoria e não foi utilizada/o previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this thesis/dissertation/report is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) do presente relatório.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this report.

Julho de 2026

Maria Manuel Serra Cruz Martins

Agradecimentos

No fim deste percurso preciso de agradecer a quem nunca me abandonou e a quem tanto me ensinou. Sem estas pessoas o caminho não tinha sido feito de forma enriquecedora e feliz.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Laura Soares, que mesmo com todos os obstáculos que surgiram, auxiliou-me em todas as etapas com respeito e muito carinho.

Deixo também uma palavra de agradecimento à minha coorientadora, professora doutora Elsa Pacheco, por ter estado sempre disponível para me ajudar e apoiar em tudo o que precisei.

Ao meu orientador cooperante, o professor José Eduardo Pascoal, deixo uma palavra de sincero agradecimento por todo o apoio, disponibilidade e dedicação demonstrados ao longo deste ano letivo. Agradeço os ensinamentos, os conselhos e as estratégias partilhadas, que foram fundamentais para o meu desenvolvimento enquanto futura professora. O seu incentivo contribuiu para fortalecer ainda mais a minha paixão pela docência, mostrando-me o valor e a importância desta profissão tão desafiante quanto gratificante.

Ao meu pai que sempre me ajudou e apoiou ao longo desta caminhada e à minha mãe que esteve sempre disponível para me dar uma palavra amiga. Foram sempre eles os meus grandes exemplos de como ser uma professora com amor e disponibilidade para dar a todas as crianças e jovens.

À Ana que foi o meu exemplo de resiliência e à Rute que foi o meu exemplo de viver um dia de cada vez com leveza e descontração. Obrigada às duas por aguentarem sempre comigo e por serem as melhores irmãs e amigas do mundo.

À minha querida avó Célia que mesmo não tendo todas as suas capacidades de compreensão neste momento, sempre me encorajou a estudar e sempre foi o meu grande exemplo de amor. Ao avô Martins, que mesmo não estando presente sempre me deu sinais do caminho que tinha de seguir.

À tia Lina, que ao longo de todo este percurso me ouviu, aconselhou e incentivou a nunca desistir e a fazer aquilo que amo.

Ao Bruno, agradeço profundamente pela disponibilidade que teve este ano para me ajudar no que fosse preciso e por ouvir todos os meus desabafos. Sem o seu apoio, amizade e amor não teria sido possível chegar até aqui.

Ao Carlos, um especial agradecimento por sempre me ter incentivado a fazer aquilo que gosto e por me ajudar a chegar até aqui.

Aos meus restantes familiares, amigos e ao agrupamento 447 do CNE, o meu muito obrigada por todo o apoio e por estarem sempre lá para me animarem.

Um obrigada à Daniela e à Filipa que foram as que enfrentaram dias bons e menos bons sempre do meu lado.

O meu muitíssimo obrigado a todos os professores, funcionários e aos meus alunos, mas em especial à minha turma de 8º ano que sempre que se cruzava comigo tinha um sorriso e uma palavra amiga para me dar. Foram eles que tornaram esta jornada mais divertida e desafiante.

Para terminar, deixo aqui marcada a minha gratidão a Deus que sempre iluminou o meu caminho.

Um obrigada a todos, porque aqueles que passaram por mim, deixaram um pouco deles e levaram um pouco de mim.

Resumo

O presente relatório de estágio, foi desenvolvido no âmbito da unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional, no contexto da Prática de Ensino Supervisionado, do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário. A investigação decorreu na Escola Secundária do Castelo da Maia, no ano letivo de 2025/2026, tendo como contexto territorial o concelho da Maia.

A investigação teve como objetivo geral compreender a perceção e o grau de valorização que os alunos e respetivos familiares atribuem aos espaços rurais e às tradições agrícolas locais. De forma mais específica, procurou-se identificar o conhecimento dos alunos e famílias sobre o meio rural, analisar o seu grau de contacto com práticas e elementos agrícolas tradicionais e refletir sobre o papel do ensino da Geografia na valorização do património rural e da identidade territorial. O estudo foi desenvolvido com uma turma do 8º ano de escolaridade, recorrendo a diferentes instrumentos de recolha de informação, nomeadamente fichas de trabalho, elaboração de um portefólio digital com registos fotográficos, atividades de observação da paisagem e inquéritos por questionário aplicados aos alunos e aos seus familiares. Estes instrumentos permitiram recolher dados sobre o conhecimento, os hábitos de contacto e as perceções dos participantes relativamente aos espaços rurais do concelho da Maia.

Centrando-nos nos alunos, os resultados evidenciam que estes associam a Geografia aos espaços rurais e reconhecem alguns elementos que os caracterizam, apesar de revelarem um contacto direto reduzido com o mundo rural. A maioria dos alunos apresenta uma vivência predominantemente urbana, embora subsistam ligações indiretas ao rural através de familiares, hortas, quintais ou memórias intergeracionais.

Conclui-se que os espaços rurais continuam a possuir relevância educativa, cultural e territorial, embora surjam cada vez menos presentes no quotidiano das novas gerações. A Geografia assume, neste contexto, um papel fundamental na aproximação dos alunos ao território, promovendo a leitura crítica da paisagem, a compreensão das relações entre rural e urbano e a valorização do património agrícola local.

Palavras-chave: Espaços Rurais, Tradição, Geografia, Maia.

Abstract

This internship report was developed within the scope of the Introduction to Professional Practice curricular unit, in the context of Supervised Teaching Practice, of the Master's Degree in Geography Teaching in the 3rd Cycle of Basic Education and Secondary Education. The research took place at the Castelo da Maia Secondary School, in the 2025/2026 school year, with the municipality of Maia as the territorial context.

The general objective of the research was to understand the perception and degree of value that students and their families attribute to rural spaces and local agricultural traditions. More specifically, it sought to identify the knowledge of students and families about the rural environment, analyze their degree of contact with traditional agricultural practices and elements, and reflect on the role of Geography teaching in valuing rural heritage and territorial identity. The study was developed with an 8th-grade class, using different data collection instruments, namely worksheets, the creation of a digital portfolio with photographic records, landscape observation activities, and questionnaire surveys applied to students and their families. These instruments allowed us to collect data on the knowledge, contact habits, and perceptions of the participants regarding the rural spaces of the municipality of Maia.

Focusing on the students, the results show that they associate Geography with rural spaces and recognize some elements that characterize them, although they reveal a reduced direct contact with the rural world. Most students have a predominantly urban experience, although indirect connections with the rural remain through family members, gardens, backyards, or intergenerational memories.

It is concluded that rural spaces continue to have educational, cultural, and territorial relevance, although they appear less and less present in the daily lives of new generations. In this context, Geography plays a fundamental role in bringing students closer to the territory, promoting a critical reading of the landscape, an understanding of the relationships between rural and urban areas, and an appreciation of local agricultural heritage.

Key-words: Rural areas, Tradition, Geography, Maia.

Índice de Figuras

FIGURA 1- UNIDADES CURRICULARES OBRIGATÓRIAS E DE OPÇÃO DA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DA FLUP, DESTACANDO O PROGRAMA E OBJETIVOS DA GEOGRAFIA RURAL.	20
FIGURA 2 – PRODUTOS PROVENIENTES DA ATIVIDADE AGRÍCOLA, CLASSIFICADOS DE ACORDO COM A SUA NATUREZA ECONÓMICA.....	26
FIGURA 3- TIPOLOGIA DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DA MAIA	38
FIGURA 4 - EVOLUÇÃO E DENSIDADE DA POPULAÇÃO NA MAIA ENTRE 2001 E 2021	40
FIGURA 5- POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIA, EM 2001 E 2021	40
FIGURA 6- EVOLUÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ENTRE 1995 E 2018	42
FIGURA 7- ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO DO CONCELHO DA MAIA E LOCALIZAÇÃO DA ESCM	52
FIGURA 8- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CASTELO DA MAIA.....	54
FIGURA 9- COMPLEXO ESCOLAR DO CASTÊLO DA MAIA	55
FIGURA 10 - PERFIL EM PLANTA E ALGUNS ESPAÇOS INTERIORES E EXTERIORES DA ESCM	58
FIGURA 11 – OCUPAÇÃO DO SOLO NA MAIA EM 2018	82

Índice de Tabelas

TABELA 1- TEMAS, SUBTEMAS E CONCEITOS ASSOCIADOS À GEOGRAFIA RURAL NAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS DO 8º E 11º ANO DE ESCOLARIDADE	21
--	----

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1- DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SETORES DE ATIVIDADE EM 2021	45
GRÁFICO 2- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE	46
GRÁFICO 3- DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FREGUESIA, DOS SETORES DE ATIVIDADE EM 2021	47
GRÁFICO 4- Nº DE ALUNOS INSCRITOS NA ESCM NO 3º CICLO E ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2012/13 E 2024/25.....	65
GRÁFICO 5- NOTAS INTERNAS ATRIBUÍDAS PELA ESCM AOS SEUS ALUNOS RELATIVAMENTE ÀS NOTAS INTERNAS ATRIBUÍDAS POR OUTRAS ESCOLAS DO PAÍS A ALUNOS COM O MESMO PERFIL SOCIOECONÓMICO.....	66
GRÁFICO 6- PERCENTAGEM DE ALUNOS DO ENSINO PROFISSIONAL QUE CONCLUÍRAM O SEU PERCURSO DE FORMAÇÃO, ENTRE 2012/13 E 2024/25.....	67
GRÁFICO 7- Nº DE ALUNOS INSCRITOS NO ENSINO PROFISSIONAL DA ESCM E PERCENTAGEM DOS QUE CONCLUÍRAM A SUA FORMAÇÃO, ENTRE 2014/15 E 2022/23	67
GRÁFICO 8-EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO AECM, NOS VÁRIOS NÍVEIS DE ENSINO.....	68
GRÁFICO 9- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES DO 3º CICLO E DO ENSINO SECUNDÁRIO, POR VÍNCULO CONTRATUAL	70
GRÁFICO 10- IDADE DOS ALUNOS	71
GRÁFICO 11- ONDE RESIDEM E PASSAM MAIS TEMPO OS ALUNOS	80
GRÁFICO 12- FAMILIARES/ CONHECIDOS COM QUINTAL/ HORTA PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	81
GRÁFICO 13- IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA NO CONHECIMENTO DO ESPAÇO RURAL.....	82
GRÁFICO 14- CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE ESPAÇOS RURAIS NO CONCELHO DA MAIA.....	84
GRÁFICO 15- ESPAÇOS RURAIS QUE CONHECE OU JÁ VISITOU NO CONCELHO DA MAIA	85
GRÁFICO 16- FREGUESIAS COM CARACTERÍSTICAS RURAIS	86
GRÁFICO 17- OPINIÃO DOS INQUIRIDOS RELATIVAMENTE À VARIAÇÃO DA ÁREA DOS ESPAÇOS RURAIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS	87
GRÁFICO 18- IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS	88
GRÁFICO 19- COSTUMA COMPRAR PRODUTOS AGRÍCOLAS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MAIA OU NA REGIÃO?	89
GRÁFICO 20- LOCAIS ONDE COSTUMA ADQUIRIR PRODUTOS LOCAIS/ REGIONAIS.....	90
GRÁFICO 21- ATIVIDADES QUE REALIZA OU GOSTARIA DE REALIZAR NOS ESPAÇOS RURAIS NA MAIA	91
GRÁFICO 22- MEDIDAS A IMPLEMENTAR PARA PRESERVAR OS ESPAÇOS RURAIS NA MAIA	94

Introdução

O presente estudo foi desenvolvido no contexto da Prática de Ensino Supervisionada (PES), que se enquadra na Unidade Curricular de Iniciação à Prática Profissional (IPP) do segundo ano do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (MEG). A Investigação-Ação (I-A) que agora apresentamos decorreu no ano letivo de 2025/2026, na Escola Secundária do Castelo da Maia, situada na freguesia com o mesmo nome, no município da Maia, distrito do Porto.

Este município, que ocupa uma posição de ‘charneira’ entre concelhos do litoral norte (Vila do Conde a Noroeste, Matosinhos a sudoeste e Porto a sul) e do interior (Trofa a norte, Santo Tirso a nordeste, Valongo a este e Gondomar a sudeste), constitui atualmente um território predominantemente urbano, apesar de ainda subsistirem áreas de matriz mais rural, característica que, de acordo com Maia et al (2009, p.12) marca um “(...) processo de crescimento (...) confrontado com o fantasma da suburbanização”. Efetivamente, originalmente vocacionado para a agricultura e pecuária, o município sobre que nos debruçamos só começou a abandonar a sua tradição rural

(...) no final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX quando o “Campo da Aviação” se tornou um aeroporto internacional, quando começam a surgir as primeiras urbanizações residenciais de grande qualidade e quando se inicia e desenvolve a Zona Industrial, devidamente planeada e infraestruturada, que é hoje a maior do País”¹.

Este processo de urbanização de concelhos tradicionalmente rurais situados na periferia de grandes cidades, neste caso, o Porto, tem, nas últimas décadas, provocado profundas transformações sociais, económicas e culturais nestes espaços. Como refere Marques (2003, p.518), “À volta do Porto emerge o urbano difuso de densidade média, mas com dinâmicas construtivas relativamente significativas”, alterando de forma significativa a relação das populações com o território. Esta urbanização difusa resulta de uma ocupação territorial fragmentada ao longo do tempo, caracterizando-se pela

¹. https://visitmaia.pt/assets/files/VisitMaia_Apresentação_PT.pdf

coexistência de zonas residenciais, zonas agrícolas e unidades industriais distribuídas de forma intercalada ao longo das vias de comunicação. Pela proximidade à cidade do Porto, as boas acessibilidades, o menor preço do solo, a procura de maior tranquilidade e a oferta de empregos qualificados principalmente no setor industrial, a Maia foi-se tornando um polo residencial e industrial atrativo, criando o que Marques (ob. cit.) designa por ‘urbanidade rural’².

Nesse sentido, a urbanização crescente da Maia, associada à modernização tecnológica e à diminuição da população ativa dedicada ao setor primário, tem implicado uma desvalorização simbólica e afetiva do mundo rural e do seu património, que urge proteger e conservar (Carvalho, 2003). Embora várias iniciativas de preservação sejam implementadas pelo município, preconizando, por exemplo a preservação “(...) dos valores identitários da ruralidade do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...)” (Câmara Municipal da Maia, 2016, p.7), observa-se um progressivo afastamento e desinteresse das novas gerações face às áreas rurais, às suas práticas agrícolas e às tradições que, durante séculos, moldaram a sua identidade cultural e territorial (Li et al., 2019).

Reaproximar os jovens da memória coletiva que o património cultural e natural expressa, constitui um dos temas que a UNESCO preconiza para a Educação do Século XXI, integrado igualmente nas Aprendizagens Essenciais da disciplina de Geografia. O presente estudo, surge, assim, da necessidade de compreender como os jovens percecionam e valorizam os espaços rurais e as tradições agrícolas locais. A questão de partida, “De que modo os alunos compreendem e valorizam os espaços rurais e as tradições agrícolas locais num tempo em que o contacto com o mundo rural tende a diminuir?”, orienta a reflexão sobre o papel que o ensino da Geografia pode

². É importante salientar a diferença entre ‘urbano difuso’ e ‘urbanidade rural’, dois termos que Marques (2003) foca no seu artigo e que aplicamos ao município da Maia: enquanto o primeiro se relaciona com a forma como o edificado se distribui fisicamente pelo território, a urbanidade rural centra-se na experiência social, ou seja, corresponde à articulação do modo de vida urbano num cenário tradicionalmente rural, correspondendo a “(...) aspectos que a população urbana percebe como identitários do rural” (Candiottto & Corrêa, 2008, p.238).

desempenhar na aproximação entre a escola e o território, promovendo a valorização do património rural enquanto componente essencial da identidade da área de vivência em que se integra.

Deste modo, a presente investigação tem como objetivo geral compreender a perceção e o grau de valorização que os alunos e familiares - enquanto influenciadores do seu conhecimento quotidiano - conferem aos espaços rurais e às tradições agrícolas do município da Maia. Procura-se, ainda, refletir sobre a forma como o ensino da Geografia pode contribuir para reforçar a ligação entre os jovens e o património, incentivando o reconhecimento do valor cultural, histórico e social dos espaços rurais. Como objetivos específicos, encarados como as etapas necessárias para se atingir o objetivo geral, foram definidos:

1. Identificar a perceção dos alunos e familiares sobre os espaços rurais e as tradições agrícolas do município da Maia;
2. Analisar o grau de conhecimento e de contacto dos alunos com o meio rural e com as práticas tradicionais associadas à agricultura;
3. Refletir e propor estratégias pedagógicas no âmbito do ensino da Geografia, que possam contribuir para aproximar os alunos do mundo rural e valorizar o seu património.

Para a concretização destes objetivos, adotamos um esquema metodológico que envolveu a aplicação de vários procedimentos ao longo do ano letivo, no decurso das aulas lecionadas na turma de 8º ano que nos foi atribuída no núcleo de estágio. Neste contexto, foram aplicados:

- dois inquéritos por questionário realizados no *Google Forms*, o primeiro visando a caracterização dos alunos e a sua perceção sobre o património rural da sua área de vivência, enquanto o segundo foi destinado aos familiares (pais e avós), pretendendo aferir a sua opinião sobre os espaços rurais do concelho da Maia, recorrendo às memórias que guardam do passado;
- construção de um portfólio digital colaborativo, baseado na recolha de fotografias associadas aos espaços rurais;

- elaboração de fichas de trabalho relacionadas com a discussão, em sala de aula, dos conteúdos teóricos relacionados com as atividades agrícolas – relevando o contributo da Geografia para o tema em causa – e identificação de imagens relacionadas com os espaços rurais;
- elaboração de esboços ilustrativos da forma como os alunos veem/transcrevem a ‘paisagem’ observada a partir da escola.

Relativamente à sua estrutura, o presente relatório de estágio (RE) está organizado em quatro capítulos. O primeiro é dedicado ao enquadramento conceptual, onde irá ser abordada a importância da Geografia no mundo rural, explorando-se alguns conceitos essenciais, a que associamos uma breve história do concelho da Maia e destacamos algumas características, designadamente ao nível da evolução demográfica, dos setores de atividade e evolução do uso e ocupação do solo. No segundo capítulo, procedemos à caracterização da Escola Secundária do Castelo da Maia e da turma alvo do projeto de investigação-ação. No terceiro capítulo serão abordadas todas as metodologias que foram aplicadas ao longo do ano letivo na prática profissional. No quarto e último capítulo, será feita a análise e interpretação dos resultados obtidos, terminando-se com as principais conclusões do trabalho desenvolvido, onde será possível compreender qual é a perceção e valorização dos alunos e respetivos familiares sobre o património que ainda persiste nos espaços rurais.

1. Enquadramento Conceptual

Os espaços rurais são a fonte de vários elementos importantes na vida de todos e devem ser preservados, valorizados e protegidos, na óptica de um desenvolvimento sustentável que, promovendo a qualidade de vida das populações, também seja passível de manter a sua identidade territorial. Para isso, é essencial que exista um conhecimento prévio da sua definição, caracterização e evolução.

1.1. O mundo rural na Geografia

Os primórdios da Geografia encontram-se intimamente ligados à observação da natureza, nomeadamente da vegetação, do clima e do relevo, elementos fundamentais para a compreensão do espaço terrestre. Neste sentido, é possível considerar que o pensamento geográfico está fortemente relacionado com o mundo rural, uma vez que foi neste contexto que as primeiras sociedades humanas estabeleceram uma relação direta e contínua com o meio natural, procurando compreendê-lo, representá-lo e utilizá-lo para a sua subsistência (Woods, 2011).

Atualmente, vivemos num mundo em que a Geografia está presente em múltiplas dimensões do quotidiano, assumindo-se como uma ciência transversal e onnipresente. Como salienta Cachinho (2000, p.87-88),

Pela posição de charneira que ocupa entre as ciências naturais e sociais, a diversidade de técnicas e códigos linguísticos que mobiliza, nenhuma outra área do conhecimento pode dotar melhor os alunos da competência de «saber pensar o espaço», imprescindível tanto para o exercício da cidadania responsável, como para aprendizagem ao longo da vida e a integração plena das pessoas no mundo moderno. (...) A geografia é, por excelência, «uma disciplina integradora»; conjuga as dimensões física e humana dos fenómenos. O seu objecto de estudo é a superfície da Terra e os processos que a modelam, as relações que as pessoas estabelecem com o meio e a forma como estas interagem com os lugares.

A diversidade de temas que a Geografia contempla, implica a sua divisão em diferentes áreas e respetivas unidades curriculares, como podemos observar, por exemplo, no Plano de Estudos da Licenciatura em Geografia da FLUP (Figura 1), permitindo aprofundar conceitos específicos. No caso da Geografia Rural, o programa expresso tem

sofrido uma evolução conceptual e didática: tradicionalmente abordado como um espaço estático, isolado e exclusivamente agrícola, o mundo rural tende a ser hoje apresentado como um território dinâmico, multifuncional³ com valores patrimoniais e crescentemente interdependente do espaço urbano, “(...) visando consolidar relações de proximidade mutuamente benéficas e de natureza sinérgica em detrimento de relações assimétricas e predadoras do mundo rural” (Ferrão, 2000, p.49). Assim, está “(...) em curso uma nova visão do rural, que propõe uma nova concepção das atividades produtivas, (...) e uma igualmente nova percepção do “rural” como património a ser usufruído e a ser preservado” (Wanderley, p.134).

Figura 1 – Unidades Curriculares obrigatórias e de opção da Licenciatura em Geografia da FLUP, destacando o Programa e Objetivos da Geografia Rural.

Nome	Créditos	Obrigatória
Ambiente Urbano	6	
Antropocénico e Mudanças Globais	6	
Análise e Gestão de Riscos Naturais	6	
Cartografia	6	Sim
Cidades e Metrópoles	6	
Climatologia	6	Sim
Desenvolvimento do Território	6	Sim
Deteção Remota	6	
Dinâmicas Rurais na União Europeia	6	
Erosão e Conservação dos Solos	6	
Evolução da Geografia Portuguesa	6	
Geopolítica e GeoEstratégia	6	
Geografia Económica e Social	6	Sim
Geografia Física de Portugal	6	Sim
Geografia Humana de Portugal	6	Sim
Geografia Rural	6	Sim
Geografia Urbana	6	Sim
Geografia da Europa	6	Sim
Geografia da População	6	Sim
Geografia das Desigualdades e da Exclusão	6	
Geografia das Migrações	6	
Geografia do Porto	6	
Geografia do Turismo	6	
Geografia dos Grandes Espaços Mundiais	6	
Geografia e Ambiente	6	Sim
Geografia e Sociedade	6	Sim
Geomorfologia	6	Sim
Geomorfologia Dinâmica	6	
Geomorfologia do Litoral	6	
Gestão do Risco de Incêndio Rural	6	
Hidrologia	6	Sim
Métodos de Análise Espacial	6	
Métodos e Técnicas em Geografia	6	Sim
Pensamento Geográfico	6	Sim
Planeamento e Gestão do Território	6	Sim
Problemáticas do Espaço Europeu	6	
Seminário em Geografia e Questões Ambientais	6	Sim
Seminário em Geografia e Questões Sociais	6	Sim
Sistemas de Informação Geográfica	6	Sim
Território, Transportes e Mobilidade	6	

Programa

O espaço rural europeu num contexto dinâmico e globalizado:

1. A Ruralidade: da produção material ao consumo do imaterial;
2. A diversidade dos sistemas produtivos agrícolas, pastoris e agro-pastoris na apropriação dos territórios no mundo Antigo;
3. A mundialização da economia e a “nova” agricultura
4. A modernização oitocentista e a perda de centralidade da agricultura na economia
5. A dualidade dos sistemas de cultura e propriedade fundiária nos países periféricos: empresas com terra e camponeses sem terra;
6. As políticas produtivistas, a crise da agricultura camponesa e a formação dos complexos agro-industriais globalizados;
7. O despovoamento rural do pós-guerra e a formatação da política agrícola comum na Europa Comunitária
8. O pós produtivismo e o desenvolvimento rural: multifuncionalidade, preservação dos recursos naturais e da paisagem;
9. O quadro de apoio comunitário e as solidariedades financeiras / institucionais

Objetivos

- . Usar de forma adequada os conceitos e teorias fundamentais associados aos territórios da ruralidade
- . Pesquisar, tratar e interpretar, de forma criteriosa, as principais fontes de informação utilizadas na análise espacial designadamente a informação estatística, a documental e a bibliográfica.
- . Integrar os conhecimentos fundamentais no âmbito da abordagem pluridisciplinar.
- . Apreender a diversidade tipológica dos espaços rurais numa perspectiva diacrónica, bem como dos respectivos fundamentos antrópicos e naturais que o explicam
- . Apreender e interpretar as grandes problemáticas relativas ao desenvolvimento destes territórios, adquirindo, em simultâneo, competências para definir as estratégias de intervenção.
- . Questionar a sustentabilidade/revitalização dos espaços rurais numa perspectiva de ordenamento integrado, no início do século XXI, num alinhamento reflexivo e crítico.
- . Trabalhar em equipa, partilhando ideias, métodos e estratégias, num ambiente de grande interactividade, perspectivando desenvolver capacidades tendentes à definição de estratégias de intervenção a diferentes escalas

Fonte: Adaptado do website da FLUP

³ . Como referem Potter e Burney, 2002, p.35) a “(...) agricultura é multifuncional, produzindo não apenas alimentos, mas também sustentando as paisagens rurais, protegendo a biodiversidade, gerando emprego e contribuindo para a viabilidade das áreas rurais.”

Obviamente que na transposição de temas e conceitos para o ensino de Geografia do ensino básico e secundário (EBS), a tendência é manter, de forma simplificada, os temas/problemas a abordar, traduzidos pelas Aprendizagens Essenciais (AE) definidas para cada ano de escolaridade. No contexto da Geografia Rural, as AE associadas surgem sobretudo no 8º e 11º anos, distribuídos como se pode observar na tabela 1.

Tabela 1 – Temas, subtemas e conceitos associados à Geografia Rural nas Aprendizagens Essenciais do 8º e 11º ano de escolaridade

	TEMA: População e povoamento	Subtema	Conceitos
		<i>Mobilidade</i>	Êxodo Rural
8º Ano	TEMA: Atividades económicas	Setor I (Primário)	Agricultura Agricultura biológica Agricultura familiar Agroindústria Montado Morfologia agrária Parcela Pecuária Pousio Processos de criação animal: intensivo, extensivo Processos de produção agrícola: intensivo, extensivo Silvicultura Sistema de produção: policultura; monocultura Sistema de rega: regadio; sequeiro Solo arável
11º ano	TEMA. Os espaços organizados pela população	Os espaços rurais em mudança	Desenvolvimento sustentável Emparcelamento Espaço rural Estrutura agrária Estrutura fundiária Indústria agroalimentar Paisagem agrária Património cultural paisagístico Pluriatividade Política Agrícola Comum (PAC) Produtividade agrícola Região agrária Superfície Agrícola Utilizada (SAU) Tipos de agricultura Turismo em Espaço Rural (TER)

Fonte: Adaptado das AE

Assim, se no 8º ano são introduzidos conceitos elementares específicos do espaço rural – normalmente pouco motivadores -, no 11º ano abordam-se os ‘espaços rurais em mudança’ introduzindo uma ‘imagem’ do mundo rural que se aproxima mais da realidade atual, embora ainda afastada de uma visão integrada com temas/problemas que afetam estas áreas, designadamente aspetos ambientais ligados às ‘Alterações Climáticas’ ou aos ‘Riscos’ que estas implicam no desenvolvimento sustentável da ruralidade.

Fazendo uma breve pesquisa no *Google Académico* sobre os principais temas/problemas de Geografia Rural abordados em artigos recentes e mais citados, observa-se que estes podem dividir-se em 4 eixos principais, alguns dos quais já referidos (Apêndice 1).

Assim, observa-se que quem estuda Geografia Rural se tem demonstrado cada vez mais interessado pela maneira como a ruralidade é atualmente vivenciada, não se baseando apenas na sua imagem ou representação, mas procurando responder a questões/problemas concretos que derivam da sua transformação numa sociedade que vive e ‘evolui’ a um ritmo vertiginoso.

Contudo, é importante que se mantenham as representações dos meios rurais, como por exemplo, através do seu património material e imaterial, preservando memórias das quais advém a valorização da identidade territorial. “As representações da ruralidade também são realizadas por meio da poesia e da música folclórica, com a representação existindo simultaneamente como texto e performance” (Woods, 2010, p. 837).

A Geografia mantém o seu papel fundamental na ruralidade, porque os estudos elaborados não se limitam a analisar apenas o que observam: envolvem-se com o meio sendo “agentes ativos na produção, reprodução e performance da ruralidade” (idem, p. 844). É possível dizer que o mundo rural desempenha um papel fundamental no âmbito da Geografia, pois esta ciência assume uma função central na compreensão e valorização destes espaços.

Mas no contexto atual, observa-se um afastamento dos jovens em relação ao meio rural, realidade refletida no estudo que agora apresentamos. Contudo, os dados recolhidos permitem evidenciar que a Geografia continua a assumir um papel relevante na forma como os alunos se relacionam com o mundo rural, verificando-se por exemplo, através da análise da Ficha de Trabalho 1 (Anexo 1), que 88,2% dos alunos associam mais a Geografia a espaços rurais do que a espaços urbanos.

Estes resultados sugerem que, apesar do reduzido contacto direto dos jovens com os espaços rurais, a Geografia afirma-se como uma ponte privilegiada para o restabelecimento de uma ligação com o meio rural, a natureza e, potencialmente, com

as tradições locais fortemente associadas a estes territórios. Deste modo, o ensino da Geografia assume um papel estratégico na aproximação dos alunos ao património rural.

Tal como Potter e Burney (2002) referem, a agricultura assume, atualmente, um papel que vai muito além da simples produção alimentar. Esta perspetiva evidencia a importância da agricultura enquanto atividade fundamental para a preservação ambiental, para a manutenção das dinâmicas económicas locais e para a valorização do património cultural e territorial. Deste modo, os espaços rurais devem ser compreendidos não apenas como territórios produtivos, mas também como espaços de identidade, memória e sustentabilidade, cuja valorização se torna essencial num contexto de crescente afastamento das novas gerações em relação ao mundo rural (Potter e Burney, 2002).

O declínio rural, em muitas partes do mundo, está a tornar-se num desfecho praticamente predestinado devido ao êxodo rural pelo apelo às grandes cidades. Isto resulta em aldeias que antes eram autossuficientes e passaram atualmente a lugares ‘vazios’ de população jovem. No entanto, as multifuncionalidades dos espaços rurais podem reverter este declínio. As áreas rurais com finalidade turística conseguiram adaptar-se às mudanças na procura urbana, explorando novos recursos naturais e culturais (Li et al., 2019).

1.2. Definição e evolução do conceito “Rural”

A ausência de uma definição única de rural constitui um dos pontos centrais do debate académico. Coburn et al. (2007) sublinham que não existe uma definição universal capaz de servir todos os objetivos de investigação, planeamento ou formulação de políticas públicas. A classificação de um território como rural depende dos critérios utilizados, da escala geográfica adotada e do objetivo da análise. Esta ideia é reforçada por Hart et al. (2005), ao defenderem que o rural é um conceito multifacetado, podendo remeter para paisagens agrícolas, pequenas localidades, isolamento, baixa densidade populacional, modos de vida específicos e determinados padrões socioculturais, sem que qualquer um destes elementos seja suficiente para o definir de forma isolada.

Efetivamente, a definição do conceito de rural pode implicar, consoante os critérios utilizados, uma leitura centrada na atividade económica dominante (agricultura), nas características demográficas (territórios de baixa densidade populacional), na sua morfologia (forma, desenho e organização espacial das paisagens), costumes e hábitos de vida, ou seja, aspetos que se afastam dos das áreas urbanas (Laubstein, 2011; Pinto, 2011; Rosas, 2014). Assim, várias definições são apresentadas, que podemos exemplificar como as referidas por instituições como a UE e a OCDE (Diniz, 1996-1997, p.284), que salientam que o “(...) o mundo rural constitui um conjunto de regiões ou zonas com atividades diversas (agricultura, artesanato, pequena e média indústria, comércio e serviços, entre outras), assente tanto em pequenos aglomerados, aldeias e pequenas cidades, como em espaços naturais e áreas cultivadas”.

Neste contexto, a escolha dos critérios de classificação tem implicações diretas na forma como os territórios são interpretados. Diferentes sistemas podem classificar a mesma população como rural ou urbana, produzindo leituras distintas sobre necessidades, recursos e dinâmicas locais. Coburn et al. (2007) demonstram que determinadas populações podem ser consideradas rurais segundo uma classificação e urbanas segundo outra, o que evidencia a fragilidade de abordagens rígidas. Do mesmo modo, Hart et al. (2005) alertam para o risco de tratar os espaços rurais como realidades homogéneas, quando existem diferenças relevantes entre pequenas localidades isoladas, vilas rurais próximas de centros urbanos, áreas periurbanas, comunidades agrícolas, territórios turísticos ou regiões marcadas por envelhecimento populacional.

A ruralidade deve, por isso, ser entendida como uma realidade plural e dependente da escala de análise. Nelson et al. (2025) reforçam esta leitura ao mostrar que a classificação de um território como rural pode variar de acordo com a densidade populacional, a dimensão do aglomerado, a distância aos centros urbanos, os padrões de deslocação ou as relações funcionais com outras áreas. Os autores criticam a dicotomia rígida entre rural e urbano, defendendo que muitos territórios se situam num contínuo rural-urbano. Nestes espaços intermédios, podem coexistir baixa densidade populacional, paisagem aberta e práticas agrícolas com mobilidade diária, acesso a serviços, relações laborais e formas de consumo associadas ao urbano.

Esta leitura é particularmente relevante para compreender os territórios contemporâneos, onde a ruralidade já não corresponde necessariamente a isolamento ou dependência exclusiva da agricultura. Wineman et al. (2020) demonstram que muitos espaços rurais se encontram em transformação, integrando novas atividades económicas, melhores acessos, serviços, mercados, eletrificação e novas formas de mobilidade.

Neste sentido, assiste-se atualmente a uma evolução do próprio conceito de rural, privilegiando uma abordagem territorial, social, cultural e multifuncional. Este último aspeto é focado por vários autores, designadamente Galvão e Vareta (2010, p. 68), referindo que:

Quando se diz que o espaço rural é multifuncional, está-se a reconhecer que a atividade agrícola não é a única que outras funções não-agrícolas fazem parte da sua organização. Embora a agricultura tenha sido sempre, ou quase sempre, o elemento definidor dos espaços rurais e o principal elemento de paisagem destes mesmos espaços, paralelamente, e muitas vezes sobrepondo-a em importância, outras funções foram e são desempenhadas pelo meio rural.

Assim, se durante muito tempo, o espaço rural foi entendido como sinónimo de produção primária, isolamento e menor desenvolvimento, com frequência definido em oposição ao espaço urbano (Azevedo, Sá Marques e Ramos, 2012) associado ao progresso, à modernização e à concentração de serviços, esta oposição revela-se limitada uma vez que não permite compreender a diversidade económica, social, ambiental e cultural existente nos territórios rurais contemporâneos (Cella et al., 2019). Refira-se, por exemplo, que

(...) para além da sua função primária de produção de alimentos e fibras, a atividade agrícola molda a paisagem, fornece benefícios ambientais como a conservação do solo, a gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e a preservação da biodiversidade, e contribui para a viabilidade socioeconómica de muitas áreas rurais (OCDE, 2001, p.7).

Neste contexto da multifuncionalidade, Carvalho, Lucas e Henriques (2004) apresentam uma síntese dos tipos de produtos que derivam direta ou indiretamente da atividade agrícola (Figura 2), promovendo a valorização das áreas rurais. Destacamos sobretudo os ‘efeitos indiretos’, com destaque para o Turismo e Património, a que se associa um

‘movimento’ cada vez mais frequente de procura de primeira ou segunda habitação. Como refere Sá Marques (2003, p.517),

Com os novos meios de transporte, é possível residir no campo e ir trabalhar para a cidade. Nesta transformação da forma de residir encontramos um imaginário urbano em torno da natureza que está entre dois protótipos: um mais ligado aos espaços-natureza, das matas e florestas, e outro mais agrícola e pastoral. Este movimento tem vindo a reforçar-se na última década, criando uma urbanidade rural. É verdade que a cultura rural se tornou sucessivamente menos agrária, pois tenta cada vez mais responder a uma procura de identidade territorial das sociedades urbanas. Está a criar-se uma ruralidade não agrária mas urbana, que anseia por um quadro de vida perto da natureza, fugindo ao stress e à poluição urbana. Isto significa que há uma procura urbana por uma residência num quadro de vida mais agradável, acessível, aonde a natureza esteja presente nas suas diferentes formas (florestal, agrícola ou ajardinada).

Figura 2- Produtos provenientes da atividade agrícola, classificados de acordo com a sua natureza económica

Tipo de produto	Natureza económica	Pagamento
Produtos agrícolas	Bens privados	Mercado
Produtos resultants de efeitos directos da actividade agrícola		
Biodiversidade		
Paisagem rural	Bens públicos,	
Conservação do solo	Bens privados,	Estado
Erosão e Poluição	Externalidades,	
Segurança alimentar	Risco moral	
Qualidade alimentar		
Higiene alimentar		
Bem estar animal		
Produtos resultants de efeitos indirectos da actividade agrícola		
Turismo rural		
Artesanato		
Gastronomia		
Actividades pedagógicas	Bens públicos,	Estado, Mercado
Actividades de integração social	Bens privados	
Actividades de lazer		
Possibilidade de viver em espaços rurais		
Oportunidades de emprego		
Património cultural		

Fonte: extraído de Carvalho, Lucas e Henriques, 2004, p. 7

Contudo, esta transformação não implica a perda da ruralidade. Pode corresponder a uma reorganização das suas funções sociais, económicas e culturais, na qual as práticas agrícolas, as identidades locais e as tradições comunitárias continuam presentes,

mesmo em contextos com maior densidade populacional ou maior proximidade a centros urbanos.

Assim sendo, a associação direta entre densidade populacional e urbanidade deve, assim, ser analisada com prudência. Wineman et al. (2020) mostram que determinados territórios podem apresentar maior concentração populacional e manter, ainda assim, uma forte ligação à agricultura e às dinâmicas rurais. A presença de serviços, infraestruturas ou mobilidade não elimina, por si só, a ruralidade. Esta constatação permite compreender que os espaços rurais podem coexistir com dinâmicas urbanas, mantendo especificidades territoriais, culturais e simbólicas próprias. Com efeito, a ruralidade envolve também hábitos, culturas, relações comunitárias, recursos naturais, formas de apropriação da paisagem, dinâmicas económicas locais e vínculos identitários. A agricultura passa, assim, a integrar um conjunto mais amplo de funções territoriais, que incluem a preservação ambiental, a valorização da paisagem, o comércio, os serviços, o artesanato, o turismo e a dinamização das economias locais. O rural deixa de ser visto como espaço exclusivamente produtivo e passa a ser compreendido como território de vida, pertença, memória e desenvolvimento (Cella et al., 2019).

A compreensão do rural exige ainda uma aproximação à escala local e comunitária. Johansen e Nielsen (2012) criticam as definições baseadas apenas em grandes unidades administrativas e densidade populacional, por serem insuficientes para compreender a ruralidade tal como é vivida no quotidiano. Os autores propõem uma abordagem centrada na comunidade, na paisagem e na existência de espaços abertos entre os núcleos territoriais. A ruralidade é, nesta perspetiva, construída através da relação entre o território, a paisagem, a natureza, as redes sociais locais e a identidade comunitária.

A proposta de Johansen e Nielsen (2012), designada *Everyday Approach to Rurality*, permite compreender o rural a partir da experiência concreta do território. A presença de campos agrícolas, áreas naturais, caminhos rurais, espaços abertos e zonas de separação entre núcleos habitacionais contribui para a construção da ruralidade enquanto realidade visual, ambiental e social. Esta abordagem introduz ainda a ideia de graus de ruralidade, reconhecendo que uma comunidade pode ser mais ou menos rural

consoante a sua relação espacial e funcional com os centros urbanos. Desta forma, a ruralidade deixa de ser uma categoria absoluta e passa a ser analisada como uma escala territorial e experiencial.

Os estudos apresentados por Sá Marques sobre *Um território em mudança: padrões territoriais, tipologia urbana e dinâmicas* (1999) e *Relações territoriais e as relações urbano-rurais* (2003), permitem-nos ter uma visão, para Portugal, sobre a evolução de novas dinâmicas e problemas do território nacional, ao nível da classificação das áreas urbanas e das áreas rurais.

No primeiro estudo referido (1999, p.23), a “(...) pesquisa elaborada procura identificar uma imagem do território português assente na identificação de sistemas territoriais locais, que tenta incorporar o modo de habitar e usar o território. As categorias habituais de “cidade” e “campo” ou “centro” e “periferia” estão a tornar-se obsoletas perante uma complexidade de estruturas, funções, movimentos, enfim novas morfologias e urbanidades”. Utilizando um conjunto de 24 variáveis relacionadas com as características da população residente expressas nos censos de 1981 e 1991, e baseando-se essencialmente nas lógicas residenciais e alguns parâmetros associados à população residente, a autora obtém uma imagem dos padrões territoriais, considerando três grandes tipos de territórios, que se subdividem em subtipos, “de forma a expressar a própria heterogeneidade e diversidade territorial” (ob. cit., p.24). A sua classificação obtida integra:

A. Os territórios do Rural

1. Rural despovoado e muito regressivo
2. Rural despovoado e regressivo

B. Os territórios entre o Rural e o Urbano

3. Rural agrícola despovoado
4. Urbano-industrial
5. Os territórios de transição

C. Os territórios Urbanos

6. Urbano moderadamente denso
7. Urbano moderadamente populoso
8. Urbano populoso
9. Urbano jovem e muito populoso

Procedendo a uma descrição exaustiva de cada uma das tipologias, que nos escusamos de enumerar, Sá Marques (ob. citada, p. 41) enuncia uma série de conclusões, em que destacamos:

- i) As metrópoles e cidades portuguesas expandiram-se significativamente na década de 1980, com o tecido urbano tornando-se mais fragmentado e menos contínuo. Este fenómeno é especialmente visível no Noroeste, em torno do Porto, onde a urbanização é mais dispersa. Em Lisboa, a expansão é mais concentrada e contínua, enquanto no Algarve a dinâmica é fragmentada, mas linear ao longo da costa;
- ii) Os limites tradicionais entre cidade e campo diluíram-se, surgindo novas morfologias urbanas e rurais. Como atrás referido, as categorias clássicas de "cidade" e "campo" ou "centro" e "periferia" tornaram-se insuficientes para descrever a complexidade dos padrões e dinâmicas atuais. “Ficou provado que a cidade está a transformar-se e algum rural a urbanizar-se. A partir das características da população residente já é claro que estão a surgir e a construir-se novas configurações territoriais.” (ob. cit., p.42);
- iii) Uma área significativa do território português está em processo de despovoamento, designadamente com pequenas cidades e centros urbanos a perderem população, enquanto “(...) o campo perdeu drasticamente a sua massa demográfica, os territórios em perda aumentaram a sua área e aparentemente o ‘campo’ estendeu-se. (...) Enquanto as cidades intermédias resistem e dão alguma sustentabilidade ao Sistema Urbano Nacional, os pequenos centros urbanos (sedes de municípios, centros de uma rede urbana complementar) por vezes não conseguem travar as dinâmicas regressivas e não resistem a uma mudança no sentido de uma perda demográfica residencial” (ibidem).

Podemos considerar que o segundo estudo de Sá Marques (2003) é um desenvolvimento do anterior, centrando-se agora sobretudo na problemática da ‘diluição’ das fronteiras entre o campo e a cidade em Portugal, evidenciando uma interdependência funcional baseada em fluxos de pessoas, bens e serviços – que supera a dicotomia clássica entre espaços rurais e urbanos - demonstrando a sua integração num sistema territorial interdependente pautado pela periurbanização e fluxos funcionais. Como refere a autora (ob.cit., p.507), nos últimos anos “(...) a dicotomia urbano-rural tem vindo a ser substituída pelos novos relacionamentos entre o urbano e

o rural, retratando as interdependências funcionais e espaciais e a necessidade de promover uma maior integração e complementaridade territorial.

Neste contexto a autora utiliza já a classificação dos territórios definida pelo Instituto Nacional de Estatística e pela Direção Geral do Ordenamento e do Desenvolvimento Urbano de 1999, que consideram as tipologias – aplicadas à escala da freguesia - em ‘Áreas Predominantemente Urbanas’, ‘Áreas Moderadamente Urbanas’ e ‘Áreas Predominantemente Rurais’⁴.

Numa breve resenha sobre as características demográficas destas áreas, Sá Marques (ob. cit., p.509) refere que:

Em Portugal na última década os campos foram territórios de êxodo e de envelhecimento. A grande maioria das freguesias “predominantemente rurais” perdeu população residente. No Continente português, em duas mil freguesias “predominantemente rurais”, só 282 aumentam de população, as outras perdem cerca de 135 mil habitantes. Simultaneamente as “áreas moderadamente urbanas” ganharam quase 41 mil habitantes e as “áreas predominantemente urbanas” ganharam 116 mil habitantes (...)

No entanto, nos territórios em despovoamento, começam a observar-se modificações funcionais, que se vão traduzir por alterações demográficas, socioeconómicas e culturais, entre as quais se salientam, nas áreas rurais, o aumento dos alojamentos de uso sazonal, a construção de segundas habitações e o desenvolvimento do turismo. Como salienta a autora (ob.cit, p.510), na década de 1990 assistiu-se a uma “(...) aceleração brutal das aquisições de terrenos nos espaços rurais por não agricultores (...) atraindo cada vez mais cidadãos que procuram no campo um espaço de tranquilidade e de lazer”. Consequentemente, vão surgindo outro tipo de negócios que alimentam a ‘nova população rurbana’, ela própria investindo em atividades diferenciadas, pelo que “(...) as transferências de propriedade nas áreas rurais são um indicador da urbanização dos campos” (ibidem). Neste contexto, podem assumir-se como cidades médias

⁴. Sobre esta classificação, é importante consultar a atualização da *Tipologia de Áreas Urbanas* (TIPAU, 2025), versão que foi desenhada com base nos dados mais recentes dos Censos de 2021. A sua principal função é classificar e distinguir as diferentes áreas do território de acordo com a sua intensidade de urbanização e o carácter urbano ou rural das freguesias, e embora ainda utilize a tipologia referida no texto é um documento mais completo, onde pode encontrar a lista de conceitos utilizados e respetiva definição.

(moderadamente urbanas) que “(...) aparecem como nós fundamentais na estruturação territorial e como elementos integradores entre o rural e o urbano.

Este estudo de Teresa Sá Marques destaca o fim da separação funcional e física entre o meio rural e urbano em Portugal, caracterizado por fronteiras difusas e intensos fluxos pendulares. A análise aponta para uma terciarização não especializada das centralidades e defende uma abordagem de ordenamento do território baseada em parcerias urbano-rurais e na sustentabilidade ambiental. Para a autora, existem três cenários relativos ao potencial de relacionamento entre espaços rurais e urbanos - definidos no estudo que coordenou, em 2002, para a DGODTU – em que defende, como cenário desejável,

o cenário de complementaridade e articulação entre o urbano e o rural, que assenta em estratégias e sinergias que reforcem os laços de uso e de identidade entre os dois espaços. Nos últimos anos os urbanos sentiram a necessidade de usufruir do campo, que muitos tinham abandonado, e os rurais são cada vez mais urbanos nas necessidades, aspirações e práticas de vida (Sá Marques, 2003, p. 519)

No âmbito da presente investigação, a conceptualização expressa assume especial importância, uma vez que o nosso estudo incide sobre a percepção e valorização dos alunos face aos espaços rurais e às tradições agrícolas. Os alunos não contactam com o rural de forma abstrata, mas através de lugares concretos, como a freguesia, a aldeia, os campos agrícolas, os caminhos, os produtos da terra, as festas locais e as práticas familiares. A sua percepção resulta da experiência quotidiana com o território, da memória familiar, da visibilidade das práticas agrícolas e da forma como a escola e a comunidade atribuem significado a esses elementos.

As tradições agrícolas locais assumem, neste enquadramento, uma função cultural, identitária e educativa. Estas tradições integram saberes transmitidos entre gerações, modos de trabalhar a terra, produtos locais, festividades, vocabulários próprios, ciclos agrícolas e formas de organização comunitária. A sua valorização pelos alunos depende da frequência do contacto com essas práticas, da transmissão familiar, da presença dessas referências no espaço local e da forma como são reconhecidas no contexto escolar. Assim, as tradições agrícolas não devem ser entendidas apenas como práticas

produtivas, mas como expressões de património, memória coletiva e identidade territorial.

Deste modo, para efeitos desta investigação, o rural deve ser compreendido como uma realidade territorial, social, cultural, ambiental e simbólica. Esta definição ultrapassa critérios meramente administrativos ou demográficos e permite analisar a forma como os alunos compreendem, representam e valorizam os espaços rurais e as tradições agrícolas locais. O rural surge, assim, como espaço de paisagem, pertença, memória, práticas comunitárias e desenvolvimento, cuja valorização depende da relação concreta que os alunos estabelecem com o território e com os elementos culturais que nele permanecem.

1.3. Breve história do concelho da Maia

1.3.1. Dos primórdios a finais do século XIII

O Município da Maia é herdeiro da antiquíssima Terra da Maia, que se desenvolvia, em meados do século XIII, desde os limites medievais da cidade do Porto até à margem esquerda do rio Ave. A sua evolução histórica reflete uma dinâmica contínua de adaptação territorial, centralidade estratégica e profunda transformação socioeconómica ao longo dos séculos. Com uma ocupação humana plurimilenar, o território conserva vestígios que recuam à Pré-história materializados em monumentos megalíticos e gravuras rupestres, a que se seguiu a fixação de tribos galaicas nos castros serranos e, posteriormente, uma longa e estruturante romanização que legou importantes vias de comunicação, povoados e necrópoles.

Assim, como refere Marques (2009), este território foi habitado desde tempos remotos identificados através de vestígios arqueológicos que remontam ao Paleolítico - essencialmente objetos de pedra talhada, apesar de ser do final

(...) do Neolítico que data a maior parte dos monumentos pré-históricos espalhados pela Terra da Maia. Trata-se das mamoas, montículos de terra em forma de calote esférica, que tapavam umas construções funerárias em grandes blocos de pedra

vulgarmente designadas por Antas. E são muitos os seus vestígios na área que estamos a abordar (ob. cit., p.43).

Reafirmando a importância do povoamento pré-histórico neste território, Bettencourt et al (2012, p.48), descrevem “(...) o conjunto de gravuras rupestres encontrado na Bouça da Cova da Moura (...) uma estação arqueológica pertencente ao lugar de Ardegães, freguesia de Águas Santas, concelho da Maia [cujo] contexto arqueológico é muito diversificado”. Com efeito, nesta área, foi identificado um vasto conjunto de monólitos graníticos com arte rupestre esquemática, designadamente 11 blocos talhados com gravuras rupestres de que se destaca a designada ‘Pedra Partida de Ardegães’. Para além disso, nesta estação observam-se à superfície “uma grande dispersão de artefactos atribuíveis ao Calcolítico ou ao Calcolítico Final (ob. cit., p. 56)”, mas também à Idade do Bronze.

Da idade do Ferro, caracterizada pela Cultura Castreja, destacam-se o Castro de Guifões e a Cidade de Bagunte, o Castro do Boi em Vilarinho e o Castro de Alvarelhos. De acordo com Marques (2009, p.44), também

(...) na Maia de hoje alguns vestígios toponímicos parecem demonstrar a existência destes povoados fortificados da Idade do Ferro. É o caso, por exemplo, de Cidadelha em Avioso, de Pedras Rubras em Moreira ou do Monte do Faro em Gemunde. Já mais palpáveis são os vestígios nos castros de Barca, na freguesia do mesmo nome, e de Santo Ovídio em Santa Maria de Avioso. O Castelo da Maia, cabeça da Terra homónima, ficaria no Alto da Maia, em Águas Santas. Todos estes locais seriam, portanto, povoados fortificados, dotados de casas construídas em pedra, cobertas de fibras vegetais, habitadas por povos praticando uma economia essencialmente pastoril, à qual se associava a caça e a pesca, a recollecção de frutos e uma agricultura de subsistência. Aqueles povos, constituídos por inúmeras tribos, agrupavam-se sob a designação genérica de Calaicos ou Galaicos.

Com a chegada dos Romanos, muitos destes povoados foram ocupados, como o Povoado da Forca, do Barroso ou da Aldeia Nova, Património Arqueológico do PDM de 2013 da Câmara Municipal da Maia. Mas destes castros romanizados, é dado

(...) destaque absoluto para o castro de Alvarelhos (...) um dos mais notáveis povoados fortificados castrejos da faixa litoral [mas] Importantes foram também os castros romanizados de Guifões, de Retorta e do Castelo. Tê-lo-ia sido também o Castelo da Maia, em Águas Santas (Marques, 2009, p.44).

No contexto do património romano, salienta-se ainda o elevado número de necrópoles, mas é sobretudo de salientar as importantes vias romanas e respetivos miliários – entre os quais se destaca o marco miliário de Barca, “(...) pertencente à via XVI do itinerário de Antonino (Olisipo-Bracara Augusta), para o traçado entre as cidades de Bracara Augusta-Cale” (Ribeiro, 2016, p.9) -, assim como as diversas pontes construídas.

Apesar da escassez de testemunhos arqueológicos do período visigótico, a Alta Idade Média marcou a região como o berço da influente linhagem dos Mendes da Maia. Figuras como D. Paio Mendes (que em 1118 era Arcebispo da Sé de Braga) e Gonçalo Mendes da Maia, "O Lidador" – comandante das forças do Infante Afonso Henriques na Batalha de S. Mamede -, assumiram papéis relevantes na definição da política e das ações militares que culminaram na independência de Portugal e na consolidação do reinado de D. Afonso Henriques (Carvalho e Marques, Câmara Municipal da Maia, s.d.⁵).

De acordo com Marques (2009, p.46), os Mendes da Maia

(...) constituíam uma família radicada na região desde a segunda metade do século X [e era], pelos meados do primeiro quartel do séc. XII, o verdadeiro expoente da aristocracia portugalense. (...) A sua influência perdurou ao longo dos séculos, só se esbatendo nos meados do século XV, quando, em Alfarozeira, ela se perfilou ao lado do Infante D. Pedro, ganhando desse modo a antipatia de D Afonso V.

Até finais do século XIII, a organização territorial em Portugal assumia a designação de ‘terras’, que podiam englobar mais do que um ‘julgado’ – “(...) território ao qual estivesse alienada a jurisdição tutelada por um juiz” – que eram governadas por ricos-homens designados pelo rei (Silva, 2017, p.96). No caso específico da Maia, “(...) o julgado apresentava uma extensão geográfica superior à da própria terra”, desenvolvendo-se entre os rios Ave e Douro e estendendo-se do litoral até Monte Córdova (ibidem). Na nomenclatura atual abrangia 69 freguesias, 75% das quais se distribuem atualmente por seis concelhos, designadamente de Vila do Conde, Matosinhos, Porto, Trofa, Valongo e Gondomar.

⁵<https://www.cm-maia.pt/viver/cultura/estorias-e-memorias/publicacoes-e-comunicacao-cultural/publicacoes/historia-e-patrimonio/brevissima-historia-da-maia>

Segundo Marques (2016), a Maia do século XIII era um território essencialmente marcado pela ruralidade, onde a safra de cereais (essencialmente centeio) dominava e se destacavam moinhos e azenhas ao longo de vastos regatos e cursos de água, proporcionando a moagem necessária ao fabrico de pão. Ao nível da criação de gado,

(...) sendo reconhecíveis as várias espécies, é inegável o domínio do gado suíno, verdadeira base da alimentação dos nossos contrerrâneos de então, que fornecia a marrã (costela de porco ou carcaça) ou a espádua que, aqui e ali, vamos perscrutando daquele latim tão corrompido, tão a querer ser português. Os meses de novembro e dezembro, épocas de eleição para a matança do porco nas quintas maiatas – já então muito ativas, referidas, genericamente, sob a designação de quintana (quintã) – são períodos de grande bulício e atividade, constituindo uma das principais formas de sustento dos agregados e de reunião socio-antropológica para muitas famílias (ob. cit., p.31).

1.3.2. Idade Moderna e Atualidade

A Terra da Maia recebeu o seu Foral pelas mãos de D. Manuel I, a 15 de dezembro de 1519, documento que reformulou os antigos direitos medievais, regulou os impostos e tributos, e fixou a importância da Maia como uma estrutura municipal formalizada dentro do Entre-Douro-e-Minho. O documento manteve-se como a trave-mestra da governação das Terras da Maia durante mais de 300 anos, perdendo validade apenas em 1832 com as reformas liberais de Mouzinho da Silveira, que extinguiram os forais e, mais tarde em 1836, retalharam o antigo território gigante da Maia.

Mas entre os séculos XVI e XVII, o território viveu um período de profunda reorganização administrativa, crescimento agrícola e consolidação da sua paisagem rural. É o momento em que a Maia transita do seu passado medieval para a Idade Moderna, fortemente ligada ao abastecimento da crescente cidade do Porto (Alves, Barbosa e Pinto, 2016).

No entanto, a estabilidade regional foi severamente abalada em 1809, aquando da segunda invasão francesa, período em que o território e o seu património sofreram saques e incêndios generalizados.

Já no contexto das lutas liberais, a Maia (mais concretamente a freguesia de Moreira) serviu de palco para o repouso de D. Pedro e do seu exército antes da decisiva tentativa de reconquista da cidade do Porto.

O desenho administrativo da Maia sofreu uma reconfiguração drástica com as reformas de Mouzinho da Silveira (1834–1836), que amputaram o concelho da sua linha de costa e das suas terras mais férteis em benefício de Vila do Conde e Matosinhos. Mais tarde, em 1902, a necessidade de centralidade motivou a transferência da sede do concelho do Castelo da Maia para o lugar do Picoto, em Barreiros, aproveitando o cruzamento estratégico das importantes vias que ligavam o Porto a Braga e Moreira a Ermesinde.

No plano socioeconómico do século XIX, o concelho foi profundamente influenciado pelo fenómeno dos "Brasileiros de Torna-Viagem", cujo retorno financeiro se traduziu em filantropia e na edificação da emblemática "casa de Brasileiro". Neste contexto destaca-se o Visconde de Barreiros, que regressando do Brasil em 1880 "(...) se fixa na sua terra natal, São Miguel de Barreiros, [onde] investiu uma boa parte da fortuna que foi amealhando no Brasil, tendo em vista o desenvolvimento do seu concelho" (Alves, Barbosa e Pinto, 2013, p. 387). Paralelamente, o dinamismo cultural da época fez-se sentir em locais como a Quinta do Mosteiro, que funcionou como ponto de encontro para grandes vultos da literatura oitocentista, tais como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Antero de Quental (Câmara Municipal da Maia, s.d.).

Após um período de acentuada ruralidade assente na agricultura e na pecuária, o concelho despertou para a modernidade entre o final dos anos 60 e o início da década de 1970. Este impulso modernizador foi catalisado pela transformação do antigo "Campo da Aviação" num aeroporto internacional, pelo planeamento de novas áreas residenciais de qualidade e pelo desenvolvimento de uma Zona Industrial que se tornou a maior do país. Neste caso, o grande impulsionador seria José Vieira de Carvalho, um histórico autarca e professor universitário português, que desempenhou o cargo de Presidente da Câmara Municipal da Maia ao longo de vários mandatos, entre 1970 e 1974 e, novamente, de 1979 até ao seu falecimento em 2002. É considerado o principal responsável pela modernização e transformação do concelho, que passou de uma área marcadamente rural para um polo urbano e industrial de referência.

Na atualidade, a Maia configura-se como uma simbiose harmoniosa entre o urbano e o rural, a modernidade e a tradição, aliando a sua herança histórica a um desenvolvimento económico sustentável assente na indústria, no comércio e nos serviços (Câmara Municipal da Maia, s.d.).

Esta é a perceção de quem visita este município, contactando com ‘paisagens’ contrastantes de um território híbrido, onde o urbano difuso (infraestrutura física) e a urbanidade rural (experiência social) coexistem, demonstrando “(...) uma realidade fragmentada por núcleos de apropriação territorial” (Delgado, 2009, p.117).

1.3.3. Entre o urbano e o rural – evolução demográfica, setores de atividade e ocupação do solo

1.3.3.1. Nota prévia

De acordo com a classificação oficial do INE-TIPAU (2014) e como referimos na introdução do presente estudo, o concelho da Maia destaca-se pelo seu perfil urbanístico e demográfico, sendo globalmente classificado como uma ‘Área Predominantemente Urbana’ (APU). Efetivamente, das 10 freguesias atuais do município, 9 são classificadas como Áreas Predominantemente Urbanas (APU) e apenas uma – Folgosa - é classificada como Área Mediamente Urbana (AMU), não existindo nenhuma freguesia predominantemente rural (APR) no concelho (Fig. 3).

Figura 3- Tipologia das freguesias do município da Maia



Fonte: CAOP, 2019. Elaboração própria

Saliente-se, ainda, que previamente à reforma administrativa de 2013, e desde a formação da freguesia de Pedrouços em 1985, o município da Maia era constituído por 17 freguesias (Águas Santas, Barca, Folgosa, Gemunde, Gondim, Gueifães, Maia, Milheirós, Moreira, Nogueira, Pedrouços, Santa Maria de Avioso, São Pedro de Avioso, São Pedro Fins, Silva Escura, Vermoim, Vila Nova da Telha). Com a introdução da reforma, seriam criadas as freguesias de Cidade da Maia (por agregação de Gueifães, Maia e Vermoim), Castelo da Maia (por agregação de Santa Maria de Avioso, São Pedro de Avioso, Gemunde, Barca e Gondim) e Nogueira e Silva Escura (por agregação dessas duas freguesias), dando então origem às 10 freguesias atuais.

É importante referir que, anteriormente, em 23 de agosto de 1986, as freguesias que viriam a integrar Castelo da Maia e a freguesia de Águas Santas foram elevadas à categoria de ‘vila’, enquanto a ‘vila’ da Maia assumiria a categoria de ‘cidade’⁶.

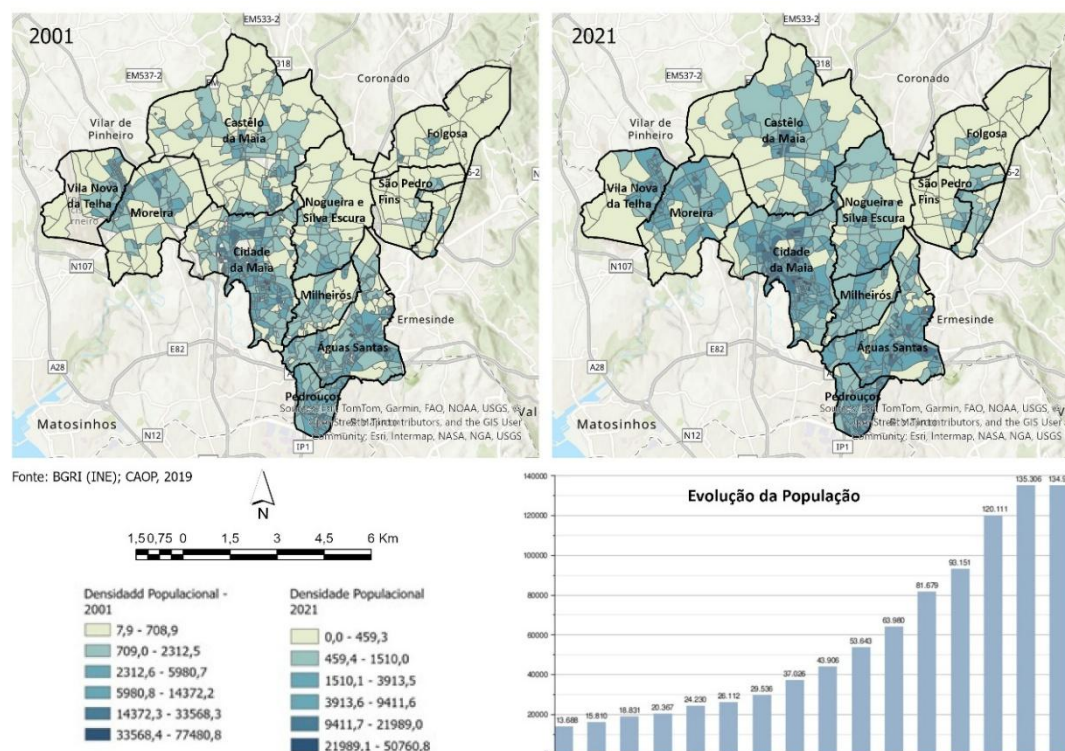
⁶. https://pt.wikipedia.org/wiki/Maia#Patrim%C3%B3nio_e_locais_de_interesse

1.3.3.2. Evolução demográfica

A figura 4 permite-nos visualizar a evolução demográfica da Maia desde 1864 (ainda sem as alterações administrativas posteriormente implementadas) a 2021, assim como a distribuição espacial da densidade populacional, à subsecção, entre 2001 e 2021, combinando uma perspetiva histórica de longo prazo com as dinâmicas recentes de ocupação do território ocorridas nas primeiras duas décadas do século XXI. O gráfico de barras na parte inferior da imagem ilustra a evolução da população ao longo de mais de um século, permitindo identificar um crescimento gradual mas contínuo ao longo de todo o período representado. Note-se, por exemplo, que entre 1864 e 1950 a Maia - território ainda predominantemente rural - registou um crescimento gradual mas contínuo, atingindo os 43 906 habitantes na década de 50, o que representa uma taxa de crescimento superior a 200%. A partir da segunda metade do século XX - mesmo na década de 1960 onde a emigração marcou uma parte substancial do país - o concelho assistiu a uma 'explosão demográfica' que se destaca principalmente em 1981, motivada pelo processo de industrialização da região, pela criação de infraestruturas estruturantes e pelo fenómeno de suburbanização em torno da cidade do Porto. Este crescimento atinge o seu pico demográfico nos Censos de 2011, com um total de 135 306 residentes. No entanto, o último período censitário revela um ligeiro declínio em 2021, ano em que a população recuou marginalmente para 134 977 habitantes.

Paralelamente, os dois mapas de coropletos na parte superior da figura 4 ajudam a compreender a variação da densidade populacional entre 2001 e 2021. São evidentes algumas diferenças de densidade entre os dois anos censitários, verificando-se que em 2001 é visível uma forte concentração de habitantes na área centro-sul do concelho, principalmente, como seria de esperar, na Cidade da Maia, Águas Santas e Pedrouços. Em contrapartida, as áreas mais periféricas a norte e a oriente revelam uma densidade bastante mais baixa. Duas décadas depois, o cenário do mapa de 2021 reflete um aumento da densidade, que se expande para as áreas mais próximas do centro urbano da Cidade da Maia, como Moreira, Nogueira e Silva Escura e Castelo da Maia, freguesias que viram a sua população aumentar (Figura 5).

Figura 4- Evolução e densidade da população na Maia entre 2001 e 2021



Fonte: Elaboração própria

Figura 5 - População residente, por freguesia, em 2001 e 2021



Fonte: INE, elaboração própria

A leitura conjunta dos dados, considerando a Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU,2014) do INE, permite destacar o município da Maia, como já referimos, pelo seu forte perfil urbanístico e demográfico, pelo que ao nível concelhio seja globalmente classificado como uma Área Predominantemente Urbana (APU). Efetivamente, apresenta

atualmente uma elevada densidade populacional, o que faz com que a esmagadora maioria das freguesias se enquadrem nas APU. A exceção é Folgosa, freguesia situada a nordeste do município, cuja baixa densidade populacional pouco se alterou entre 2001 e 2021, para além do facto de manter, áreas agrícolas e florestais densas. Assim, de acordo com o TIPAU de 2014, é classificada como Área Mediamente Urbana (AMU)⁷.

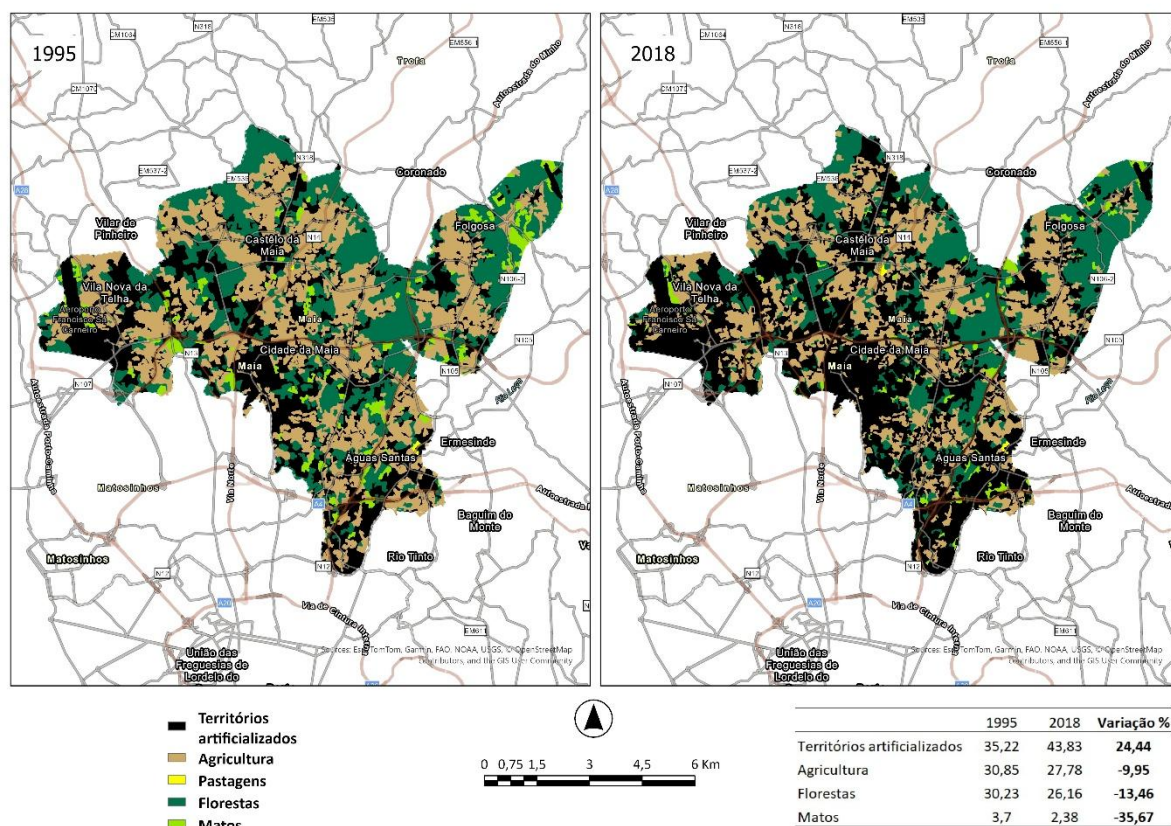
1.3.3.3. Evolução do uso e ocupação do solo

Acompanhando a variação da densidade demográfica, o uso e ocupação do solo revelam igualmente transformações significativas. Utilizando a informação relativa à COS de 1995 e de 2018, ou seja, um período de 23 anos, a paisagem concelhia sofreu mutações ‘drásticas’ que reconfiguraram a relação da população com o território. Compreender esta evolução é um passo fundamental para enquadrar a perceção e a valorização que os alunos têm face aos espaços rurais e às tradições agrícolas locais, uma vez que as gerações mais jovens interagem hoje com um ambiente marcadamente diferente daquele que moldou a identidade histórica da região.

Através da análise da figura 6, que representa a dinâmica de ocupação do solo no município da Maia entre os anos de referência, podemos observar que os territórios artificializados registaram uma variação positiva, aumentando quase 25%, enquanto as áreas agrícolas, florestais e de matos diminuíram, respetivamente, cerca de -10%, -14% e -36% (ver tabela inserida na figura 6). Estas alterações, configuram a transição demográfica focada no ponto anterior, associada ao crescimento do edificado destinado aos alojamentos para habitação, indústria e serviços, configurando uma expansão urbana, mas onde ainda subsistem núcleos significativos de ruralidade.

⁷. É importante referir que as alterações introduzidas pela TIPAU de 2025, não tiveram efeito na tipologia das freguesias da Maia.

Figura 6- Evolução do uso e ocupação do solo entre 1995 e 2018



Fonte: COS 1995; COS 2018. Elaboração própria

Mas analisemos com mais pormenor os dados estatísticos e a cartografia expressa nos dois períodos temporais.

Como referimos, a informação cartografada evidencia uma clara tendência de ‘artificialização’ do território em detrimento das áreas naturais - florestais e agrícolas. Já referimos que classe dos ‘territórios artificializados’ — que engloba, entre outros, o edificado residencial, os polos industriais, o comércio e serviços e as infraestruturas viárias — registou o crescimento mais expressivo, passando de 35,22% em 1995 para 43,83% em 2018, o que representa uma variação positiva de 24,44% deste tipo de ocupação.

Em contrapartida, todas as restantes classes de uso do solo registaram uma contração. O espaço agrícola, embora ainda represente uma área significativa do município, recuou 9,95%, caindo de 30,85% para 27,78% do território total. De igual modo, as superfícies florestais sofreram um decréscimo de 13,46%, situando-se nos 26,16% em 2018,

enquanto os matos apresentaram a quebra percentual mais drástica, reduzindo-se em 35,67% e passando a ocupar uns residuais 2,38% da área municipal.

A leitura espacial dos mapas permite compreender a distribuição geográfica destas transformações.

Em 1995, as zonas urbanas e industriais concentravam-se predominantemente no centro urbano da Cidade da Maia e no eixo ocidental, fortemente influenciado pelo Aeroporto Francisco Sá Carneiro - na proximidade da freguesia de Vila Nova da Telha -, bem como ao longo das principais vias de comunicação que ligavam o concelho ao Porto. Note-se que a imagem do município em 1995, surge-nos como um território urbano difuso devido à sua morfologia física, demonstrando que o concelho não cresceu como um círculo perfeito a partir de um centro, mas sim através da 'colagem' de vários núcleos que se expandiram ao longo das estradas, intercalados por espaços agrícolas e florestais. Esta intercalação de usos, faz com que seja habitual ver uma fábrica ao lado de uma moradia unifamiliar e, logo a seguir, um campo de cultivo ou uma área florestal. Esta "mistura" é a marca registada da urbanização difusa. Por outro lado, nas freguesias mais periféricas, como Folgosa, São Pedro Fins ou Nogueira e Silva Escura, o cenário ainda era, nesta altura, visualmente rural.

Em 2018, o padrão de urbanização difusa permanece, mas expande-se, verificando-se que os territórios artificializados assumem uma forma tentacular, unindo antigos núcleos populacionais anteriormente isolados. Este crescimento foi particularmente visível na zona sul, em freguesias como Águas Santas - devido à forte pressão imobiliária da proximidade com o Porto e Gondomar – e Milheirós, avançando progressivamente sobre as áreas centrais e periféricas e ocupando o espaço rural circundante.

Esta expansão urbana teve um impacto direto na matriz agrícola do concelho. Se em 1995 a agricultura se afirmava como a matriz dominante e contínua em várias freguesias do norte e do leste - como Folgosa -, penetrando inclusivamente de forma densa em direção ao centro, em 2018 o cenário passou a ser de fragmentação espacial. Como refere Delgado (2009, p.117) surge-nos "(...) uma realidade fragmentada por núcleos de apropriação territorial (...) segmentada por freguesias, que de uma forma

individualizada, desenvolvem uma ideia concordante de cidade tendo-se a si próprios como modelo”.

Assim, apesar da Maia ainda conservar uma certa vocação agrícola, a perda de continuidade transformou estas áreas em "ilhas" ou retalhos rurais cercados por edificado, novas vias rodoviárias e uma malha urbana secundária, daqui emergindo uma ‘urbanidade rural’ definida por alterações no estilo de vida quotidiano e novas aspirações. Fenómeno semelhante ocorreu com o uso florestal e as áreas de mato que sofreram uma diminuição evidente, ficando remetidos maioritariamente às periferias que foram sendo cortadas por eixos de transporte e novos loteamentos. Assim, nestas áreas que em 1995 ainda detinha uma componente agrícola notória, a maioria da população já não trabalha na agricultura. Na maior parte os habitantes já têm ‘profissões urbanas’ no centro da Maia ou no Porto, que escolhem viver nestas freguesias pela qualidade de vida, usufruindo de infraestruturas urbanas que garante um nível de conforto tipicamente urbano, mesmo num contexto de baixa densidade populacional.

Esta mutação da paisagem estabelece uma ponte direta com o objetivo desta investigação, ao transformar-se num território híbrido, frequentemente classificado na geografia humana como periurbano, confrontando os alunos nascidos no século XXI com uma realidade onde o ambiente artificializado é onnipresente. Para muitos jovens, o meio rural já não se apresenta como um modo de vida ou um sistema económico permanente, mas sim como uma paisagem fragmentada ou meramente contemplativa. Este distanciamento físico e visual da produção agrícola — impulsionado pelo desaparecimento de quintas tradicionais em prol do desenvolvimento industrial e residencial — pode gerar nas camadas mais jovens uma perceção de que o rural e as suas tradições agrícolas associadas, como o cultivo do milho ou as desfolhadas tradicionais, pertencem a um passado obsoleto e não a um setor económico vital e identitário.

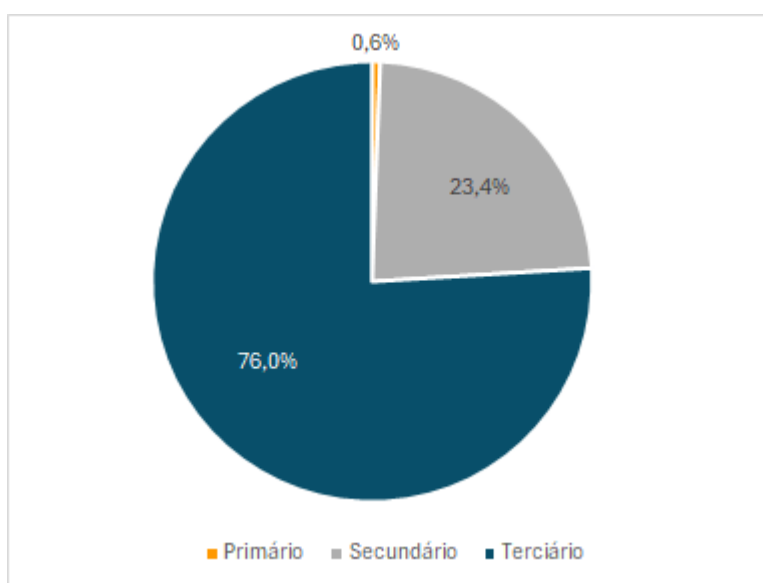
Por outro lado, o facto da soma das áreas agrícolas e florestais ainda representar mais de metade do território maiato em 2018, demonstra a resiliência do espaço rural na periferia urbana, uma rurbanidade que se impõe. Este indicador confere uma relevância acrescida ao estudo da valorização estudantil, abrindo espaço para compreender se os

alunos conseguem reconhecer a importância histórica e económica da agricultura local ou se, por influência da nova configuração do território, tendem a redefinir o espaço rural não pela sua função produtiva, mas sim pela sua função ambiental e cultural, valorizando-o como um pulmão verde essencial para a sustentabilidade, biodiversidade e qualidade de vida no ecossistema urbano em que habitam.

1.3.3.4. Distribuição da população por setores de atividade

Complementando a análise anterior, focamos agora a população empregada no concelho da Maia à data do Censos 2021, por setor de atividade económica (Gráfico 1). Como se pode observar, os setores dominantes são o terciário e o secundário, apresentando o setor primário um valor residual.

Gráfico 1 – Distribuição da população por setores de atividade em 2021



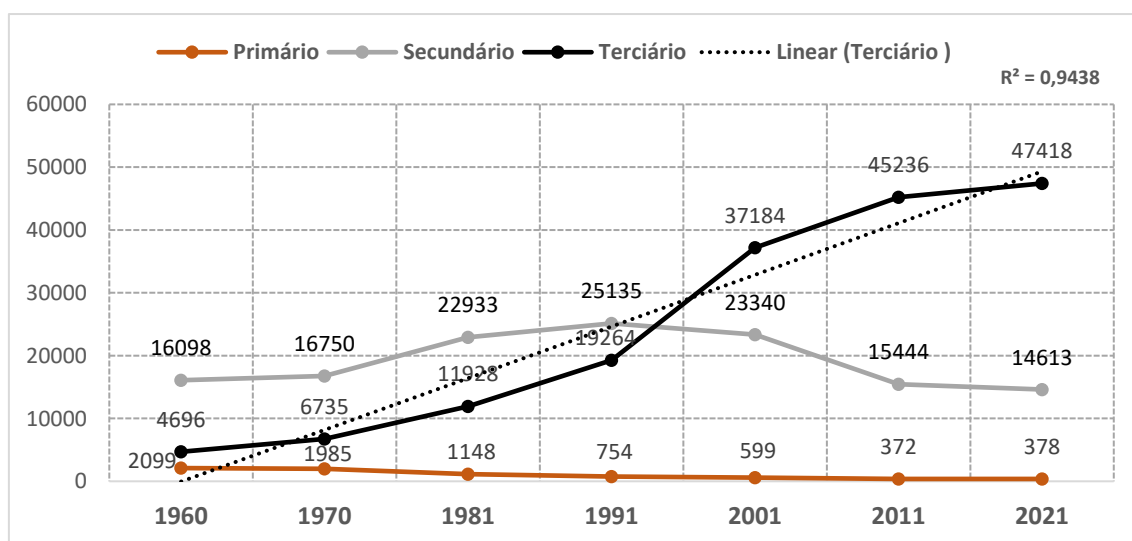
Fonte: INE, elaboração própria

No entanto, de acordo com o REOT (2016) a Maia sofreu uma profunda transformação estrutural da economia entre 1970 e 2021, marcada por um forte fenómeno de terciarização e pela diminuição progressiva dos restantes setores (Gráfico 2).

O setor terciário, registou um crescimento contínuo ao longo de todo o período considerado, consolidando-se atualmente como o setor que emprega mais população.

Embora entre os censos de 1960 e 1991 o número de indivíduos fosse ainda inferior ao que se registava no setor secundário, posteriormente assumiu uma tendência de crescimento linear (constante ao longo do tempo), evidenciando, em 2021, um número total de 47 418 pessoas que, como vimos corresponde a 76% da população empregada na Maia (cf. gráfico 1).

Gráfico 2 - Evolução da população empregada por setor de atividade



Fonte: INE, elaboração própria

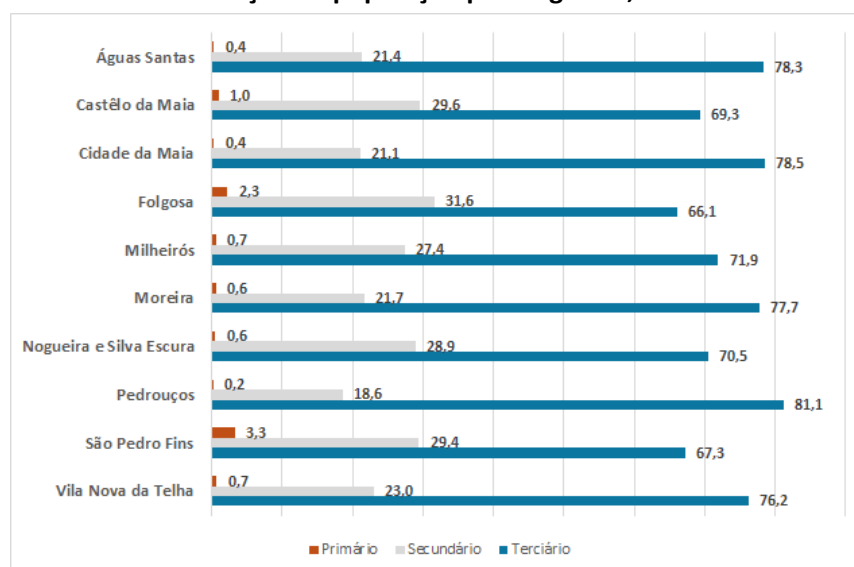
Por sua vez, o setor secundário que, em 1960, era dominante - empregando cerca de mais 11 400 pessoas relativamente ao terciário -, atingiu o seu auge na década de 1990, começando a decrescer a partir de então. Assim, se nos censos de 1991 ultrapassava os 25 000 ativos (ainda superando o setor dos serviços), a partir de então entrou numa rota de declínio sendo já ultrapassado pelo terciário em 2001, mantendo uma tendência decrescente que se atenua em 2021, ocupando 23,4% da população do concelho. No entanto, é preciso não esquecer que estamos a falar apenas de uma diminuição relativa à população do município. Com efeito, de acordo com Maia (2015, p.86), “(...) como forma de ordenar as unidades empresariais no território concelhio e promover estes espaços junto dos empresários, empreendedores e futuros investidores”, existem no município 14 Áreas de Acolhimento Empresarial e 3 centros empresariais de apoio à atividade económica. Considerando a informação disponível no website da Câmara

Municipal⁸, atualmente existem “(...) 17.833 empresas que escolheram a Maia para criar valor e mais de 71.265 postos de trabalho [e inserindo-se] no ecossistema de inovação do grande Porto, acolhe 32 start-ups e beneficia das sinergias criadas no TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia e Centro de Incubação e Aceleração da Maia”. Mas é claro que muitas destas empresas se enquadram na área dos serviços, assim como grande parte dos trabalhadores residem nos municípios que integram a AMP.

Em total contraste, o setor primário, que na década de 1960 detinha o mais baixo valor de pessoas (2099) dedicadas a este setor – constituindo, provavelmente, um trabalho informal de subsistência - revela uma perda sucessiva no volume de emprego. Após uma descida contínua até à viragem do século passou a manter-se residual, empregando apenas 0,6% do total da população empregada até ao final do período em análise.

Desta forma, verificamos que, no concelho da Maia, assistimos a uma transição para uma economia moderna e desenvolvida, onde a força de trabalho se ‘deslocou’ da produção material para se concentrar no setor dos serviços. E apesar deste panorama apresentar variações por freguesia, como se pode observar no gráfico 3, é nítida a prevalência em todas elas do setor terciário.

Gráfico 3 - Distribuição da população por freguesia, dos setores de atividade em 2021



Fonte: INE 2021, elaboração própria

⁸. <https://www.cm-maia.pt/investir/maia-go-apoio-ao-investimento/porque-a-maia/as-nossas-empresas>

No entanto, considerando o PDM do município, foram implementados objetivos de sustentabilidade para os três setores, sendo as principais atividades descritas o turismo, a produção industrial e agrícola, o comércio e os serviços.

O turismo tem como objetivo a diversificação da oferta turística, que é avaliada através da oferta de estabelecimentos de alojamento local, número de visitantes por museu, o número de eventos públicos artístico-culturais, entre outros (Câmara Municipal da Maia, 2024). A evolução do turismo no concelho da Maia tem acompanhado as transformações económicas e territoriais verificadas nas últimas décadas. O planeamento da ocupação do solo e a diversidade de atividades económicas existentes no concelho contribuíram para o desenvolvimento do setor terciário, no qual o turismo tem vindo a assumir uma importância crescente. Neste contexto, observa-se uma dinâmica turística em evolução positiva, marcada pelo aumento da procura e pela diversificação progressiva das atividades associadas ao turismo (Câmara Municipal da Maia, 2024).

Relativamente à capacidade de alojamento, o concelho da Maia dispõe de empreendimentos turísticos e alojamentos locais que refletem essa evolução. De acordo com dados do Turismo de Portugal, existem 10 empreendimentos turísticos e 79 alojamentos locais, correspondendo a uma capacidade de cerca de 1112 utentes nos primeiros e 450 nos segundos. Os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE) demonstram igualmente um crescimento significativo do número de dormidas, registando-se aproximadamente 163 mil dormidas em 2017, 194 mil em 2018 e cerca de 217 mil em 2019 (Câmara Municipal da Maia, 2024).

Apesar deste crescimento, o concelho apresenta ainda uma oferta turística pouco diversificada, predominando a tipologia hoteleira. Contudo, as marcas do mundo rural ainda presentes na Maia, nomeadamente as casas de lavoura e os solares, constituem um importante potencial para o desenvolvimento do turismo em espaço rural e do turismo de habitação. A valorização destes elementos patrimoniais poderia contribuir para diversificar a oferta turística do concelho e reforçar a ligação entre turismo, património e identidade local (Câmara Municipal da Maia, 2024).

O aumento da procura turística reflete-se também na crescente afluência aos equipamentos culturais e aos eventos realizados no município. Segundo dados do INE, os museus municipais receberam cerca de 51 mil visitantes em 2018, destacando-se a Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto (AMP). Paralelamente, o concelho evidencia uma forte dinâmica cultural e recreativa, através da realização de espetáculos ao vivo, exposições temporárias e eventos desportivos e empresariais, fatores que contribuem para a atratividade turística e para a valorização do território (Câmara Municipal da Maia, 2024).

A indústria, o comércio e os serviços são atividades económicas inclusivas e sustentáveis, fomentando a inovação. Nestas atividades é tido em conta a evolução do número de empresas no concelho, a taxa de ocupação das áreas industriais, as empresas locais que operam em setores de alta e média-alta tecnologia, entre outros. Ainda numa vertente sustentável também importa avaliar o desenvolvimento das atividades ligadas à economia circular e economia verde (Câmara Municipal da Maia, 2024). A Maia destaca-se pela forte presença de empresas de média e alta tecnologia, particularmente nas áreas da consultoria e programação informática, posicionando o concelho como uma referência nacional em setores tecnologicamente avançados e intensivos em conhecimento.

Para a produção agrícola o objetivo é a diversificação da economia com o apoio de recursos endógenos, como a agricultura, e para a avaliação é tido em conta o número de trabalhadores agrícolas, a superfície de culturas permanentes e temporárias, a evolução produtiva das principais culturas no setor agrícola, entre outras (Câmara Municipal da Maia, 2024).

Como vimos, a produção agrícola no concelho da Maia tem vindo a perder expressão nas últimas décadas, refletindo a crescente predominância do setor terciário na economia local. Vimos que em 2021, os trabalhadores do setor primário representavam apenas 0,6% do total de trabalhadores por conta de outrem, valor inferior ao registado na Área Metropolitana do Porto (AMP) (Câmara Municipal da Maia, 2024).

Os dados do Recenseamento Agrícola de 2019 revelam igualmente uma diminuição da área agrícola utilizada, sobretudo nas culturas temporárias, confirmando uma tendência de abandono progressivo da atividade agrícola no concelho. Ainda assim, algumas culturas permanentes registaram um ligeiro crescimento, tal como certas produções específicas, nomeadamente cereais para grão, frutos subtropicais e frutos de casca rija (Câmara Municipal da Maia, 2024).

No que respeita à produção pecuária, verifica-se uma redução geral do efetivo animal entre 2009 e 2019, mantendo-se as aves e os bovinos como as produções dominantes. Em contrapartida, destaca-se o crescimento da apicultura, visível no aumento significativo do número de colmeias e cortiços povoados (Câmara Municipal da Maia, 2024).

Apesar da reduzida expressão económica do setor primário, observou-se um aumento da criação de riqueza nas empresas agropecuárias entre 2009 e 2018. Paralelamente, a produção biológica tem vindo a ganhar alguma relevância no concelho, existindo produtores certificados de produção vegetal e animal, o que demonstra uma adaptação gradual a modelos agrícolas mais sustentáveis e ambientalmente conscientes (Câmara Municipal da Maia, 2024).

Assim, no âmbito económico o concelho da Maia apresenta características marcadamente urbanas, refletidas na predominância do setor terciário na sua estrutura económica. Desde a década de 1990, verificou-se uma transição de uma economia fortemente ligada ao setor industrial para uma crescente especialização nas atividades de comércio e prestação de serviços. Como referimos, em 2021 cerca de 75% da população ativa encontrava-se ligada ao setor terciário, enquanto o setor primário assumia uma expressão residual.

A distribuição das empresas sediadas no concelho confirma esta tendência. Das mais de 16 mil empresas existentes em 2018, cerca de 86% pertenciam ao setor terciário, destacando-se as atividades ligadas ao comércio, serviços administrativos e consultoria. Apesar disso, observou-se também um crescimento das empresas ligadas à agricultura e produção animal. Em contrapartida, o setor secundário registou uma diminuição do

número de empresas, sobretudo nas indústrias transformadoras e na construção (Câmara Municipal da Maia, 2024).

Neste contexto, o município tem vindo a apostar na promoção da economia circular, através da implementação de medidas relacionadas com a reciclagem, compostagem comunitária, gestão eficiente da água e valorização de resíduos. Paralelamente, têm sido desenvolvidas ações de educação ambiental, conferências e projetos de inovação sustentável, envolvendo entidades locais, empresas e população na construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis (Câmara Municipal da Maia, 2024).

No entanto, a análise da distribuição da população por setores de atividade no concelho da Maia deve ser enquadrada na dinâmica económica da Área Metropolitana do Porto (AMP). Marques et al. (2018) num estudo focado no PDM do Porto, evidenciam a importância e influência dos territórios metropolitanos na concentração de atividades económicas, emprego, inovação e funções empresariais, salientando o papel estruturante da proximidade, da densidade urbana e das infraestruturas nos processos de desenvolvimento económico. Desta forma, é possível compreender a posição da Maia no contexto metropolitano. A sua localização estratégica, a proximidade ao Porto, a presença de áreas empresariais e a forte acessibilidade rodoviária e aeroportuária contribuem para explicar a permanência de uma base industrial relevante e o crescimento das atividades terciárias. O concelho apresenta, assim, uma estrutura económica marcada pela articulação entre indústria, logística, comércio, serviços e funções empresariais.

Neste sentido, a predominância do setor terciário na Maia não deve ser analisada de forma isolada, mas como parte de uma reorganização funcional da Área Metropolitana do Porto. A redução da expressão do setor primário, a estabilização relativa do setor secundário e a expansão dos serviços refletem uma economia local progressivamente mais urbana, diversificada e integrada nas dinâmicas metropolitanas.

2. O núcleo de estágio

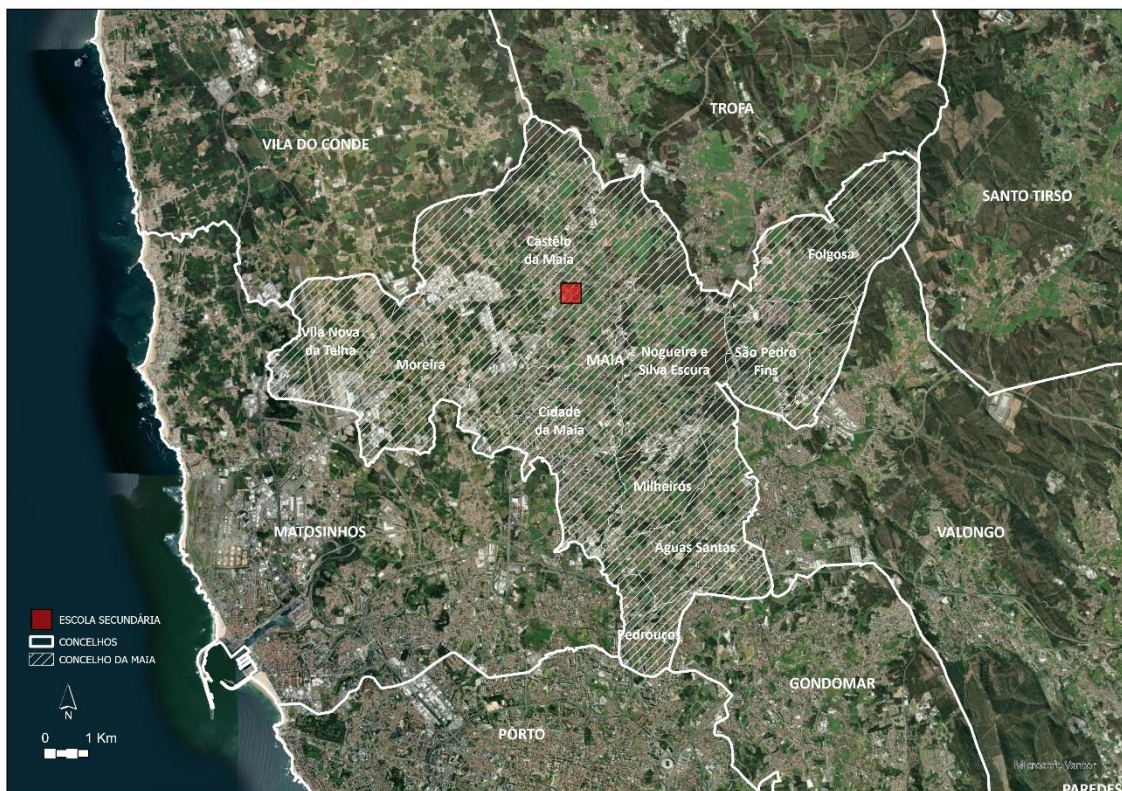
Ao longo deste capítulo procedemos à caracterização da Escola Secundária do Castelo da Maia e do respetivo agrupamento (AECM), assim como da turma onde realizamos a PES (no ano letivo 2025/2026), cujos alunos constituem a amostra utilizada para o desenvolvimento do tema do RE.

2.1. Caracterização da Escola Secundária do Castelo da Maia

2.1.1. Localização

A Escola Secundária do Castelo da Maia (ESCM) encontra-se inserida na freguesia do Castelo da Maia, no concelho da Maia, integrando um território que assume particular relevância pela sua posição intermédia entre o espaço urbano consolidado do litoral e áreas de matriz mais rural que se desenvolvem para o interior (Fig.7).

Figura 7 – Enquadramento administrativo do concelho da Maia e localização da ESCM



Fonte: CAOP, 2019; ESRI basemap, elaboração própria

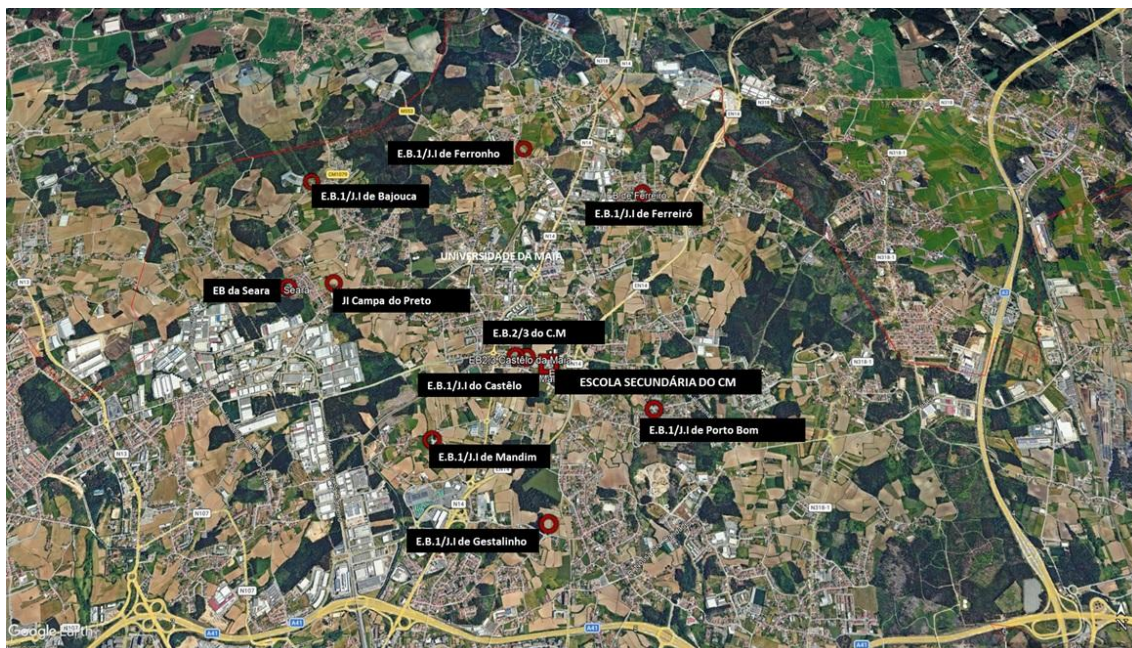
De acordo com o Art 8º do Aviso n.º 4731/2025/2⁹ – que aprova a 2ª revisão ao Plano Diretor Municipal da Maia – a ESCM faz parte da Unidade Territorial UT 2: Maia Norte, que constitui ‘um centro urbano estruturante’ do concelho, embora possua um ‘enquadramento ambiental e paisagístico que lhe acrescenta valor patrimonial agrícola e ecológico’. A permanência de características associadas a um território de transição confere ao espaço escolar uma identidade própria, marcada pela coexistência entre tradição local e modernização progressiva, marcada, por exemplo, pela localização, a ocidente, de uma área industrial e comercial de marcas reconhecidas e, a norte, a Universidade da Maia (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

A figura 8, que representa a distribuição espacial do Agrupamento de Escolas em que se integra (AECM), ilustra precisamente esta descrição, sendo possível observar, em torno do edificado, ‘manchas’ significativas de área agrícola e florestal. O Agrupamento inclui, para além da ESCM, mais 10 escolas de tipologia diferenciada, nomeadamente uma dedicada ao ensino Pré-Escolar (JI Campa do Preto, Gemunde), sete que se distribuem em torno da ESCM e associam o Pré-Escolar e o 1º Ciclo (E.B.1/J.I do Castelo, E.B.1/J.I de Ferreiró, E.B.1/J.I de Porto Bom, E.B.1/J.I de Ferronho, E.B.1/J.I de Gestalinho, E.B.1/J.I de Mandim, E.B.1/J.I de Bajouca), a EB da Seara que leciona o 1º ciclo e a E.B.2/3 do Castelo da Maia.

A freguesia em que se enquadra o referido agrupamento, situa-se a cerca de 3 quilómetros da cidade da Maia e aproximadamente 10 quilómetros a norte da cidade do Porto, o que a torna num local estratégico no contexto da Área Metropolitana do Porto (AMP). Este enquadramento territorial favorece a proximidade a importantes centros administrativos, económicos e de serviços, assim como é marcado por uma boa acessibilidade e mobilidade, considerando a sua ligação à estrada nacional 14 e à sua recente variante, bem como é servida por uma boa rede de transportes.

⁹. Diário da República n.º 35/2025, Série II de 2025-02-19

Figura 8 – Agrupamento de Escolas do Castelo da Maia



Fonte: *Google Earth*, elaboração própria

Importa referir que, desde 2013, a freguesia de Castelo da Maia resulta da agregação de cinco antigas freguesias — Santa Maria de Avioso, São Pedro de Avioso, Gemunde, Barca e Gondim — o que contribuiu para consolidar uma unidade territorial mais ampla e demograficamente expressiva. Esta configuração administrativa traduz-se numa área de influência significativa para a escola, que serve uma comunidade educativa diversificada e territorialmente alargada. Neste sentido, a localização da Escola Secundária do Castelo da Maia não deve ser entendida apenas em termos físicos, mas também enquanto elemento estruturante da sua função educativa, social e articuladora no seio da comunidade local (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

No plano interno do agrupamento, a ESCM assume uma posição central enquanto escola-sede do Agrupamento, encontrando-se fisicamente unida à Escola Básica de 2º e 3º ciclo e à Escola Básica de 1º ciclo e Jardim de Infância. Define assim um complexo escolar, sendo muito comum, entre alunos, referir a Escola Secundária como a ‘escola de baixo’ e as restantes como ‘escolas de cima’ (Fig. 9).

Figura 9 - Complexo escolar do Castêlo da Maia



Fonte: *Google Earth*, elaboração própria

2.1.2. Breve caracterização da Escola Secundária do Castêlo da Maia

A Escola Secundária do Castêlo da Maia possui um percurso histórico que acompanha a evolução das necessidades educativas da comunidade local e, em simultâneo, as transformações organizacionais da rede escolar no concelho da Maia. Inaugurada em 31 de outubro de 1992, tendo iniciado o seu funcionamento no ano letivo de 1992/1993, numa fase inicial foi concebida para receber exclusivamente alunos do ensino secundário, mas foi progressivamente integrando estudantes do 3º ciclo e do ensino profissional, respondendo, assim, à necessidade de dotar o território de uma estrutura escolar capaz de assegurar as exigências de área em crescimento demográfico e social (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

Um marco decisivo na história institucional da escola ocorreu no âmbito da reorganização da rede educativa. O Agrupamento de Escolas do Castêlo da Maia foi

constituído em 2003/2004, homologado por despacho do Diretor Regional de Educação do Norte de 26 de junho de 2003. Contudo, apenas mais tarde, no final do ano letivo de 2011/2012, teve lugar uma reconfiguração relevante, da qual resultou a agregação de escolas, em 4 de julho de 2012, onde a nova unidade orgânica passou a designar-se Agrupamento de Escolas do Castelo da Maia, com sede na Escola Secundária do Castelo da Maia. Esta alteração constituiu um momento de viragem, na medida em que a escola assumiu formalmente a condição de escola-sede e, com isso, passou a desempenhar funções acrescidas de liderança, coordenação e articulação pedagógica e administrativa (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

A escola sede passou a funcionar como núcleo estruturante de uma organização mais ampla, composta pela Escola Básica do Castelo da Maia e, como já referimos, por vários estabelecimentos do 1º ciclo e jardins de infância distribuídos pelo território. Nesta perspetiva, a história da Escola Secundária do Castelo da Maia cruza-se diretamente com a história de construção e consolidação do próprio agrupamento, refletindo uma trajetória de crescente complexidade organizacional e de aprofundamento da sua missão educativa (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

Outro elemento relevante no percurso histórico da instituição prende-se com a sua requalificação e modernização. Com efeito a ESCM foi intervencionada no âmbito do Programa de Modernização das Escolas de Ensino Secundário, promovido pela Parque Escolar. Esta intervenção, concluída em 2016, assume especial significado, porquanto traduz o reconhecimento da importância da escola no panorama educativo local e a necessidade de adequar os seus espaços e equipamentos às exigências contemporâneas do ensino. A requalificação física da escola representa, deste modo, uma etapa importante da sua evolução, não apenas pelo impacto material nas condições de funcionamento, mas também pela valorização simbólica da instituição enquanto espaço de aprendizagem, inovação e qualidade educativa (Projeto Educativo AECM, 2025/2029). Neste contexto, o projeto modernizou as infraestruturas existentes (espaços administrativos, zonas sociais, cantina e espaços desportivos), construiu novos blocos com funções sociais e letivas e requalificou os espaços exteriores (Fig. 10). Para

tornar a escola mais inclusiva, destaca-se a criação de condições de acessibilidade a todos os utilizadores, nomeadamente os de mobilidade condicionada, através de rampas e elevadores.

No website do responsável pelas alterações¹⁰, refere-se que:

A proposta baseia-se na disposição volumétrica do edificado existente como mote para gerar a nova construção. Partindo dos edifícios escolares existentes, propõe-se uma duplicação da sua estrutura volumétrica, resultando num conjunto com variações altimétricas, onde se alternam áreas construídas com espaços intersticiais. Nestes últimos, vão-se dispor alguns pátios, zonas verdes e anfiteatros ao ar livre, numa composição que se assemelha a uma malha reticulada em xadrez. A nova escola remete-nos para a figura de uma aranha, com o corpo central elevado, apoiado nos volumes que se erguem a partir do piso térreo, a funcionar como um corredor de distribuição que se articula com os restantes espaços à cota alta através de um esquema em “espinha”. No piso térreo, o esquema repete-se através de uma duplicação do eixo de circulação superior, dando origem a um corredor central exterior coberto que torna o edifício numa estrutura mais permeável e permite, em simultâneo, distribuir os principais programas de abertura à comunidade: sala polivalente, ala de relações institucionais, biblioteca, clubes, refeitório e área desportiva.

Também no plano dos recursos pedagógicos e culturais, a trajetória da escola revela sinais de consolidação institucional. O anexo de caracterização do agrupamento refere, por exemplo, que a Biblioteca da Escola Secundária do Castelo da Maia integra a Rede de Bibliotecas Escolares desde o ano letivo de 2002/2003. Este dado, ainda que específico, é revelador de uma progressiva integração da escola em redes e programas nacionais orientados para o reforço da qualidade das aprendizagens, da literacia e do acesso ao conhecimento. Assim, a história da escola pode igualmente ser lida através destes processos de incorporação de estruturas, recursos e projetos que contribuíram para o seu desenvolvimento enquanto instituição educativa de referência (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

Em síntese, a evolução ‘histórica’ da Escola Secundária do Castelo da Maia evidencia uma trajetória de crescimento, diversificação e consolidação institucional. Desde a sua

¹⁰. <https://www.carvalhoaraujo.com/project/escola-secundaria-de-castelo-da-maia/>

inauguração, em 1992, passando pelo alargamento da oferta educativa, pela integração no Agrupamento de Escolas do Castelo da Maia em 2012 e pela modernização das suas infraestruturas, a escola foi afirmando progressivamente o seu papel como centro educativo de referência no território. A sua história reflete, assim, não apenas a evolução de um estabelecimento de ensino, mas também a capacidade de adaptação a novas exigências pedagógicas, organizacionais e sociais, num quadro de compromisso continuado com a formação dos alunos e com o desenvolvimento da comunidade em que se insere.

Figura 10 – Perfil em planta e alguns espaços interiores e exteriores da ESCM



Fonte: <https://www.carvalhoaraujo.com/project/escola-secundaria-de-castelo-da-maia/>

2.1.3. Objetivos do AECM

Os objetivos do Agrupamento de Escolas do Castelo da Maia (AECM), definidos no Projeto Educativo 2025/2029, desenvolvem-se a partir de uma lógica estratégica coerente que articula visão, missão, valores e linhas de ação concretas. Mais do que um conjunto disperso de intenções, os objetivos do agrupamento configuram uma orientação institucional integrada, centrada no sucesso escolar, na inclusão, na cidadania, na inovação pedagógica e na ligação à comunidade. Como tal, os objetivos/princípios estruturantes que orientam o AECM, estão articulados com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PASEO, 2017), os Decretos-Lei nº 54 e 55 de 16 de junho e a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC, 2017).

Neste contexto, a visão do AECM assenta na afirmação do agrupamento como uma referência de excelência, entendida de forma ampla e não apenas em termos académicos. Como tal, valoriza o crescimento integral dos alunos, abrangendo dimensões físicas, psicológicas, emocionais, sociais e profissionais, num ambiente de segurança, confiança e bem-estar. Assim, o sucesso educativo é entendido não só como desempenho escolar, mas também como desenvolvimento pessoal e relacional (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

Assim, definem como princípios da sua Missão (Projeto Educativo, p.20):

- A Educação/Formação de Cidadãos éticos e solidários, capazes de transformar informação em conhecimento e de responder de forma crítica, responsável, criativa e empenhada, aos novos desafios de uma sociedade em constante mudança, permitindo o prosseguimento de estudos e/ou a inserção no mercado de trabalho;
- A promoção de uma cultura inclusiva, na qual importa promover “o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que

proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social”;

- O apoio à construção de Projetos de Vida de cada um e a construção de um Projeto Educativo de Agrupamento para Todos;
- A promoção da transparência na informação e a abertura ao diálogo.

Para além do primeiro objetivo ou princípio, que apela a uma educação crítica, responsável, criativa e empenhada, suscetível de formar cidadãos capazes de responder aos constrangimentos de uma sociedade que evolui a um ritmo vertiginoso, no AECM destaca-se a promoção de uma cultura inclusiva, subjacente ao direito de a cada aluno ser concedida uma educação ajustada às suas potencialidades, expectativas e necessidades. Assim a inclusão orienta a participação de todos em condições de equidade e reforça o sentido de pertença e a coesão social, contribuindo para o bem-estar dos estudantes, afirmando-se “(...) como um imperativo ético, jurídico e pedagógico que exige uma transformação profunda do sistema educativo, das suas estruturas e das suas práticas” (Oliveira, 2025, p.20).

Paralelamente, o agrupamento valoriza a construção dos projetos de vida dos alunos – que Piaget assinala “como fator constituinte da formação da personalidade e como parte do processo de integração do adolescente no mundo social adulto” (Dellazzana-Zanon & de Lucca Freitas, 2015, p.282) - através de uma educação que favorece a autonomia, a reflexão e a preparação para escolhas futuras (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

O Projeto Educativo atribui igualmente relevo à transparência na informação, ao diálogo e à participação, promovendo uma cultura organizacional baseada na confiança, na responsabilização e na proximidade entre escola, alunos, famílias e parceiros. Para concretizar a sua missão, o AECM propõe-se adotar pedagogias inovadoras, reforçar o trabalho colaborativo, valorizar a avaliação interna, dar visibilidade às ações

desenvolvidas, promover a formação pessoal e profissional e rentabilizar os recursos disponíveis, incluindo os tecnológicos (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

No plano estratégico, os objetivos do agrupamento distribuem-se por cinco grandes domínios: promoção do sucesso de todos os alunos; literacia digital e financeira; desenvolvimento social e ecologicamente sustentável; clima e ambiente educativos; e ligação à comunidade. Esta organização demonstra uma visão sistémica da escola, que articula aprendizagem, competências transversais, sustentabilidade, qualidade do ambiente escolar e abertura ao meio envolvente (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

Em síntese, os objetivos do AECM exprimem uma visão educativa ampla, integrada e humanista, orientada para a qualidade, a inclusão, a inovação e a cidadania. O agrupamento procura não apenas assegurar bons resultados escolares, mas também promover o desenvolvimento integral dos alunos, a valorização dos profissionais, a participação das famílias e a ligação à comunidade, afirmando-se como uma escola pública exigente, participativa e orientada para a melhoria contínua.

2.1.4. Oferta formativa

No que respeita à oferta formativa, a ESCM abrange o 3º ciclo e o ensino secundário, incluindo ainda o ensino profissional e a educação e formação de adultos. Esta amplitude revela uma orientação institucional para a construção de percursos educativos contínuos, permitindo acompanhar os alunos ao longo de diferentes etapas do seu desenvolvimento escolar e formativo, recordando, como referimos, que forma um complexo escolar onde se situam escolas que lecionam os ciclos prévios.

No plano do Ensino Secundário, a ESCM disponibiliza cursos científico-humanísticos, designadamente o Curso de Ciências e Tecnologias, o Curso de Ciências Socioeconómicas e o Curso de Línguas e Humanidades. Paralelamente, a oferta do AECM inclui vias profissionalizantes, assumindo particular relevância os cursos profissionais de Técnico de Cozinha/Pastelaria e de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas

Informáticos. Estes percursos refletem uma dimensão mais prática e vocacional da oferta formativa, orientada para o desenvolvimento de competências técnicas, profissionais e de inserção no mercado de trabalho, sem excluir a possibilidade de prosseguimento de estudos. A presença destes cursos revela, assim, uma tentativa de equilibrar a formação geral e a formação profissional, oferecendo respostas que se adequam à pluralidade de expectativas e aspirações dos alunos. O Projeto Educativo assinala, no entanto, que o funcionamento destes cursos está dependente do número de inscrições e da autorização da rede escolar, o que demonstra que a concretização anual desta oferta está sujeita a condições organizacionais e administrativas próprias do sistema educativo (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

A relevância da vertente profissional é ainda reforçada pelo facto de a Escola Secundária do Castelo da Maia se encontrar certificada com o Selo de Conformidade EQAVET, atribuído no âmbito da garantia da qualidade da educação e formação profissional e dinamizado pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. Esta certificação constitui um indicador importante da qualidade organizacional e pedagógica da oferta profissional, na medida em que pressupõe a adoção de procedimentos de monitorização, avaliação e melhoria contínua (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

Para além da oferta dirigida aos percursos escolares regulares, o AECM contempla também a Educação e Formação de Adultos (EFA), alargando a sua ação educativa a públicos jovens e adultos que procuram completar ou elevar as suas qualificações. Os dados apresentados no Projeto Educativo mostram que esta vertente tem vindo a assumir expressão ao longo dos anos, com diferentes configurações nos níveis básico e secundário. No ano letivo de 2024/2025, por exemplo, encontravam-se registados 39 alunos/formandos nesta modalidade (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

Associado a esta dimensão, o agrupamento dispõe ainda de um Centro Qualifica, destinado a jovens e adultos que procuram formação escolar e/ou integração qualificada no mercado de emprego, incluindo processos de reconhecimento, validação

e certificação de competências. O Projeto Educativo refere que este centro abrange os concelhos da Maia, Trofa, Santo Tirso e Vila do Conde, servindo uma área populacional alargada, na ordem dos 325 000 habitantes. Esta valência reforça a amplitude da oferta formativa do AECM, na medida em que prolonga a sua ação para além do ensino escolar tradicional e consolida a sua presença enquanto instituição com intervenção formativa relevante à escala local e regional. Trata-se, pois, de uma oferta que combina ensino regular, ensino profissional e formação de adultos, num modelo abrangente e socialmente comprometido (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

A caracterização da oferta formativa do agrupamento não ficaria, contudo, completa sem referência às estruturas e dispositivos de apoio que complementam os percursos escolares. O Projeto Educativo destaca, nesse âmbito, a Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola (UAARE), orientada para a conciliação entre percurso escolar e carreira desportiva, onde estão inseridos 31 estudantes no ano letivo 2025/2026 e onde tive a oportunidade de prestar apoio a uma aluna; o Centro de Apoio à Aprendizagem, enquanto estrutura agregadora de recursos humanos e materiais de suporte à inclusão e à diferenciação pedagógica; e o Serviço de Psicologia e Orientação, responsável pela avaliação clínica, cognitiva e comportamental, orientação vocacional e acompanhamento psicopedagógico (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

Também as atividades, projetos e iniciativas de enriquecimento curricular contribuem para robustecer a oferta educativa do AECM. O Projeto Educativo identifica um conjunto alargado de projetos nas áreas da cidadania, saúde, ambiente, comunicação, recursos digitais e internacionalização, incluindo iniciativas como o Desporto Escolar, o Programa Eco-Escolas, projetos Erasmus+, eTwinning, EPAS, entre outras. Estas iniciativas, embora não substituam o currículo formal, contribuem para formação integral dos alunos, favorecendo o desenvolvimento de competências sociais, cívicas, culturais, ambientais e digitais. Neste sentido, a oferta formativa do agrupamento ultrapassa uma perspetiva estritamente disciplinar e curricular, assumindo-se como um conjunto articulado de

oportunidades educativas orientadas para o desenvolvimento global dos alunos (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

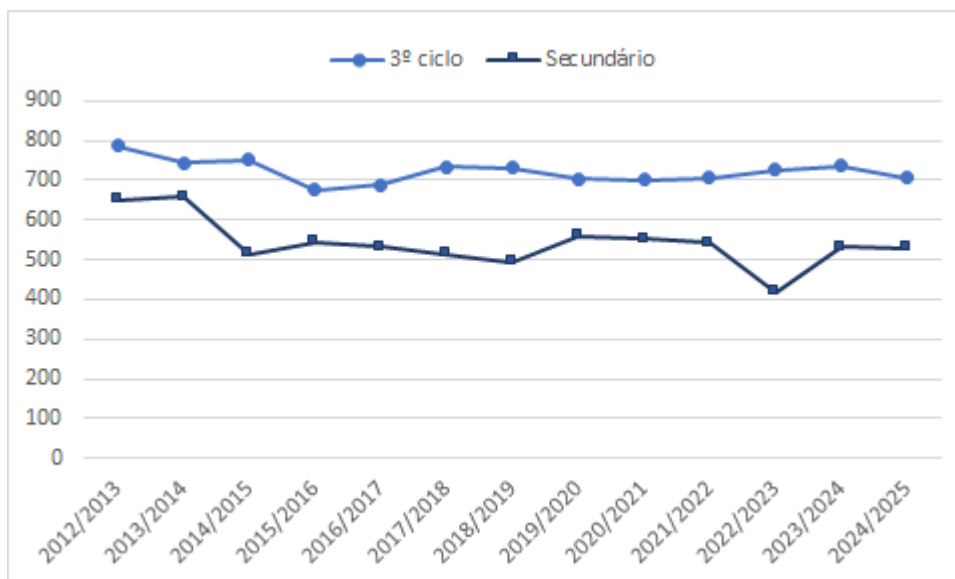
2.1.5. Alunos

No que se refere à caracterização dos alunos e dos professores, importa começar por salientar que os dados disponibilizados no Projeto Educativo dizem respeito ao conjunto do Agrupamento de Escolas do Castelo da Maia (AECM) e não exclusivamente à Escola Secundária do Castelo da Maia. Ainda assim, por se tratar da escola-sede do agrupamento e do principal polo de articulação pedagógica e organizacional, estes elementos são particularmente relevantes para compreender o contexto educativo em que a escola se insere (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

No ano letivo de 2024/2025, o AECM registava um total de 2672 alunos, distribuídos pelos diferentes níveis de ensino: 313 na educação pré-escolar, 738 no 1º ciclo, 386 no 2º ciclo, 705 no 3º ciclo e 530 no ensino secundário. Estes números revelam uma estrutura educativa de dimensão assinalável, com especial peso nos níveis intermédios e finais da escolaridade obrigatória, o que reforça a importância da Escola Secundária do Castelo da Maia enquanto centro de continuidade e culminação dos percursos escolares dos alunos do agrupamento.

Centrando-nos na ESCM, a observação dos dados permite verificar alguma estabilidade global da população escolar da ESCM, ainda que com oscilações ao longo dos anos, principalmente no ensino secundário (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Nº de alunos inscritos na ESCM no 3º ciclo e ensino secundário, entre 2012/13 e 2024/25

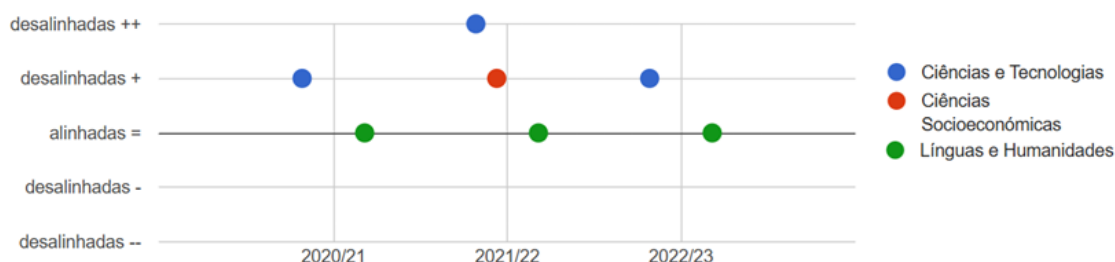


Fonte: Projeto Educativo, elaboração própria

De acordo com a informação obtida na Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), a Taxa de retenção ou desistência no 3º ciclo é mais baixa relativamente à média nacional, variando, no 7º, 8º e 9º anos de escolaridade, entre 2 e 3%. No ensino secundário estas percentagens tendem a aumentar principalmente no 10º ano, atingindo em 2022/2023 16% para uma média nacional de 12%, embora em anos anteriores tenha variado entre 7 e 8%. No entanto, no 11º e 12º anos esta taxa tende a diminuir, sendo sempre inferior ao que se regista a nível nacional.

Centrando-nos globalmente no secundário, verifica-se que as ‘notas internas atribuídas pela escola aos seus alunos’ comparativamente com ‘as notas internas atribuídas pelas outras escolas do país a alunos com o mesmo perfil socioeconómico’, verifica-se que ao nível das Línguas e Humanidades os resultados, nos 3 anos letivos disponibilizados, mostram concordância. No entanto, nos cursos de Ciências e Ciências e Tecnologias, na ESCM os resultados tendem a ser superiores (Gráfico 5). De qualquer modo, a percentagem de alunos que concluem os cursos científico-humanísticos em três anos ronda os 80% (DGEEC).

Gráfico 5 - Notas internas atribuídas pela ESCM aos seus alunos relativamente às notas internas atribuídas por outras escolas do país a alunos com o mesmo perfil socioeconómico



Adaptado de DGEEC

Consultando a classificação de escolas no ranking do secundário, com base nas notas dos exames nacionais de 2024, a ESCM ocupa o 174º lugar, no universo de 652 instituições públicas e privadas de todo o País e escolas portuguesas no estrangeiro. Considerando o distrito do Porto, assume o 34º lugar e o 14º no contexto das escolas públicas.¹¹ Pese a ‘artificialidade’ dos rankings, baseada apenas nos resultados dos exames nacionais de escolas públicas e privadas, com alunos que se caracterizam por condições socioeconómicas e culturais diferenciadas, a ESCM apresenta um resultado que podemos considerar bastante positivo.

Ao nível do ensino profissional, o Projeto Educativo fornece-nos apenas informação sobre os ‘alunos que concluíram o seu percurso formativo no final dos 3 anos de formação’ entre 2012/2013 e 2024/2025, sem especificar o seu número e curso frequentado (Gráfico 6). Em termos globais, no período considerado a tendência é positiva principalmente a partir de 2020/21, com o máximo de 95% registado em 2023/24.

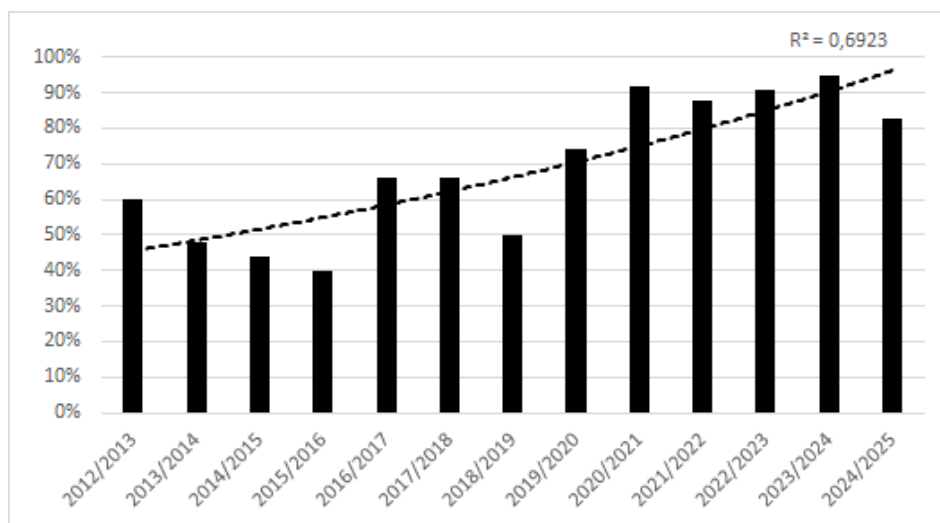
Na base de dados do Portal Infoescolas¹² foi possível obter o número de alunos inscritos nos cursos profissionais, por escola, embora não para todos os anos letivos referenciados no gráfico anterior. No entanto, apresentamos no gráfico 7 a conjugação entre o nº estudantes e a percentagem dos que concluíram os respetivos cursos profissionais na ESCM. Além de podermos constatar que os alunos que optam pelo

¹¹ . Fonte: <https://expresso.pt/ranking-das-escolas/2024>

¹² . <https://infoescolas.medu.pt/bds.asp>

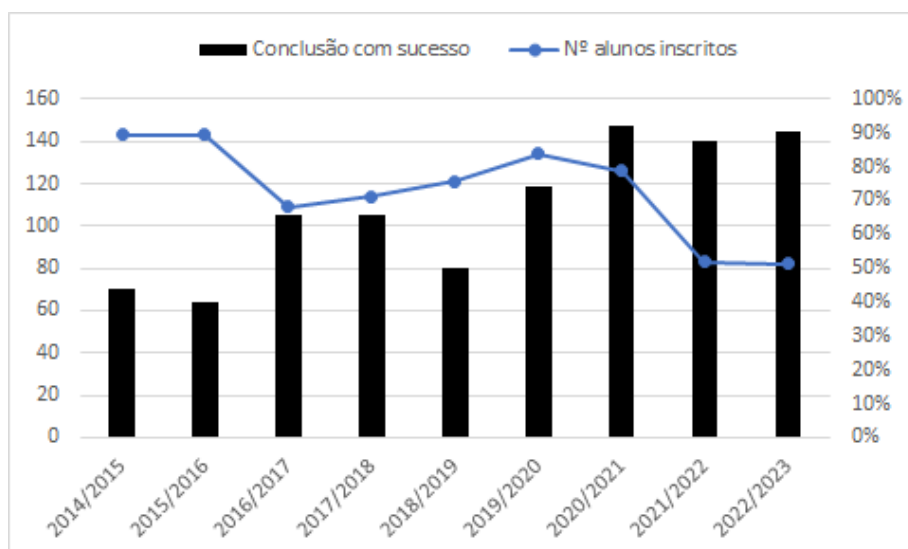
ensino profissional é bastante inferior aos que frequentam o ensino secundário regular (cf. gráfico 4), verifica-se que o número de inscritos no profissional tem vindo a diminuir. Não podemos afirmar que esta diminuição possa justificar o aumento da percentagem dos alunos que concluem a sua formação, mas é provável que este aspeto possa contribuir para o maior ‘sucesso’.

Gráfico 6 – Percentagem de alunos do ensino profissional que concluíram o seu percurso de formação, entre 2012/13 e 2024/25



Fonte: adaptado do Projeto Educativo do AECM

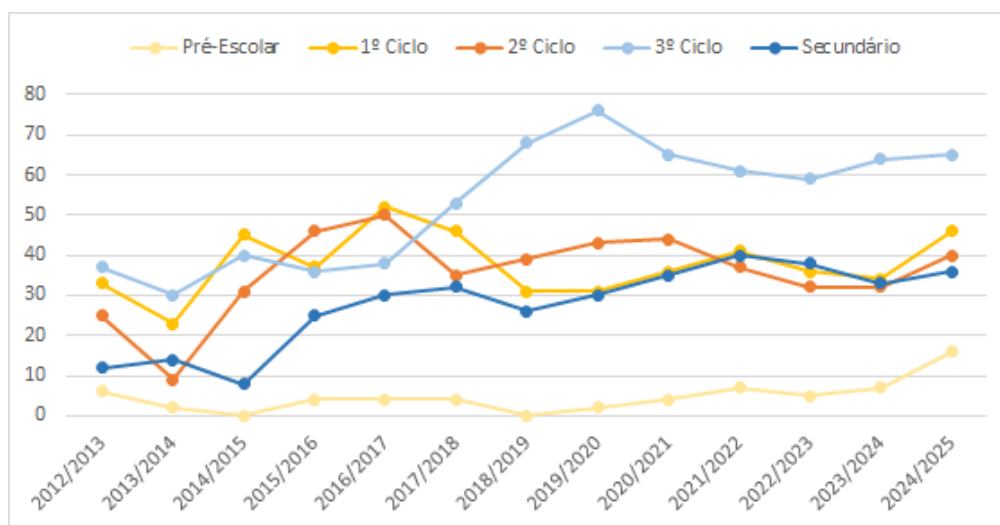
Gráfico 7 – Nº de alunos inscritos no ensino profissional da ESCM e percentagem dos que concluíram a sua formação, entre 2014/15 e 2022/23



Fonte: adaptado do Projeto Educativo do AECM e do Portal Infoescolas

É ainda relevante destacar que o AECM possui um número significativo de alunos com necessidades educativas, distribuídos pelos vários ciclos de ensino (Gráfico 8), que, tendencialmente tem vindo a aumentar, com destaque para o 3º ciclo. Desde 2019/2020 a legislação considera que estes estudantes devem usufruir de medidas seletivas e adicionais.

Gráfico 8 – Evolução do número de alunos com necessidades especiais no AECM, nos vários níveis de ensino



Fonte: Projeto Educativo, elaboração própria

2.1.6. Professores

No que respeita ao corpo docente, o Projeto Educativo do AECM (2025/2029, p. 10) caracteriza-o como marcado “(...) pela qualidade e diversidade da formação, pela experiência profissional e pelo dinamismo [desempenhando as suas funções com] um forte espírito colaborativo e de entreaajuda entre docentes, assistentes educativos e estruturas institucionais, [que contribui para a] existência de um ambiente de tranquilidade” considerado favorável à superação das dificuldades que vão surgindo.

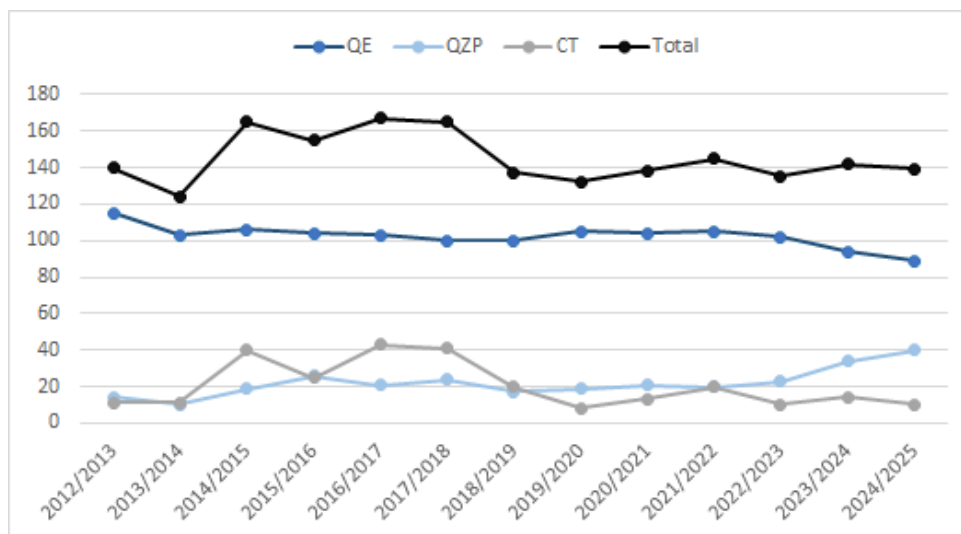
No entanto, o documento acima citado refere que subsistem algumas limitações em termos de instalações em certos estabelecimentos de ensino, o que permite compreender que o desempenho dos professores se processa, por vezes, em contextos

materiais imperfeitos. Ainda assim, a avaliação global apresentada é claramente positiva, sublinhando o profissionalismo do corpo docente e a sua importância na concretização do projeto educativo do agrupamento.

Em termos quantitativos, no ano letivo de 2024/2025, o AECM integrava 271 docentes. A sua distribuição pelos diferentes níveis de ensino e vínculos contratuais permite compreender a dimensão e a composição do corpo profissional que sustenta a atividade pedagógica do agrupamento. Na educação pré-escolar, registavam-se 20 docentes, no 1º ciclo, 54 no 2º ciclo, 57 e no 3º ciclo e ensino secundário, 139 docentes. Do total, uma parte significativa integra os quadros de escola, coexistindo com docentes do quadro de zona pedagógica e com docentes contratados. Esta composição revela, por um lado, a existência de um núcleo profissional relativamente estável e, por outro, a necessidade de recurso complementar a outros vínculos, em função das necessidades de serviço e da organização anual da rede escolar (Projeto Educativo AECM, 2025/2029).

Podemos ilustrar esta situação centrando-nos na ESCM e considerando o quadro dos docentes do 3º ciclo e do ensino secundário (Gráfico 9). Efetivamente, a estabilidade do corpo docente é ilustrada pelos professores que integram o Quadro de Escola, que predominam no seu contexto, embora se registre, a partir de 2022/2023 um ligeiro decréscimo, compensado pelos docentes do Quadro de Zona Pedagógica e não por docentes contratados. Estes acompanham sobretudo a tendência do total de docentes, demonstrando um aumento entre 2014/2015 e 2017/2018.

Gráfico 9 – Evolução do número de docentes do 3º ciclo e do ensino secundário, por vínculo contratual



Fonte: Adaptado de Projeto Educativo 2025/2029

2.2. Caracterização da turma alvo do projeto de investigação-ação

Como já referimos, a nossa Prática de Ensino Supervisionada decorreu na Escola Secundária do Castelo da Maia no ano letivo de 2025/2026, onde tivemos a oportunidade de lecionar duas turmas do 11º ano e uma do 8º ano de escolaridade.

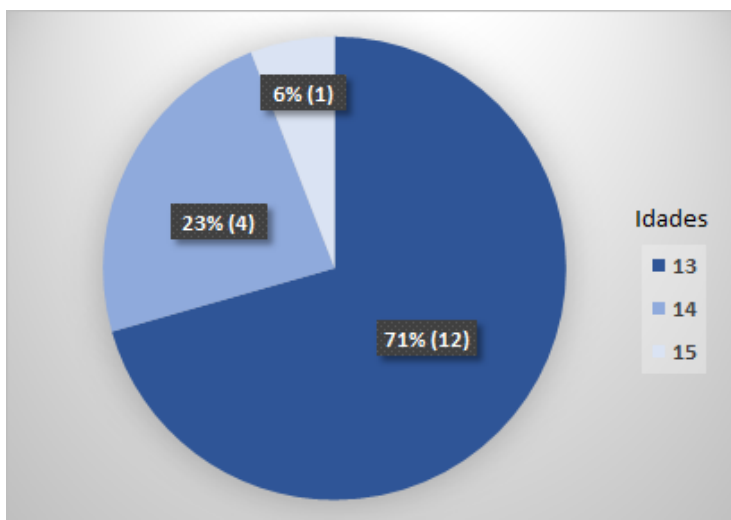
O nosso projeto foi desenvolvido na turma do 8º ano, onde lecionamos um total de 15 aulas de 90 minutos, que correspondem a 4 aulas no 1º período, 8 aulas no 2º período (representam todas as aulas deste período) e 3 aulas no 3º período. Desde o início das regências os alunos mostraram interesse e colaboraram com as atividades realizadas para o desenvolvimento do projeto.

Apesar da amostra ser pequena, optamos por esta turma tendo em conta que as Aprendizagens Essenciais deste ano de escolaridade contemplam dois temas – População e povoamento e Atividades Económicas – que exploram conceitos sobre as ‘áreas de fixação humana’ e sobre o ‘setor primário’, que vão ao encontro das tradições agrícolas e dos espaços rurais.

A turma é constituída por 17 alunos, dos quais 64,7% (11) pertencem ao género feminino e 35,3% (6) ao género masculino. A sua idade varia entre 13 e 15 anos (Gráfico

10), verificando-se, através de um questionário aplicado (Anexo 10) que dois dos alunos da turma já tinham ficado retidos no 6º ano de escolaridade.

Gráfico 10 – Idade dos alunos



Fonte: Elaboração própria

Ainda através do questionário realizado na turma, foi possível perceber que 82,3% (14 alunos) destes estudantes pretendem, após concluírem a escolaridade obrigatória, prosseguir os estudos ingressando no ensino superior, 11,7% (2 alunos) ainda não têm uma decisão tomada, enquanto apenas 5,8% (1 aluno) pretende começar a trabalhar depois de concluir o 12º ano de escolaridade.

Esta turma foi desde o primeiro período a que obteve melhor desempenho na disciplina de Geografia do 8º ano da ESCM, com uma média próxima do nível 4, o que nos leva a concluir que as aprendizagens foram feitas com sucesso e as atividades foram enriquecedoras.

3. Metodologias aplicadas

Como já referimos, o principal objetivo deste relatório de estágio é compreender as percepções e o grau de valorização dos alunos e dos seus familiares relativamente aos espaços rurais e às tradições agrícolas locais, num contexto de crescente afastamento das novas gerações do mundo rural. Deste modo, foram realizadas ao longo do ano letivo diversas atividades, que integram a metodologia aplicada para responder ao nosso objetivo final.

3.1. Ficha de trabalho 1 e 2

No contexto das aulas lecionadas no âmbito do Tema Atividades Económicas, Subtema Setor I – (Primário), foram discutidos os conceitos que integram as AE relativas à agricultura, designadamente: principais processos de produção agrícola; solo arável; morfologia agrária; sistema de produção (policultura, monocultura); sistema de rega (regadio e sequeiro); parcela; pousio; agricultura familiar; agroindústria; agricultura biológica; pecuária; processos de criação animal e silvicultura. Considerando que previamente tinha sido discutido o Tema População e povoamento, reequacionamos alguns dos problemas que afetam atualmente as áreas rurais condicionando a sua sustentabilidade, tais como o envelhecimento da população, a diminuição da população ativa neste setor e o êxodo rural. No entanto, utilizando o exemplo do município da Maia, foi solicitado aos alunos que descrevessem os espaços rurais e as mudanças positivas que identificavam e, finalmente, como viam a ‘paisagem’ do seu concelho considerando as descrições tradicionais do espaço geográfico. Na sequência destas aulas, que envolveram uma componente mais passiva (transmissão de conceitos) e outra mais ativa (discussão de problemas e caracterização da agricultura atual no seu concelho de vivência, de forma a estimular a capacidade de argumentação e pensamento crítico), aplicamos uma ficha de trabalho sumária (Anexo 1). Aqui, pedia-se aos alunos que observassem duas imagens, uma imagem que representava uma área rural e outra que representava uma área urbana, mencionando qual das duas imagens associavam mais à Geografia, justificando a sua resposta.

Na Ficha de Trabalho 2 (Anexo 2), os alunos foram convidados a identificar diferentes elementos e ferramentas tradicionalmente associados aos espaços rurais, nomeadamente uma pipa/ barril de vinho, uma enxada, um malho, uma debulhadora, um espigueiro, uma foice, uma charrua, um semeador e um pulverizador de sulfatar. O principal objetivo desta atividade consistiu em avaliar o grau de reconhecimento dos alunos sobre estes elementos, a familiaridade com objetos ligados às práticas agrícolas e ao mundo rural, e se associavam a Geografia aos espaços rurais.

3.2. Portfólio digital e esboço de paisagem

Uma das atividades desenvolvidas com a turma participante, consistiu na criação de um portfólio digital dedicado aos espaços rurais. Para esse efeito, recorreu-se à plataforma Padlet, onde foram organizadas cinco secções temáticas destinadas à partilha de fotografias pelos alunos. As categorias definidas incluíam: campos agrícolas, hortas, utensílios agrícolas, culturas agrícolas e elementos associados às tradições locais (Anexos 3 a 8). Esta atividade teve como principal objetivo explorar as perceções dos alunos sobre o mundo rural, bem como identificar o seu grau de contacto com espaços, práticas e elementos característicos deste meio.

No âmbito de uma das aulas lecionadas, foi ainda realizado um *Peddy Paper* dedicado à temática da agricultura. Foi definido um percurso em torno da escola e selecionado um dos postos de atividade com elementos essencialmente rurais. Neste local os alunos foram convidados a observar a paisagem e a elaborar um esboço da mesma. Para além da representação gráfica dos elementos visíveis, foi solicitado que identificassem e relacionassem conceitos geográficos abordados nas aulas, aplicando os conhecimentos adquiridos relativamente à interpretação da paisagem (Anexo 9). Esta atividade procurou promover a observação direta do território e estimular a capacidade dos alunos para reconhecer e analisar elementos geográficos presentes no espaço envolvente.

3.3. Inquérito por questionário aplicados à turma e aos familiares da turma

No âmbito da investigação, foi aplicado um inquérito por questionário aos alunos, contendo questões destinadas à caracterização dos participantes e à recolha de informações sobre a sua relação com os espaços rurais (Anexo 10). Este instrumento permitiu analisar o grau de contacto dos alunos com o meio rural e compreender de que forma o seu quotidiano se encontra mais ou menos ligado a estes espaços, contribuindo para avaliar o afastamento das novas gerações em relação ao mundo rural.

Em simultâneo, solicitamos aos alunos que levassem para casa um inquérito destinado aos seus familiares, com o objetivo de recolher informações sobre a sua relação com os espaços rurais do concelho da Maia (Anexo 11). Através deste instrumento, procurou-se compreender o grau de proximidade das famílias ao meio rural, bem como identificar os seus hábitos de frequência, perceções e interesse relativamente a estes espaços. Esta recolha de dados permitiu complementar a análise das perceções dos alunos, integrando a influência do contexto familiar na relação com o mundo rural.

4. Análise e interpretação de resultados

4.1. Ficha de trabalho 1

Nesta primeira ficha de trabalho, dos 17 alunos inquiridos, 88,2% consideraram que a imagem do espaço rural (imagem 2) os remete mais para a Geografia, enquanto apenas 11,8% associam preferencialmente o espaço urbano (imagem 1) a esta ciência.

Ao ler as justificações dos alunos, foi possível observar que todos os alunos utilizaram termos geográficos associados aos conceitos das AE. Para a imagem do espaço rural utilizaram palavras como, “formas de relevo”, “planícies”, “planaltos”, “paisagens naturais”, “vegetação”, “espaços verdes”, “agricultura”, “Terra”, “solo” e “natural”; para a imagem do espaço urbano utilizaram sobretudo “população”, “pirâmide etária”, “censos” e “taxa bruta de natalidade”.

A análise das justificações apresentadas pelos alunos permitiu evidenciar que os alunos estabelecem associações distintas entre os diferentes espaços apresentados, mobilizando conhecimentos geográficos, mas nem sempre adequados à interpretação de cada imagem. No caso da imagem relativa ao espaço rural os conceitos são descritivos de uma forma objetiva – referem o que observam – e podemos considerá-los apropriados neste domínio, apesar da maior parte se enquadrar em temas do 7º ano de escolaridade, relacionando o espaço rural com elementos paisagísticos naturais. No caso do espaço urbano, a associação à Geografia surge mais associada a aspetos demográficos e sociais, remetendo principalmente para conceitos estatísticos. Assim, não descrevem a imagem de forma objetiva, utilizando conceitos ligado sobretudo ao subtema que teria sido lecionado anteriormente - ‘População’ -, apesar dos conceitos mais adequados estarem incluídos no subtema ‘Áreas de fixação humana’. Neste sentido, parece-nos que os estudantes, no caso desta ficha, associaram as imagens ao conteúdo geográfico que estavam a lecionar, pelo que valorizaram o setor primário no contexto da Geografia.

De qualquer modo, esta diferenciação descritiva demonstra que os alunos reconhecem a diversidade temática da Geografia e conseguem, em parte, identificar características específicas de diferentes tipos de território. Além disso, a forte associação da Geografia ao espaço rural revela que, apesar do progressivo afastamento das novas gerações relativamente ao mundo rural, este continua presente no pensamento geográfico dos alunos.

Deste modo, os resultados reforçam a importância do ensino da Geografia enquanto meio de aproximação dos jovens ao território rural, promovendo a valorização das paisagens, das práticas agrícolas e das dimensões culturais associadas a estes espaços.

4.2. Ficha de trabalho 2

Na ficha de trabalho 2 os resultados revelam diferentes níveis de conhecimento relativamente aos instrumentos/elementos dos espaços rurais. Relativamente à imagem da pipa ou barril, a maioria dos alunos identificou corretamente o objeto, sendo

a designação “barril” a mais utilizada (82,3%), enquanto apenas 17,7% dos alunos utilizaram o termo “pipa”. A enxada foi reconhecida por todos os alunos (embora algumas respostas apresentassem erros ortográficos), evidenciando que este continua a ser um instrumento amplamente conhecido.

Por outro lado, algumas ferramentas agrícolas tradicionais revelaram um elevado grau de desconhecimento. Nenhum aluno identificou corretamente o malho, tendo este sido apelidado como “pau” e “pé-de-cabra”, enquanto a maioria optou por não responder. Situação semelhante verificou-se com a debulhadora, corretamente identificada por apenas um aluno, tendo outro participante utilizado o termo “tritador”.

O espigueiro apresentou um nível intermédio de reconhecimento. Foi identificado corretamente por 29,4% dos alunos, mas surgiram igualmente designações incorretas, como “galinheiro”, “espiguelha”, “armazenador” e “migalheiro”, enquanto vários alunos não apresentaram qualquer resposta. A foice foi reconhecida pela maioria dos participantes, apesar de alguns erros ortográficos, demonstrando que este instrumento continua relativamente presente no conhecimento dos alunos.

A charrua foi um dos elementos menos reconhecidos, tendo apenas um aluno apresentado uma resposta relacionada com a sua função, referindo que ‘servia para colocar sementes na terra’, embora não seja a resposta correta. Também o semeador revelou um reduzido nível de reconhecimento, sendo confundido com um carrinho, um cortador de relva ou um trator.

Por fim, relativamente ao pulverizador de sulfatar, verificou-se alguma familiaridade com a sua função, embora poucos alunos conhecessem a designação correta. As respostas incluíram termos como “sulfato”, “máquina de sulfato” e referências à sua utilização para ‘matar plantas ou insetos’.

De uma forma geral, os resultados evidenciam que os alunos demonstram maior familiaridade com instrumentos agrícolas mais comuns ou ainda presentes no quotidiano, como a enxada, a foice ou o barril. Em contrapartida, ferramentas e estruturas mais tradicionais ou específicas da atividade agrícola revelam níveis significativos de desconhecimento. Estes resultados parecem refletir o progressivo

afastamento das novas gerações em relação ao mundo rural e às práticas agrícolas tradicionais, reforçando a importância do ensino da Geografia na valorização e preservação deste património cultural e territorial.

4.3. Portfólio digital

Durante a elaboração do portfólio digital, os alunos manifestaram, desde o início, algumas dificuldades na recolha de fotografias relacionadas com os espaços rurais. Em contexto de sala de aula, vários alunos referiram não possuir contacto direto com estes espaços, o que limitava a obtenção de imagens. Perante esta situação, a solução encontrada passou pela recolha de fotografias em espaços públicos ou em propriedades pertencentes a familiares, nomeadamente avós.

Na primeira secção do portfólio, dedicada à identificação de campos agrícolas, verificou-se que todas as fotografias apresentadas correspondiam a parcelas observadas pelos alunos em espaços públicos e não em terrenos pertencentes às suas famílias (Anexo 4). Na segunda secção, relativa a hortas, foi possível recolher algumas imagens de espaços cultivados pertencentes a familiares; contudo, apenas três alunos participaram nesta atividade (Anexo 5).

Relativamente à terceira secção, destinada à recolha de fotografias de utensílios agrícolas, apenas uma aluna apresentou uma imagem, correspondente a uma enxada ou sachola (Anexo 6). Na quarta secção, referente às culturas agrícolas, o número de fotografias continuou reduzido, incidindo sobretudo sobre árvores de fruto, sem registo significativo de culturas hortícolas ou outros produtos agrícolas (Anexo 7).

Por fim, na quinta secção, os alunos foram convidados a partilhar fotografias que associassem às tradições ligadas à agricultura (Anexo 8). Os resultados revelaram uma associação predominante entre a tradição agrícola e a religião, evidenciada pela partilha de imagens de igrejas, santos e outras representações religiosas. Esta associação poderá refletir a importância histórica das festividades religiosas e das práticas comunitárias ligadas ao calendário agrícola. Destaca-se, ainda, o caso de uma aluna que relacionou

um moinho com a tradição agrícola, reconhecendo a sua função no processamento dos cereais e na produção de farinha para a confeção do pão.

Os resultados obtidos através da elaboração do portfólio digital evidenciam um contacto reduzido dos alunos com os espaços rurais e com as atividades agrícolas, aspeto que se manifestou desde o início da atividade através das dificuldades relatadas na obtenção de fotografias relacionadas com o tema. A necessidade de recorrer a espaços públicos ou a propriedades de familiares demonstra que, para muitos alunos, a realidade rural não faz parte do seu quotidiano imediato.

A análise das diferentes secções do portfólio revela igualmente um conhecimento limitado sobre as práticas e elementos associados ao mundo rural, refletido no reduzido número de fotografias partilhadas relativas a hortas, utensílios agrícolas e culturas agrícolas. Contudo, a atividade permitiu identificar algumas referências culturais ainda presentes nas representações dos alunos, particularmente na associação entre a agricultura e determinadas tradições locais.

Destaca-se, neste contexto, a forte relação estabelecida pelos alunos entre a tradição agrícola e a religiosidade, visível na partilha de imagens de igrejas, santos e outros símbolos religiosos. Esta associação sugere que, apesar do afastamento das práticas agrícolas propriamente ditas, persistem memórias e referências culturais que ligam o mundo rural às tradições comunitárias e à identidade local. Assim, os resultados reforçam a ideia de que o património rural continua presente no imaginário dos alunos, ainda que muitas vezes de forma indireta e simbólica, evidenciando a importância do ensino da Geografia na promoção do conhecimento, da valorização e da preservação destas heranças culturais e territoriais.

4.4. Esboço da paisagem

Na realização do *Peddy Paper* sobre a agricultura, a maioria dos alunos não conseguiu elaborar um esboço da paisagem que estavam a observar à frente da escola. Tiveram dificuldades no desenho, mas o maior problema foi a aplicação de conceitos lecionados (Anexo 9). O que concluímos em sala de aula após a realização da atividade, foi que os

estudantes consideraram complexa a elaboração da atividade proposta, o que é frequente quando se solicita a elaboração de um esboço de paisagem ou, por exemplo, de um mapa mental, talvez porque seja um exercício pouco solicitado.

Ao nível dos conceitos, “pasto”, “policultura”, “sequeiro” e “vegetação” foram alguns dos termos que um dos alunos escolheu para descrever a paisagem que observou. O aluno em questão conseguiu fazer a distinção entre “pasto” e “vegetação”, assim como também referiu o tipo de cultura e de rega, apesar de não ter acertado no tipo de cultura: mencionou “policultura”, mas naquela parcela agrícola predominava o cultivo de uma única cultura.

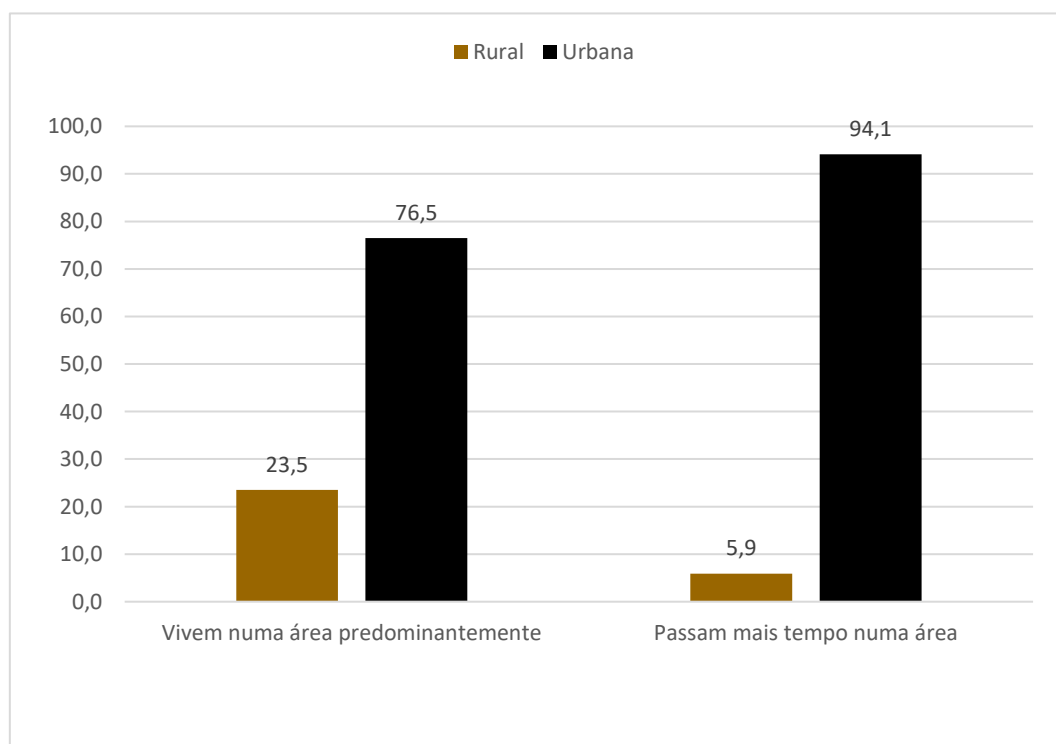
4.5. Inquérito de caracterização da turma

No inquérito aplicado no início do ano (Anexo 10), foi questionado aos alunos, entre outros aspetos, a relação que mantêm com os espaços rurais.

As questões nº 4, 6 e 10¹³, pretendiam saber a freguesia onde residem, se o espaço onde vivem é predominantemente rural ou urbano e em qual deles passam mais tempo. Relativamente à freguesia de morada, 70,6% residem (como seria de esperar) no Castelo da Maia e, com igual percentagem, 5,9%, vivem em Nogueira e Silva Escura, Folgosa e Moreira. Apenas 11,8% habitam fora do concelho da Maia, designadamente na Trofa (Coronado) e em Vila Nova de Famalicão (Fradelos). Assim, observa-se que a maioria dos alunos da turma residem em espaços urbanos (76,5%) e os restantes (23,5%) em espaços rurais, assim como se verifica que passam mais tempo em áreas urbanas, como seria de esperar face aos resultados da questão anterior (gráfico 11). Note-se, no entanto, que dos residentes em área rurais, 17,6% passam mais tempo em áreas urbanas, o que pode associar-se à localização da escola ou à utilização de espaços de lazer.

¹³. As respostas não estão organizadas pela numeração apresentada no questionário, considerando que parte delas foram utilizadas na caracterização da turma (item 2.2).

Gráfico 11- Onde residem e passam mais tempo os alunos

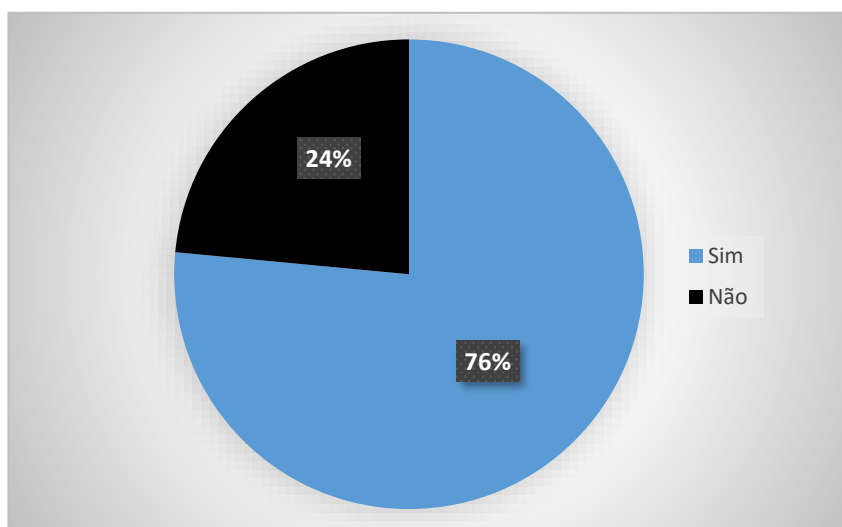


Fonte: Questionário aplicado. Elaboração própria

Na questão nº11, sobre se os alunos se deslocam com frequência às áreas rurais, os resultados, tal como seria de esperar, coincide exatamente com a área de residência. Ou seja, apenas 23,5% dos alunos responderam afirmativamente e foram os mesmos alunos que mencionaram residir em áreas rurais. Tal significa que habitantes em área urbanas, não demonstram interesse em visitar os espaços rurais.

Quando questionados sobre se os familiares ou conhecidos tinham hortas ou quintais em casa com produção de géneros alimentares (questão 13), a maior parte da turma respondeu afirmativamente, enquanto os restantes (24%) disseram que não (Gráfico 12). Ou seja, na Maia ainda permanece uma certa vocação agrícola, em parte fomentada pelo facto de ainda persistir uma área ocupada pela agricultura de cerca de 27%, distribuída em torno de territórios artificializados, o que marca a característica intercalação de usos (Figura 11). No entanto, trata-se de uma atividade familiar voltada para a subsistência e para o lazer, considerando que a população empregada no setor primário na Maia não atinge sequer 1% (INE, 2021).

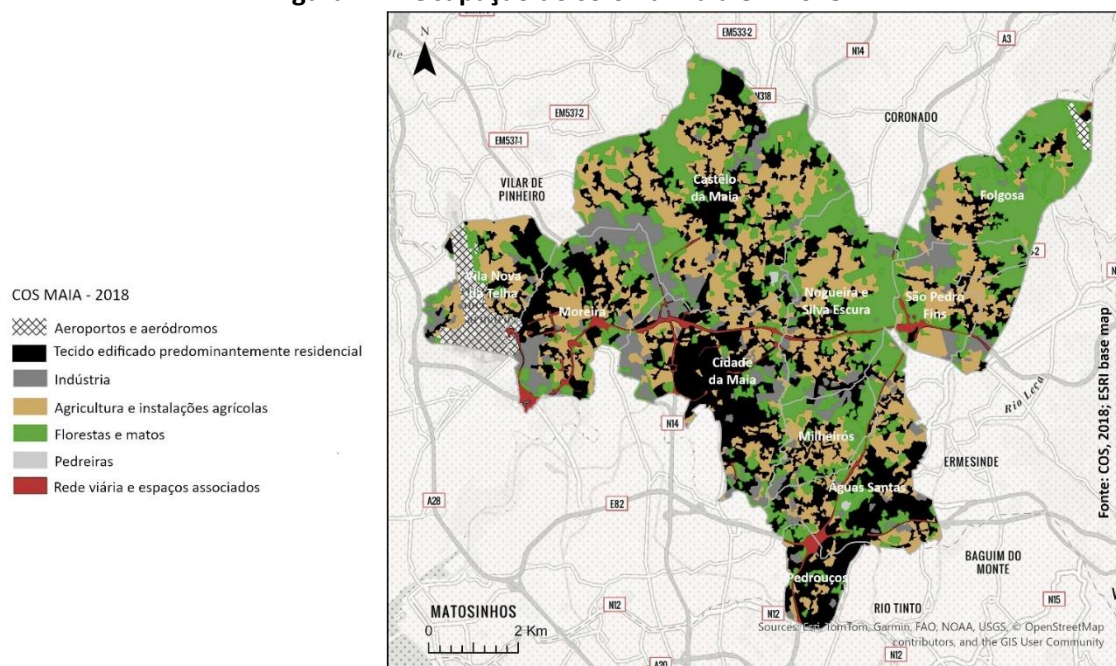
Gráfico 12- Familiares/ conhecidos com quintal/horta para produção de alimentos



Fonte: Questionário aplicado. Elaboração própria

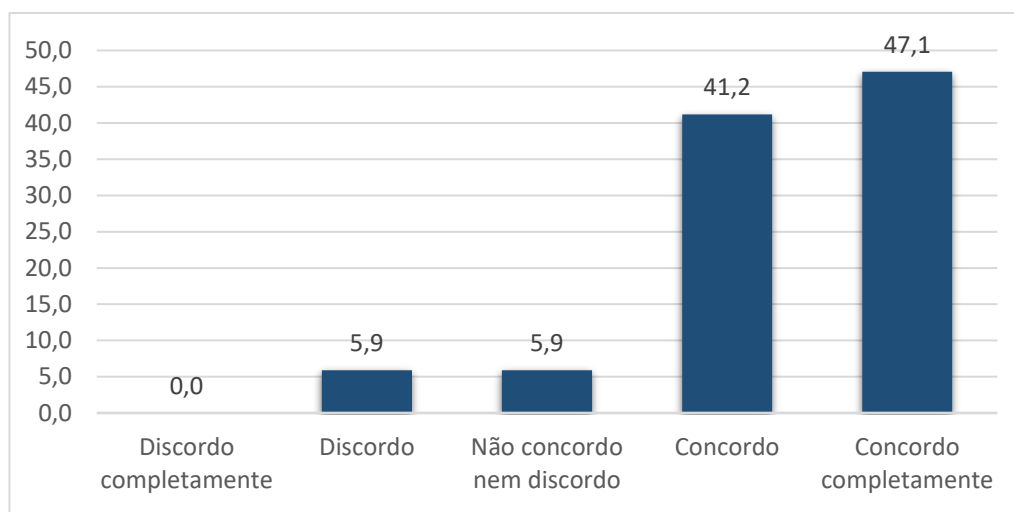
Na última questão do inquérito (nº 14), solicitamos aos alunos que respondessem à seguinte afirmação, de acordo com o grau de concordância/discordância: “Na minha opinião, as aulas de Geografia promovem o conhecimento do espaço rural” (Gráfico 13). Como se pode observar, 47,1% dos alunos da turma concordaram totalmente, 41,2% concordaram – o que totaliza 88,3% -, 5,9% têm uma opinião indiferente, percentagem igual aos que discordam. Assim, apesar dos resultados de algumas das atividades desenvolvidas não terem sido muito satisfatórios, os alunos consideram que a disciplina de Geografia os ajuda a conhecer as características do espaço rural.

Figura 11 – Ocupação do solo na Maia em 2018



Fonte: COS, 2018. Elaboração própria

Gráfico 13- Importância da Geografia no conhecimento do espaço rural



Fonte: Questionário aplicado. Elaboração própria

4.6. Inquérito aos familiares

4.6.1. Nota prévia

O inquérito por questionário dirigido aos familiares dos alunos da turma participante na investigação, obteve um número reduzido de respostas. Embora se previsse uma

participação superior a 17 inquiridos – o que representa uma amostra já intrinsecamente pequena e exclusiva -, foram recolhidas sete respostas, o que corresponde a cerca de metade do esperado (41,2%). No entanto, apesar do número absoluto parecer limitado, sublinha-se que este reflete as barreiras típicas de uma investigação em que se solicita a participação de familiares, podendo justificar-se pela potencial falta de acesso à internet, a menor literacia digital para responder a inquéritos online, a falta de tempo e/ou interesse em participar, a que se associa a falta de estímulo dos alunos que, com frequência não explicam aos familiares a importância das suas respostas para o trabalho que estão a desenvolver.

Neste sentido, a nossa análise tem um carácter mais exploratório e qualitativo do que propriamente estatístico, mas cada resposta individual representa cerca de 14% da amostra, tornando cada opinião muito impactante. Por outro lado, devido ao facto da margem de erro ser elevada – o que inviabiliza a aplicação de testes estatísticos mais complexos – os resultados refletem dinâmicas locais, reduzindo a capacidade de generalização para outras áreas. No entanto, consideramos que oferecem um diagnóstico representativo e de elevado valor sobre a realidade local estudada.

4.6.2. Apresentação e análise dos resultados

Como se pode observar no Anexo 11, o questionário dirigido aos familiares encontra-se dividido em sete secções, designadamente: i) Identificação do inquirido; ii) conhecimentos dos espaços rurais da Maia; iii) evolução e transformação dos espaços rurais; iv) importância dos espaços rurais; v) produtos locais e economia rural; vi) turismo rural, lazer e educação; vii) futuro dos Espaços Rurais na Maia.

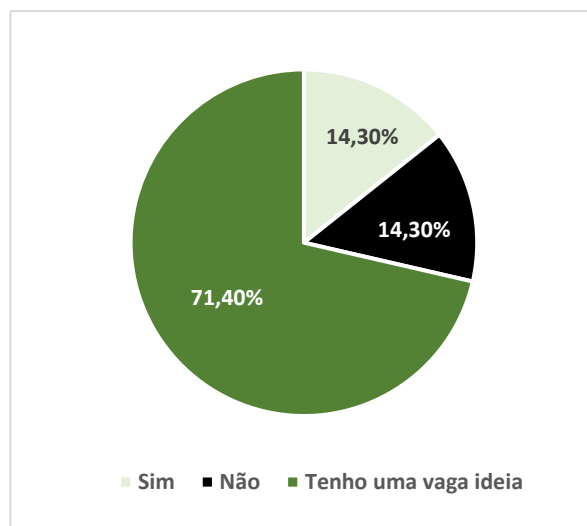
Das questões que integram a primeira secção, podemos destacar:

- que o questionário foi respondido essencialmente pela mãe (71,4%);
- as idades dos inquiridos variam entre os 39 e os 59 anos, predominando a classe entre os 40-49 anos (57,1%);

- a maior parte possui como habilitação literária o 12º ano de escolaridade (57,1%), 28,6% licenciatura e 14,3% mestrado;
- relativamente à profissão, todos os inquiridos trabalham no setor terciário;
- do total dos participantes, (71,4%) são residentes no concelho da Maia distribuindo-se pelas freguesias de Castelo da Maia (28,6%), Nogueira e Silva Escura, Moreira e Folgosa (14,3% em cada). Os restantes moram fora do concelho (28,6%), mas não especificaram a freguesia de residência.

Na segunda secção, em que se pretende aferir o conhecimento dos inquiridos sobre a distribuição geográfica dos espaços rurais no concelho da Maia (Gráfico 14), a maior parte (71,4%) referiu ter apenas uma ‘vaga noção’, o que não seria o mais esperado porque destes apenas dois inquiridos não residem na área. Dos 2 indivíduos restantes (28,6%), um respondeu positivamente – talvez porque exerce a função de motorista e reside em Folgosa -, enquanto o outro declarou não possuir qualquer conhecimento sobre os espaços rurais, correspondendo, possivelmente, a um inquirido que não mora no concelho (Gráfico 14).

Gráfico 14- Conhecimento da existência e distribuição geográfica de espaços rurais no concelho da Maia



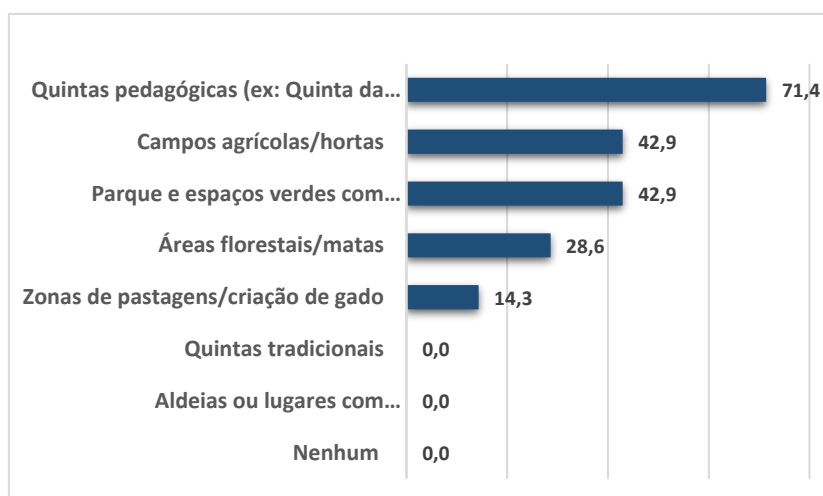
Fonte: questionário aplicado. Elaboração própria

Esta questão revela-se particularmente relevante para compreender o grau de conhecimento que os familiares dos alunos possuem relativamente ao território onde residem e sobre as características rurais ainda presentes no concelho. Considerando o

papel da família na formação dos jovens, o conhecimento e a valorização destes espaços por parte dos familiares vão influenciar a forma como os alunos percebem e se relacionam com o mundo rural.

Quando questionados sobre os tipos de espaços rurais que conhecem ou já visitaram no concelho da Maia, sugerimos oito opções das quais poderiam escolher várias. A maioria dos inquiridos (71,4%) apontou as quintas pedagógicas, considerando o exemplo da Quinta da Gruta como o local mais apelativo. Os campos agrícolas ou hortas, bem como os parques e espaços verdes com características rurais, foram selecionados por 42,9% participantes, a que se seguem as áreas florestais ou matas (28,6%). As zonas de pastagem/criação de gado surgem em último lugar (14,3%), enquanto as 3 últimas opções não registaram qualquer resposta (Gráfico 15).

Gráfico 15- Espaços rurais que conhece ou já visitou no concelho da Maia

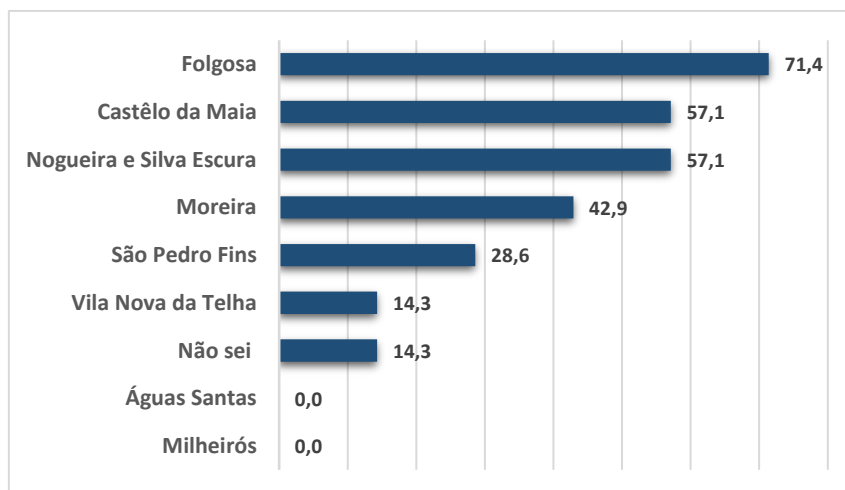


Fonte: Questionário aplicado- Elaboração própria

Na questão seguinte, os participantes foram convidados a identificar as freguesias do concelho da Maia que, na sua perspetiva, apresentam características rurais, podendo selecionar mais do que uma opção (Gráfico 16). Os resultados evidenciam que a freguesia de Folgosa foi a mais referida (71,4%), seguindo-se as freguesias do Castelo da Maia e de Nogueira e Silva Escura, ambas mencionadas por 57,1 dos inquiridos. Seguem-se as freguesias de Moreira, São Pedro Fins e, por fim Vila Nova da Telha (14,3%). Note-

se que, das 10 freguesias, não foram citadas a Cidade da Maia, Águas Santas, Milheirós e Pedrouços que, como podemos ver na figura 11 - com exceção de Milheirós - são as que detêm menor área agrícola e florestal. Neste sentido, podemos considerar que os inquiridos retêm uma imagem bastante aproximada das áreas rurais do município.

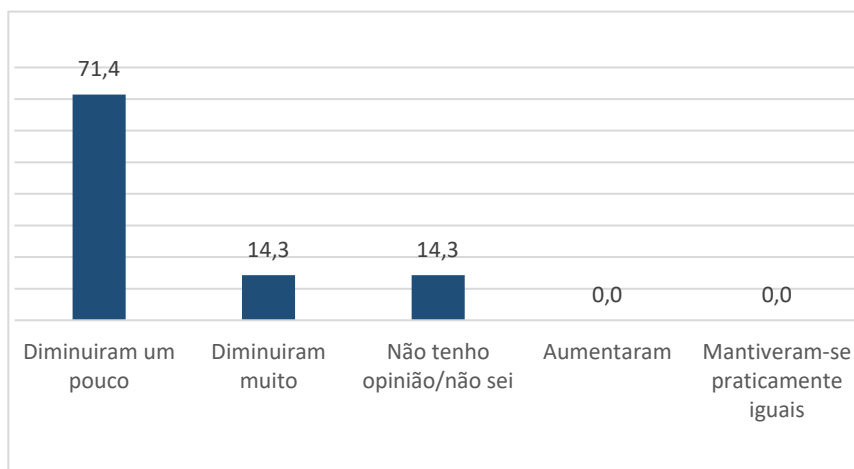
Gráfico 16- Freguesias com características rurais



Fonte: Questionário aplicado. Elaboração própria

Na terceira secção, foram colocadas questões relacionadas com a evolução e transformação dos espaços rurais no concelho da Maia. Na primeira pergunta, pretendia-se que avaliassem a evolução destes espaços ao longo dos últimos 20 anos (Gráfico 17). Os resultados revelam que 71,4% consideram que os espaços rurais diminuíram um pouco durante esse período, enquanto 14,3% referem que diminuíram muito, sendo igual a percentagem dos que declararam não possuir conhecimento suficiente para se pronunciar sobre esta questão. Se confrontarmos esta informação com a figura 6, que compara a COS de 1995 com a 2018, a verdade é que se observa que as áreas agrícolas expressam uma variação de apenas -9,95%, o que expressa uma avaliação correta dos inquiridos. Mas se considerarmos que os espaços rurais englobam as florestas e matos, a variação é bastante superior.

Gráfico 17 – Opinião dos inquiridos relativamente à variação da área dos espaços rurais nos últimos 20 anos



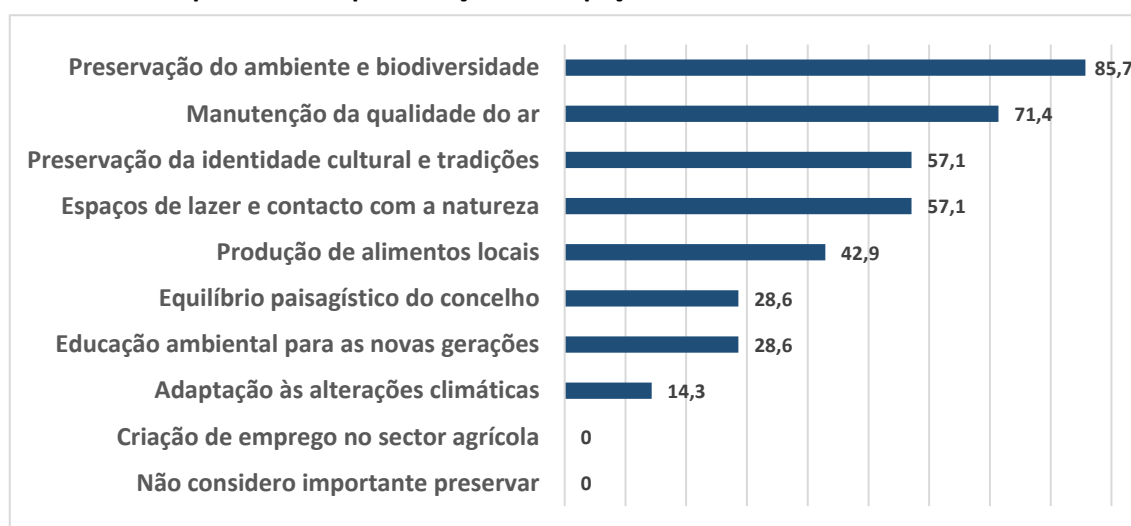
Fonte: Questionário aplicado, elaboração própria

Relativamente às razões apontadas para a transformação dos espaços rurais no concelho, em que podiam escolher até 3 opções das referidas no questionário, todos os participantes referiram em primeiro lugar e segundo lugar, respetivamente, a expansão das áreas residenciais e industriais. O desinteresse dos mais jovens é a terceira opção que se destaca (57,1%), em associação com o abandono da atividade agrícola e o envelhecimento da população (42,9%), bem como a falta de incentivos para a agricultura (28,6%). Estas perceções evidenciam a consciência dos familiares relativamente às alterações territoriais ocorridas na Maia nas últimas décadas, marcadas por processos de urbanização e crescimento industrial, que contribuíram para a progressiva ocupação de áreas anteriormente associadas a atividades agrícolas e rurais. As duas questões seguintes reafirmam esta ideia, salientando a maior parte dos familiares dos alunos que assistiram pessoalmente a estas transformações, destacando sobretudo a construção de novas residências e instalações industriais.

Focando agora a secção 4, relativa à importância da preservação dos espaços rurais, as respostas dos familiares concentraram-se nas categorias “importante” (42,9%) e “muito importante” (57,1%), evidenciando uma valorização generalizada destes espaços. Os motivos apresentados foram variados, refletindo diferentes perspetivas sobre o papel que o meio rural desempenha na sociedade contemporânea. Entre as opções

disponibilizadas, a ‘preservação do ambiente e da biodiversidade’ destacou-se como a razão mais frequentemente assinalada pelos participantes (85,7%), a que se seguiram a ‘manutenção da qualidade do ar’ (71,4%), a ‘preservação da identidade cultural e das tradições locais’ e os ‘espaços de lazer e contacto com a natureza’ (Gráfico 18). Estes resultados demonstram que os inquiridos reconhecem os espaços rurais não apenas pela sua função produtiva, mas também pelo seu contributo para a sustentabilidade ambiental, para a qualidade de vida das populações e para a salvaguarda do património cultural associado ao território.

Gráfico 18 – Importância da preservação dos espaços rurais



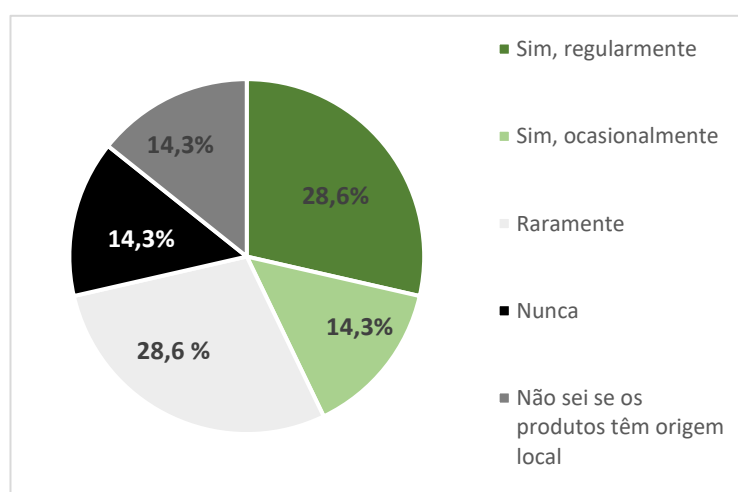
Fonte: Questionário aplicado, elaboração própria

A finalizar esta secção, colocamos 2 perguntas: se alguém da família pratica ou já tinha praticado atividades agrícolas no concelho e, em caso afirmativo de que tipo, podendo colocar várias opções. A maior parte respondeu negativamente (57,1%), correspondendo a 28,6% os que já o tinham feito no passado, enquanto 14,3% referem que ainda praticam. Destes últimos, 60% referem que possuem uma horta para consumo próprio, a que associam a prática de viticultura (40%) ou a criação de animais (20%).

Na secção 5, dedicada aos produtos locais e economia rural, verificou-se uma diversidade de respostas relativamente à aquisição de produtos agrícolas produzidos no

concelho da Maia ou na região envolvente, revelando hábitos de consumo distintos (Gráfico 19). No entanto 42,9% dos inquiridos referem comprar produtos locais regularmente e ocasionalmente, enquanto a mesma percentagem o faz raramente ou nunca. Note-se que 14,3% afirmou não ter conhecimento sobre a origem dos produtos que consome.

Gráfico 19 - Costuma comprar produtos agrícolas produzidos no concelho da Maia ou na região?

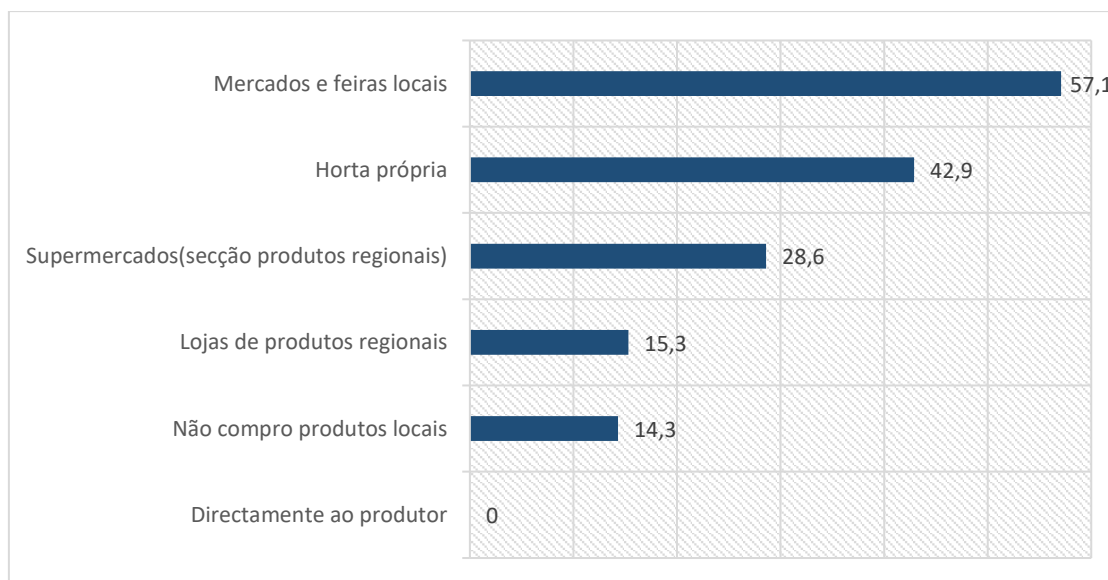


Fonte: questionário aplicado, elaboração própria

Independentemente da resposta anterior, as três questões seguintes pretendiam saber, entre várias opções, onde adquiriam produtos locais/regionais, se tinham conhecimento da existência de mercados ou feiras de venda desses produtos e, em caso afirmativo designassem esses locais. Relativamente ao conhecimento de 'algum mercado ou feira de produtos agrícolas/rurais no concelho da Maia, 71,4% dos inquiridos responderam afirmativamente e destes foi unânime a referência à Feira do Centro da Maia, evidenciando que este espaço continua a ser uma referência importante na venda e distribuição de produtos locais. No mesmo sentido, da resposta relativa aos locais de aquisição (Gráfico 20) destacam-se os mercados/feiras locais (57,1%), mas não deixa de ser curiosa a opção pela 'horta própria', o que pode justificar o facto de 42,9% terem referido que raramente ou nunca adquirem produtos locais (cf. gráfico 19) – já que

produzem pelos menos alguns -, pese a pequena percentagem dos inquiridos que referiram praticar ‘atividades agrícolas’, embora 60% destes terem afirmado que possuem uma horta para consumo próprio.

Gráfico 20 – Locais onde costuma adquirir produtos locais/regionais



Fonte: Questionário aplicado, elaboração própria

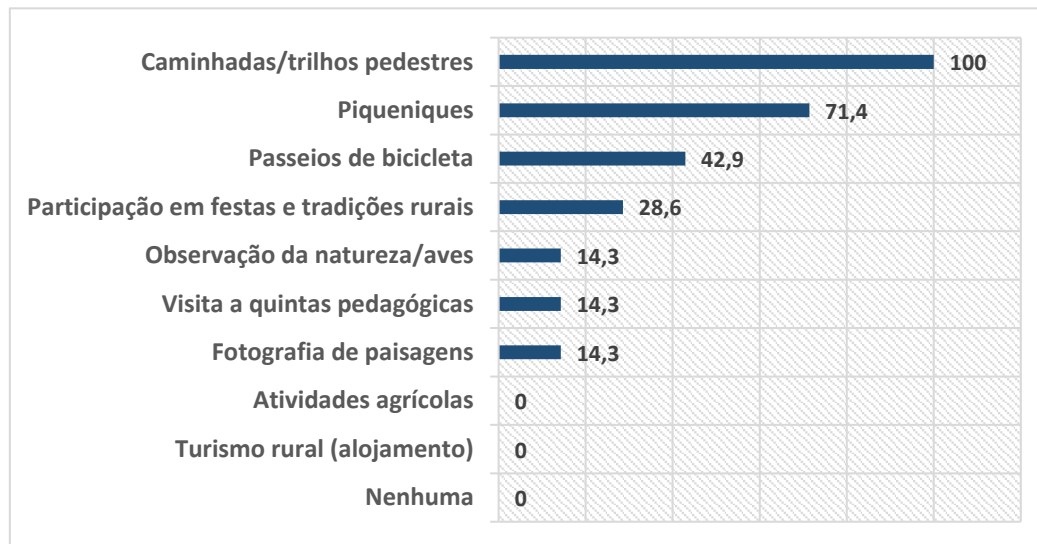
Estes resultados sugerem que, apesar de existir algum interesse pelo consumo de produtos agrícolas locais por parte de alguns participantes, a sua aquisição não constitui uma prática generalizada entre os familiares inquiridos. Além disso, o facto de 14,3% desconhecer a proveniência dos produtos consumidos poderá refletir um reduzido conhecimento sobre os circuitos de comercialização locais e sobre a importância da valorização da produção agrícola de proximidade. Tal situação evidencia a necessidade de promover uma maior sensibilização para o consumo de produtos locais, não apenas pelos seus benefícios económicos para os produtores da região, mas também pelo seu contributo para a sustentabilidade ambiental e para a valorização da identidade territorial.

Analisando a secção 6 do questionário, dedicada ao turismo rural, ao lazer e à educação, foi colocada aos familiares uma questão semelhante à anteriormente dirigida aos

alunos, procurando compreender a frequência com que visitam ou usufruem dos espaços rurais existentes no concelho da Maia. Os resultados obtidos revelam que igual percentagem dos inquiridos (42,9%) frequentam estes espaços ‘algumas vezes por ano’ e outros o fazem ‘raramente’, enquanto 14,3% assinalam uma presença semanal. Estes dados sugerem que a utilização dos espaços rurais por parte dos familiares ocorre de forma relativamente esporádica, verificando-se uma reduzida frequência de contacto regular com estes territórios. Tal realidade poderá refletir as transformações socioeconómicas e territoriais verificadas nas últimas décadas, marcadas pela crescente urbanização do concelho e pela alteração dos hábitos de lazer da população.

Relativamente às atividades que os familiares realizam ou gostariam de realizar nos espaços rurais do concelho da Maia, verifica-se uma clara preferência por atividades de lazer e contacto com a natureza. Como os participantes podiam selecionar mais do que uma opção, o número total de respostas é superior ao número de inquiridos (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Atividades que realiza ou gostaria de realizar nos espaços rurais da Maia



Fonte: Questionário aplicado, elaboração própria

Como se pode observar, as caminhadas/trilhos pedestres foram a atividade mais escolhida - tendo sido assinalada por todos os participantes -, seguindo-se os piqueniques (71,4%) e os passeios de bicicleta (42,9%). A participação em festas e

tradições locais constitui uma atividade em que participam cerca de 30% dos inquiridos, enquanto as três opções seguintes (observação da natureza, visita a quintas pedagógicas e fotografia de paisagem) rondam os 15%. Destaca-se o facto de nenhum dos inquiridos ter selecionado as atividades agrícolas ou o alojamento em turismo de espaço rural (TER). Estes resultados sugerem que os espaços rurais são valorizados principalmente como locais de lazer, recreio e contacto com a natureza, mais do que pela sua função agrícola ou produtiva, enquanto a não frequência dos TER ser justifica pelo facto de mais de 70% dos inquiridos residirem no município.

Na questão relativa à importância atribuída ao contacto das crianças e jovens com os espaços rurais para a sua educação, tendo em conta uma escala de 1 a 5, apenas foram selecionadas as classificações máximas: 85,7% dos inquiridos optaram por 5 e 14,3% por 4. Tal revela uma valorização muito elevada desta dimensão por parte dos familiares dos estudantes, demonstrando um consenso quase total quanto à relevância educativa do contacto com os espaços rurais. Os familiares reconhecem, assim, que a aproximação das crianças e jovens ao meio rural pode desempenhar um papel importante no seu desenvolvimento, contribuindo para o conhecimento do território, da natureza, das tradições locais e das atividades agrícolas. Esta perceção reforça a importância do ensino da Geografia e de atividades educativas que promovam experiências diretas com os espaços rurais, aproximando os alunos de uma realidade que, no seu quotidiano, tende a estar cada vez mais distante.

Nas duas últimas questões desta secção, questionamos os participantes se preferiam fazer férias numa área urbana ou rural, justificando a sua resposta. Os resultados revelaram uma maior preferência pelos espaços rurais (71,4%), restringindo-se a 28,6% os que optaram pelas áreas urbanas. As justificações para a escolha da área rural resumiram-se à maior tranquilidade e sossego que estas proporcionam, assim como a possibilidade de poderem usufruir de um maior contacto com a natureza. Estes resultados sugerem que os espaços rurais são percecionados pelos participantes como locais propícios ao descanso e ao bem-estar, associados a um ambiente mais calmo e próximo dos elementos naturais, características frequentemente valorizadas em contextos de lazer e turismo. As justificações relacionadas com a preferência pelas áreas

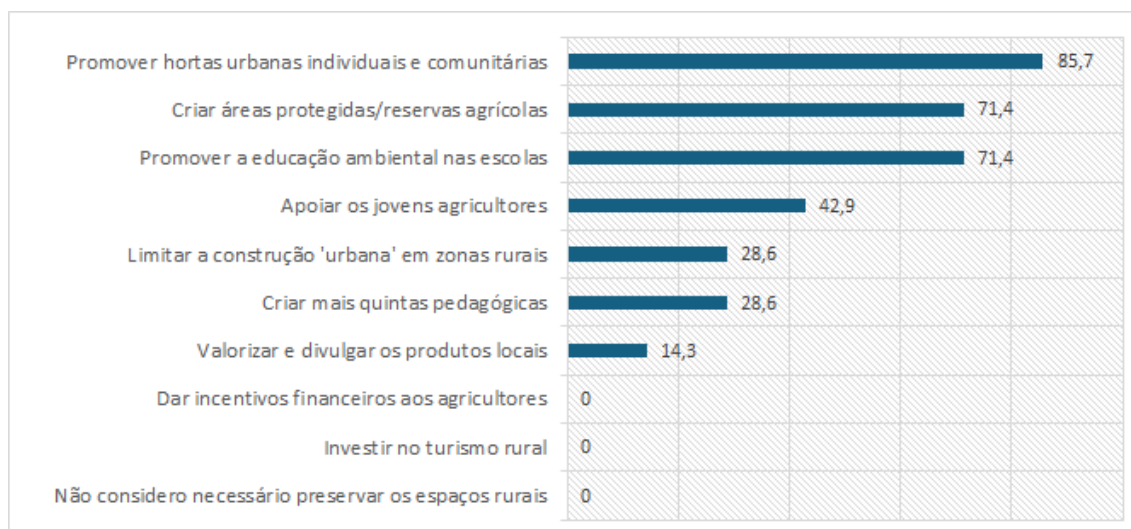
urbanas são pouco explícitas, limitando-se a respostas como ‘prefiro as áreas urbanas’ e o ‘gosto por conhecer as dinâmicas de diferentes cidades’.

Para concluir o inquérito (sétima secção), procuramos aferir como os inquiridos percecionam o futuro dos espaços rurais no concelho da Maia, salientando que medidas consideram mais importantes para a sua preservação. Para esta questão, foram disponibilizadas várias opções de resposta, sendo possível selecionar mais do que uma. Os resultados demonstram uma clara preocupação com a valorização e proteção destes espaços (Gráfico 22). A medida assinalada por quase todos os inquiridos, refere-se à promoção de hortas urbanas e comunitárias (85,7%), o que nos levantou uma certa curiosidade, considerando, como vimos, que apenas uma pequena percentagem dos inquiridos refere praticar atualmente atividade agrícola, a maior parte dos quais trabalhando uma horta urbana, da qual deriva o consumo de produtos locais (cf. gráfico 20). Esta vontade em promover hortas urbanas e comunitárias, parece revelar uma certa nostalgia em torno de uma economia agrícola de subsistência, encarando os inquiridos esta atividade mais como lazer associado a uma certa poupança, bem como ao prazer de consumir produtos próprios, mais frescos, com mais sabor e mais sustentáveis.

A criação de áreas protegidas/reservas agrícolas e a promoção da educação ambiental nas escolas, são as duas opções selecionadas posteriormente, ambas reunindo as respostas de 71,4% dos inquiridos. O apoio aos jovens agricultores foi a quarta opção, reunindo o consenso de 42,9% dos participantes. Foram ainda referidas outras medidas, designadamente a limitação da expansão urbana em áreas rurais (28,6%) a criação de mais quintas pedagógicas - à semelhança da Quinta da Gruta -, com percentagem igual à anterior medida, concluindo com a valorização e divulgação dos produtos locais (14,3%). As três restantes medidas não foram consideradas por nenhum dos inquiridos, embora possam ter considerado que ‘a concessão de incentivos financeiros aos agricultores’ pudesse ser integrada no apoio aos jovens que praticam esta atividade. Por

outro lado, o facto de no município já existirem diversos espaços TER/alojamento local, talvez justifique que não tenham considerado esta opção¹⁴.

Gráfico 22 – Medidas a implementar para preservar os espaços rurais na Maia



Fonte: questionário aplicado, elaboração própria

De um modo geral, os resultados apresentados evidenciam que os familiares reconhecem a necessidade de adotar estratégias que conciliem a preservação dos espaços rurais com a sensibilização da população para a sua importância ambiental, cultural e educativa. Destaca-se, em particular, a relevância atribuída à educação ambiental, aspeto que reforça o papel da escola na promoção do conhecimento e da valorização do património rural junto das novas gerações, tendo consciência da importância da sua preservação em vários domínios (Cf. Gráfico 18).

Para o final do questionário, reservamos duas questões: i) qual 'o seu grau de preocupação relativamente ao possível desaparecimento dos espaços rurais no concelho da Maia', utilizando uma escala de 1 a 5; ii) se considera que o concelho da Maia consegue manter um bom equilíbrio entre espaços urbanos e espaços rurais. Os resultados relativos à primeira pergunta, revelam que a maioria dos inquiridos

¹⁴. Consultar: <https://visitmaia.pt/alojamento/alojamento-local?page=2>

demonstra apreensão face a esta possibilidade, com 71,4% a manifestarem-se ‘preocupados’ e 14,3% ‘muito preocupados’, percentagem esta igual aos que adotaram uma posição neutra. Sobre a segunda questão, a maior parte dos inquiridos (42,9%) consideram existir ‘algum equilíbrio’ embora este pudesse ser melhor, enquanto 28,6% acentuam a existência de um ‘bom equilíbrio’. Igual percentagem a estes têm uma posição ‘negativista’, afirmando que os espaços rurais estão a desaparecer rapidamente. Se recuarmos à figura 6, que compara a COS de 1995 com a de 2018, realmente observa-se que existe uma diminuição significativa da variação percentual dos espaços rurais (agricultura, florestas e matos) relativamente aos territórios artificializados. No entanto, visualmente e em termos percentuais absolutos, percebe-se que a Maia é um território fragmentado entre ‘ilhas urbanas’ envolvidas por áreas agrícolas e florestais significativas, principalmente concentradas na área oriental do concelho.

Estes resultados evidenciam uma consciência generalizada acerca da importância dos espaços rurais e dos desafios que estes enfrentam no contexto das transformações territoriais e da crescente urbanização do concelho. A preocupação manifestada pelos participantes sugere o reconhecimento do valor ambiental, cultural e social destes espaços, bem como da necessidade de implementar medidas que contribuam para a sua preservação e valorização.

Conclusão

A presente investigação teve como finalidade compreender a percepção e o grau de valorização dos alunos e familiares relativamente aos espaços rurais e às tradições agrícolas locais, num contexto em que o contacto das novas gerações com o mundo rural tende a diminuir. Partindo da realidade do concelho da Maia e de uma turma do 8º ano da Escola Secundária do Castelo da Maia, procurou-se perceber de que forma os alunos e respetivas famílias reconhecem, interpretam e atribuem significado aos elementos rurais ainda presentes no território.

O estudo permitiu concluir que a Maia constitui um território particularmente relevante para esta reflexão, uma vez que evidencia uma forte transformação socioeconómica e cultural, que se reflete no uso e ocupação do solo e, consequentemente, na sua 'paisagem'. De um concelho historicamente ligado à agricultura, à pecuária e a modos de vida rurais, evoluiu para um espaço predominantemente urbano, residencial, industrial e terciarizado. Apesar dessa transformação, subsistem marcas rurais no território, ainda que dispersas, fragmentadas e, em alguns casos, pouco visíveis no quotidiano dos alunos. Esta realidade torna evidente a necessidade de compreender como os jovens se relacionam com um património que continua presente, mas que já não ocupa o mesmo lugar nas suas experiências diárias.

Os resultados demonstram que os alunos reconhecem a existência e a importância dos espaços rurais, sobretudo quando estes são abordados em contexto escolar. A Geografia revelou-se, neste sentido, uma disciplina fundamental para aproximar os alunos do território, permitindo-lhes identificar elementos da paisagem, relacionar natureza e sociedade e compreender as transformações do espaço envolvente. Mesmo num quotidiano marcado por referências urbanas, os alunos associaram o rural a conceitos como paisagem, vegetação, solo, relevo, agricultura, espaços verdes e natureza. Esta associação mostra que a ruralidade continua presente no imaginário dos alunos, embora nem sempre corresponda a uma experiência direta e regular.

No entanto, a investigação evidenciou também um afastamento significativo relativamente às práticas agrícolas tradicionais. Os alunos revelaram maior facilidade

em reconhecer elementos mais comuns ou visualmente familiares, mas demonstraram dificuldades perante instrumentos, estruturas e práticas agrícolas menos presentes no seu quotidiano. Esta dificuldade não deve ser entendida apenas como desconhecimento vocabular ou visual, mas como sinal de uma transformação mais profunda na relação entre os jovens e o mundo rural. Muitos destes objetos e práticas deixaram de fazer parte da experiência familiar, da observação diária da paisagem e das rotinas das novas gerações, passando a surgir como referências distantes ou pouco significativas.

A ligação dos alunos ao rural parece, por isso, depender frequentemente da memória familiar e do contacto com gerações mais velhas. Em vários casos, os avós ou familiares com hortas, quintais ou pequenas áreas agrícolas assumem um papel importante na preservação desse conhecimento. Esta dimensão intergeracional revela que o rural não desapareceu totalmente da experiência dos alunos, mas encontra-se menos presente nas suas práticas quotidianas e mais associado a contextos familiares específicos. Assim, a transmissão da memória rural exige uma intervenção mais consciente da escola, das famílias e da comunidade.

Importa também destacar que os alunos não associam o rural apenas à atividade agrícola. Em algumas respostas, surgiram referências a festas, igrejas, tradições religiosas, práticas comunitárias e elementos simbólicos do território. Esta leitura permite concluir que a ruralidade deve ser compreendida de forma ampla, integrando dimensões económicas, culturais, patrimoniais, paisagísticas e identitárias. As tradições agrícolas locais não se limitam aos instrumentos de trabalho ou às técnicas de cultivo; incluem também modos de vida, memórias, práticas coletivas e formas de pertença ligadas ao território.

A investigação confirmou ainda que a maioria dos alunos tem uma vivência predominantemente urbana. A residência, os hábitos de deslocação e os espaços frequentados revelam uma relação reduzida com áreas rurais. Esta realidade ajuda a compreender o conhecimento parcial que os alunos demonstram sobre práticas agrícolas e tradições locais. Ainda assim, a existência de contactos indiretos com hortas, quintais ou familiares ligados ao meio rural mostra que permanecem ligações possíveis,

embora insuficientes para garantir, por si só, uma valorização aprofundada do património rural.

A perspetiva dos familiares permitiu reforçar esta leitura. As respostas recolhidas indicam uma perceção clara da diminuição dos espaços rurais no concelho da Maia, associada sobretudo à expansão urbana, residencial e industrial. Apesar disso, os familiares valorizam a preservação desses espaços por razões ambientais, culturais, educativas e identitárias. O rural surge, assim, como um elemento importante para a qualidade de vida, para o equilíbrio ambiental e para a memória coletiva do território.

Verifica-se, contudo, uma alteração no modo como os espaços rurais são valorizados. Se, no passado, estes estavam fortemente ligados à produção agrícola e ao trabalho no campo, atualmente tendem a ser percecionados também como espaços de lazer, tranquilidade, contacto com a natureza, bem-estar e sustentabilidade. Esta mudança não diminui a sua importância, pelo contrário, mostra que os espaços rurais continuam a desempenhar funções relevantes, embora diferentes das tradicionalmente atribuídas. Num território urbanizado como a Maia, a preservação destes espaços assume especial importância para garantir diversidade paisagística, equilíbrio ambiental e continuidade da memória local.

Do ponto de vista educativo, os resultados evidenciam a relevância de trabalhar o território próximo dos alunos. A Geografia pode desempenhar um papel decisivo na valorização dos espaços rurais e das tradições agrícolas locais, ao promover a leitura crítica da paisagem, a compreensão das relações entre rural e urbano e a reflexão sobre sustentabilidade.

Para a concretização destes objetivos no terreno, a implementação de estratégias pedagógicas diversificadas revelou-se fundamental. Destaca-se, desde logo, a construção de um portfólio digital colaborativo que, ao enquadrar-se na modalidade de trabalho em grupo e na aprendizagem cooperativa, fomentou a interrelação entre os alunos, proporcionando o debate e uma visão de solidariedade mútua, em consonância com as orientações do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. A elaboração de esboços ilustrativos revelou-se uma estratégia com potencial pedagógico,

embora tenha evidenciado dificuldades dos alunos na representação da paisagem e na aplicação de conceitos geográficos. Ainda assim, esta atividade permitiu identificar fragilidades importantes e reforçou a necessidade de trabalhar, de forma mais regular, a observação direta e a leitura crítica do território. Por fim, a aplicação de fichas de trabalho desempenhou um papel complementar, permitindo consolidar conteúdos teóricos e aferir o grau de reconhecimento dos alunos relativamente a elementos associados ao mundo rural.

A articulação destas metodologias reforça que a escola deve contribuir para que os alunos reconheçam o rural como parte integrante do seu espaço vivido, mesmo quando este surge transformado ou pouco visível.

A escala local revelou-se particularmente importante. Ao analisar o concelho da Maia e os espaços próximos da escola, tornou-se possível mostrar aos alunos que o rural não é uma realidade distante, associada apenas a zonas afastadas dos centros urbanos. Pelo contrário, continua a existir no território envolvente, ainda que de forma fragmentada. Esta aproximação favorece uma consciência territorial mais crítica e reforça o sentido de pertença, permitindo que os alunos compreendam melhor as transformações ocorridas no espaço onde vivem.

Reconhecem-se, contudo, algumas limitações no desenho desta investigação. O estudo incidiu sobre uma turma reduzida, o que limita a generalização dos resultados. A participação dos familiares também foi contida, condicionando a amplitude da análise intergeracional. Ainda assim, tais contingências não retiram relevância à investigação, pois os resultados obtidos permitem identificar tendências significativas sobre a forma como os alunos compreendem e valorizam o mundo rural, evidenciando a necessidade de aprofundar esta temática em contextos escolares.

Em síntese, constata-se que os alunos e familiares reconhecem a importância dos espaços rurais e das tradições agrícolas locais, mas esse reconhecimento é condicionado pelo contacto direto limitado com essas realidades. O rural permanece associado à natureza, à paisagem, aos espaços verdes, à tranquilidade e a determinadas referências culturais, mas surge menos presente enquanto realidade quotidiana e experienciada.

Esta distância resulta das transformações urbanas e sociais do concelho da Maia, mas confirma também a importância da intervenção da escola na preservação da memória territorial e na valorização do património local.

Deste modo, a valorização dos espaços rurais não deve ser entendida como uma simples evocação do passado, mas como uma necessidade educativa, cultural e territorial. Preservar o rural significa salvaguardar a memória, a identidade, a biodiversidade, a qualidade de vida e o equilíbrio entre sociedade e natureza. A Geografia, ao permitir aos alunos interpretar o território, compreender as suas mudanças e reconhecer o valor das suas marcas rurais, assume uma função essencial na formação de cidadãos mais conscientes, informados e atentos ao espaço que habitam.

Olhando para o futuro, a reaproximação das novas gerações ao mundo rural exigirá sempre uma ação educativa intencional, ligada ao território e à realidade local. Num concelho como a Maia, onde a urbanização transformou profundamente a paisagem, mas onde persistem elementos rurais de elevado valor ambiental, cultural e identitário, torna-se fundamental ensinar os alunos a reconhecer, compreender e valorizar esses espaços. Só através desse conhecimento será possível promover atitudes de respeito, preservação e valorização do património rural, garantindo que as tradições agrícolas locais continuam a ter lugar na memória coletiva e na formação das novas gerações.

Referências Bibliográficas

- ALVES, D., BARBOSA, H., & Pinto, J. R. (2013) – A Maia nas transições de século: Visconde de Barreiros e Vieira de Carvalho. In CORREIA, Teresa Pinto; HENRIQUES; VÍRGÍNIA; JULIÃO, Rui (org.) – *IX Congresso da Geografia Portuguesa “Geografia: espaço, Natureza, Sociedade e Ciência”*. Universidade de Évora, APGEO, p.386-393.
- ALVES, D., BARBOSA, H., & Pinto, J. R. (2016). O Porto e a Maia: as relações oitocentistas. In: *II Congresso “O Porto Romântico” – Actas [coord.: Gonçalo de Vasconcelos e Sousa], Porto, CITAR-Centro de Investigação em Ciências e Tecnologia das Artes e Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa* (pp. 276-278).
- Azevedo, N., Marques, T. S., & Ramos, L. (2012). Diversidade e heterogeneidade dos espaços rurais em Portugal: Abordagens e Tipologias. In *Respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual: XIII Coloquio Ibérico de Geografía: Santiago de Compostela: 24–27 de octubre 2012* (pp. 1366-1376). Meubook.
- Bettencourt, A. M., Alves, L. B., Ribeiro, A. T., & Menezes, R. T. (2012). Gravuras rupestres da Bouça da Cova da Moura (Ardegães, Maia, Norte de Portugal), no contexto da Pré-história Recente da bacia do Leça. *Gallaecia: revista de arqueología e antigüidade*, (31), 47-62. ISSN: 0211-8653
- Cachinho, H. (2000). Geografia escolar: Orientação teórica e praxis didáctica. *Inforgeo*, (15), 69–90.
- Câmara Municipal da Maia (2016). Aru da Vila do Castelo da Maia. Proposta delimitação. Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana. Divisão de Planeamento Territorial e Projetos. <https://www.cm-maia.pt/institucional/territorio-e-urbanismo/reabilitacao-urbana/aru-norte-e-noroeste/aru-vila-do-castelo-da-maia>
- Câmara Municipal da Maia. (2024). Relatório ambiental: 2.ª revisão ao PDM da Maia. Departamento de Sustentabilidade Territorial; Vastus. https://www.cm-maia.pt/cm-maia/uploads/writer_file/document/12530/1306_ra_pdm.pdf
- Câmara Municipal da Maia. (s.d.). *Visit Maia*.

- Candiotto, L. Z. P., & Corrêa, W. K. (2008). Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. *Revista Campo-Território*, 3(5 Fev.), p. 242.
- CARVALHO, M. L., Lucas, M. R. D. V., & HENRIQUES, P. D. (2004). A multifuncionalidade na agricultura e as suas valências. In *Edição Electrónica Das Actas Do II Congresso de Estudos Rurais, 29 Setembro a 3 Outubro, Angra Do Heroísmo, Açores*. https://sper.pt/oldsite/IICER/pdfs/Tema1/L_Carvalho.pdf
- Carvalho, P. (2003). Património cultural e iniciativas de desenvolvimento local no espaço rural. In: L. Caetano *Território, do Global ao Local e Trajetórias de Desenvolvimento. Coimbra*, Centro de Estudos Geográficos, p.199-227.
- Cella, D., Queda, O., & Ferrante, V. L. S. B. (2019). A definição do espaço rural como local para o desenvolvimento territorial. *Retratos de Assentamentos*, 22(1), 69–90.
- Coburn, A. F., MacKinney, A. C., McBride, T. D., Mueller, K. J., Slifkin, R. T., & Wakefield, M. K. (2007). Choosing rural definitions: Implications for health policy (Issue Brief No. 2). Rural Policy Research Institute Health Panel.
- Delgado, C. (2009). Uma cidade fragmentada. In: Maia, C., Delgado, C., Nunes, F., Guerra, P. & Gadanho, P. Maia. *Identificação de uma Cidade*. (p.85-118) BM99, Bienal da Maia. <https://hdl.handle.net/10216/75274>
- Dellazzana-Zanon, L. L., & de Lucca Freitas, L. B. (2015). Uma revisão de literatura sobre a definição de projeto de vida na adolescência. *Interação em Psicologia*, 19(2), p. 281-292
- Diniz, F. S. (1996). Ruralidade: definições e tipologias. *Gestão e Desenvolvimento*, (5-6), p. 283-306.
- Ferrão, J. (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *EURE (Santiago)*, 26(78), 123-130.

- Galvão, M. J., & Devy-Vareta, N. (2010). A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. *Cadernos: Curso de Doutorado em Geografia*, n.º 2, 2010, p. 61-86.
- Hart, L. G., Larson, E. H., & Lishner, D. M. (2005). Rural definitions for health policy and research. *American Journal of Public Health*, 95(7), 1149–1155. doi: 10.2105/AJPH.2004.042432
- Johansen, P. H., & Nielsen, N. C. (2012). Bridging between the regional degree and the community approaches to rurality: A suggestion for a definition of rurality for everyday use. *Land Use Policy*, 29(4), 781–788.
- Laubstein, F. C. (2011). A ruralidade ontem e hoje: uma análise do rural na contemporaneidade. *Revista Aurora*, 4(2), 92-102. DOI: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2011.v4n2.1277>
- Li, Y., Westlund, H., & Liu, Y. (2019). Why some rural areas decline while some others not: An overview of rural evolution in the world. *Journal of rural studies*, 68, 135-143. 10.1016/j.jrurstud.2019.03.003
- Maia, C., Delgado, C., Nunes, F., Guerra, P., & Gadanho, P. (2009). *Maia. Identificação de uma Cidade*. BM99, Bienal da Maia. <https://hdl.handle.net/10216/75274>
- Maia, A. C. O. (2015). *Os territórios da indústria: dinâmicas e políticas locais*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Marques, G. (2016). Memória da Maia: a Linhagem e a Terra. *REVISTA da MAIA*, Nova série, Ano 1, nº1, p.23-36. ISSN: 2183-8437
- Marques, J. A. (2009). Maia: cidade, tempo e história. In: Maia, C., Delgado, C., Nunes, F., Guerra, P. & Gadanho, P. *Maia. Identificação de uma Cidade*. (p.43-52) BM99, Bienal da Maia. <https://hdl.handle.net/10216/75274>
- Marques, T. S. (2003). Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*, I série, nº19, p. 507-521.

- Marques, T. S., Maia, C., Ribeiro, D., Santos, H., Martins, L. P., Ferreira, M., Saraiva, M., Guerra, P., Ribeiro, P., & Mendes, T. (2018). *Plano Diretor Municipal do Porto — Estudo de caracterização diagnóstica: Ocupação funcional — Dinâmicas territoriais e centralidades*. Câmara Municipal do Porto; Direção Municipal de Urbanismo.
- Marques, T. S. (1999). Um território em mudança: padrões territoriais, tipologia urbana e dinâmicas. *Inforgo*, 14, 21–42.
- Martins, G. D. O., Gomes, C. A. S., Brocardo, J., Pedroso, J. V., Camilo, J. L. A., Silva, L. M. ... & Rodrigues, S. M. C. V. (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Ministério da Educação/Direção Geral da Educação. <https://www.dge.mec.pt/perfil-dos-alunos>
- Monteiro, R., Ucha, L., Alvarez, T., Milagre T., Neves, M., Silva, M., Prazeres, V., Diniz, F., Vieira, C., Gonçalves, L., Araújo, L., Santos, S., Macedo, E. (2017) - *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ENEC). <https://www.dge.mec.pt/educacao-para-a-cidadania/documentos-de-referencia>
- Nelson, C., Quallen, E., & Rowangould, G. (2025). Defining rural: Inconsistencies in observed travel behavior across rural and urban classifications in Vermont. *Journal of Transport Geography*, 128, 104357. doi: 10.1016/j.jtrangeo.2025.104357
- OCDE (2001). *Multifunctionality. Towards an analytical framework. Agriculture and food*. ISBN 92-64-18625-5 – No. 51721 2001
- Oliveira, L. C. M. (2025). *Educação Inclusiva: Estratégias e Recursos Pedagógicos nas aulas de História* (Master's thesis, Universidade do Porto)
- Pinto, A. C. (2011). *Pensar os Territórios Rurais: Paisagem, Planeamento e Desenvolvimento em Sever do Vouga* (Master's thesis, Universidade de Coimbra (Portugal)).
- Potter, C. and Burney, J. (2002) Agricultural multifunctionality in the WTO: legitimatenon-trade concern or disguised protectionism? *Journal of Rural Studies*, 18: 35–47. DOI: 10.1016/S0743-0167(01)00031-6

- Projeto Educativo AECM (2025/2029). Disponível em: https://aecastelomaia.pt/wp-content/uploads/PE_25_29.pdf
- Ribeiro, A. T. (2016). O Marco Miliário de Barca, concelho da Maia. Contributo para o estudo da rede viária de época romana. *Revista da Maia-Nova Série nº1*: 9-22 <https://www.cm-maia.pt/pages/1474>. *Revista Da Maia-Nova Série Nº 1*.
- Rosas, C. A. (2014). Espaço rural e geografia: diferentes abordagens na relação campo-cidade. *Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar*, Vol.7, n.1, p.68-80.
- Silva, M. (2017). As terras da Maia na Chancelaria régia (1325-1438). *Omni Tempore. Encontros da Primavera*, 2, p. 93-121.
- Wanderley, M. D. N. B. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos sociedade e agricultura*, p. 87-134.
- Wineman, A., Yélognissè Alia, D., & Anderson, C. L. (2020). Definitions of “rural” and “urban” and understandings of economic transformation: Evidence from Tanzania. *Journal of Rural Studies*, 79, 254–268. doi: 10.1016/j.jrurstud.2020.08.014
- Woods, M. (2010). Performing rurality and practicing rural geography. *Progress in Human Geography*, 34 (6), 835-846. DOI: 10.1177/0309132509357356
- Woods, M. (2011). *Rural*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203844304>

Anexos

Anexo 1

 Ficha de Trabalho 1	
1- Qual das seguintes imagens te faz lembrar Geografia? _____	
Imagem 1 	Imagem 2 
 1.1- Justifica a tua resposta. _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____	
Obrigada pela tua colaboração! 🙏👍	

Anexo 2

Ficha de Trabalho 2

1- Identifica e nomeia cada instrumento/elemento usado nos espaços rurais.



a) _____



b) _____



c) _____



d) _____



e) _____



f) _____



g) _____



h) _____

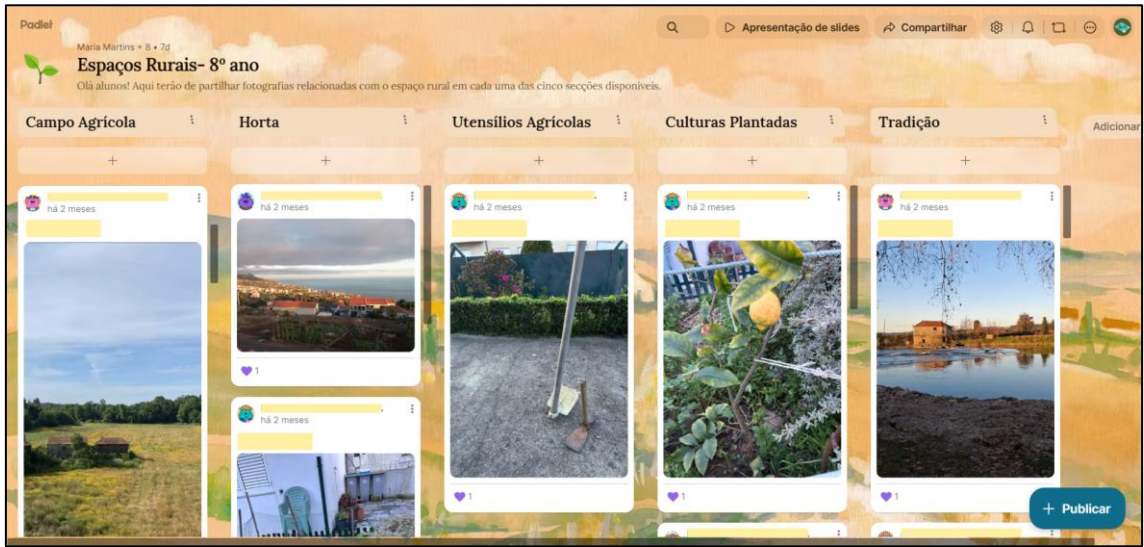


i) _____

Nome: _____

Obrigada pela tua colaboração! 😊👍

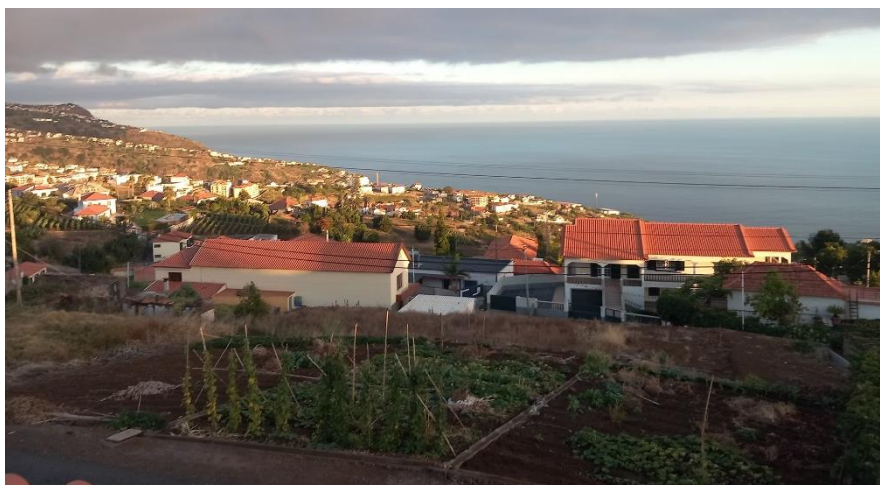
Anexo 3



Anexo 4



Anexo 5



Anexo 6



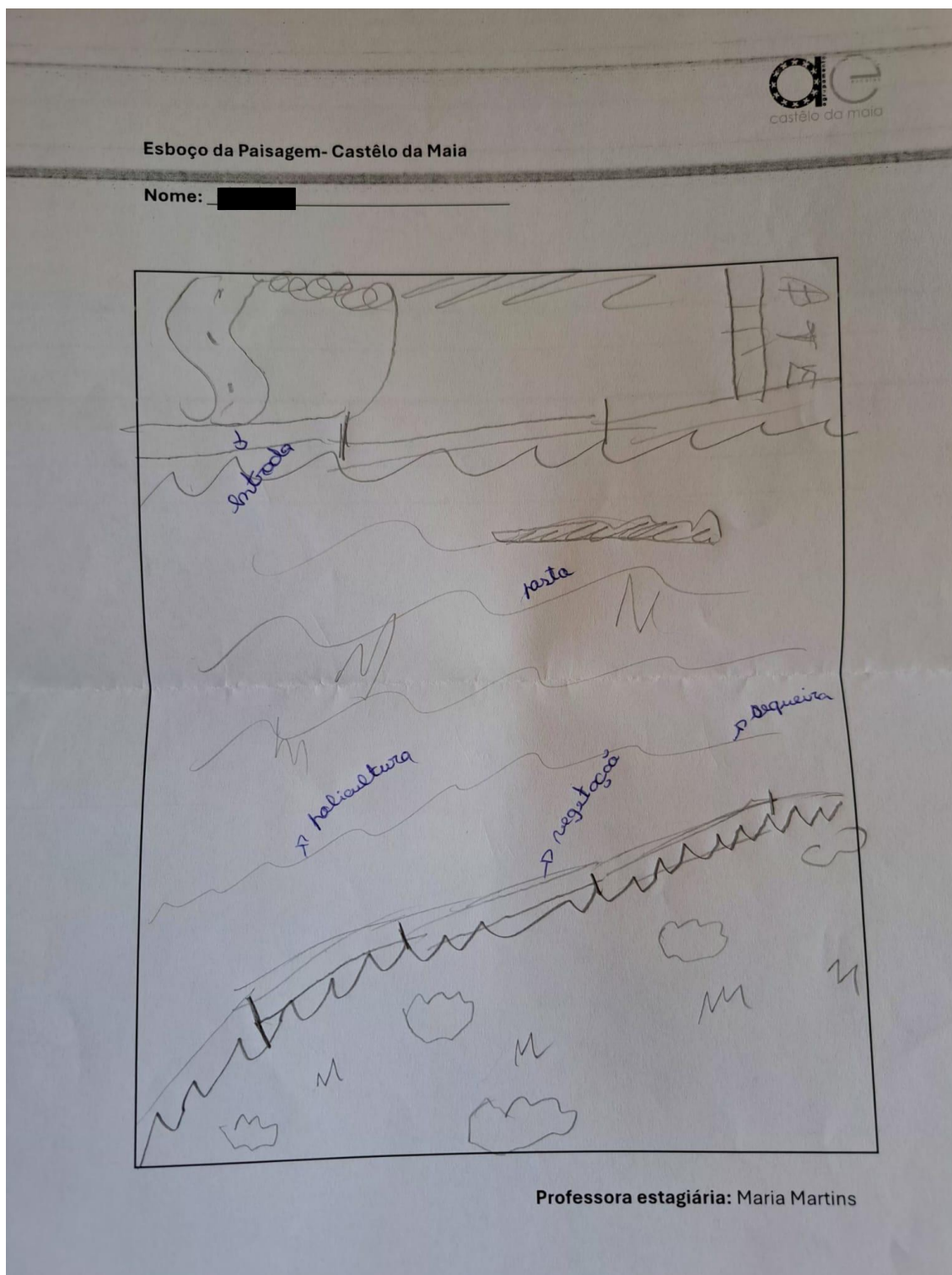
Anexo 7



Anexo 8



Anexo 9



Anexo 10

30/01/26, 09:20

Espaços Rurais e Cultura Local

Espaços Rurais e Cultura Local

Olá aluno! :)

O meu nome é Maria Martins e estou a realizar o meu relatório de estágio no âmbito do **Mestrado em Ensino da Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário**, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Este inquérito tem como objetivo compreender **as perceções dos alunos sobre os espaços rurais e as tradições agrícolas locais**, bem como o modo como estas fazem parte (ou não) da sua experiência e do seu conhecimento do território.

As tuas respostas são muito importantes, pois vão ajudar-me a perceber de que forma os jovens da tua geração se relacionam com o mundo rural e com a cultura local. Não existem respostas certas ou erradas — o que importa é a tua opinião.

O inquérito destina-se apenas a fins académicos.

Agradeço desde já a tua colaboração e sinceridade!

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. Nome *

2. Idade *

Marcar apenas uma oval.

☐ 12

☐ 13

☐ 14

☐ 15

☐ 16

3. Resido no concelho *

4. Resido na freguesia *

5. Resido na rua *

6. Resido numa área predominantemente *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Rural
- ☐ Urbana

7. Já fiquei retido/a num ano escolar? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. Se respondeu sim, em que ano?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1º ano
- ☐ 2º ano
- ☐ 3º ano
- ☐ 4º ano
- ☐ 5º ano
- ☐ 6º ano
- ☐ 7º ano
- ☐ 8º ano

9. Quando conclúes o ensino secundário, o que gostarias de fazer? ★
(universidade/trabalho)

10. Passo mais tempo numa área ★

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Rural
☐ Urbana

11. Desloco-me com frequência às áreas rurais? ★

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

12. Se sim, com que frequência?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Mais do que uma vez por semana
☐ Uma vez por semana
☐ Uma vez por mês
☐ Menos do que uma vez por mês

13. Os meus familiares/conhecidos têm um quintal/horta com alimentos? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

14. Na minha opinião, as aulas de Geografia promovem o conhecimento do espaço rural. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Disc ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo completamente

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Anexo 11

08/06/26, 12:11

Inquérito - Espaços Rurais no Concelho da Maia

Inquérito - Espaços Rurais no Concelho da Maia

Caro(a) Encarregado(a) de Educação e familiares,

O meu nome é Maria Martins, sou professora estagiária da turma do 8ºF, e estou a realizar o meu Relatório de Estágio no âmbito do **Mestrado em Ensino da Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário**, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

Este inquérito tem como objetivo compreender **as percepções e convivências dos familiares dos alunos com os espaços rurais e as tradições agrícolas locais**, bem como o modo como estas fazem parte (ou não) da sua experiência e do seu conhecimento do território.

O inquérito destina-se apenas a fins académicos e as respostas são confidenciais e anónimas.

Tempo estimado de resposta: 8-10 minutos.

Agradeço a sua colaboração!

** Indica uma pergunta obrigatória*

Secção 1 - Identificação do Respondente

Informações gerais sobre o respondente (anónimo).

1. 1. Qual é o seu grau de parentesco com o(a) aluno(a)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Pai
- ☐ Mãe
- ☐ Avô/Avó
- ☐ Tio/Tia
- ☐ Irmão/Irmã
- ☐ Outro

https://docs.google.com/forms/d/1zpkVDbMt_GytPvqceel8ECBOuSV8yLudWQw9xQsJV_w/edit

1/12

2. Qual é a sua faixa etária? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Menos de 30 anos
- ☐ 30 a 39 anos
- ☐ 40 a 49 anos
- ☐ 50 a 59 anos
- ☐ 60 anos ou mais

3. Quais são as suas habilitações literárias? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1.º Ciclo (4.º ano)
- ☐ 2.º Ciclo (6.º ano)
- ☐ 3.º Ciclo (9.º ano)
- ☐ Ensino Secundário (12.º ano)
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado ou Doutoramento

4. Pode indicar a sua profissão? *

5. 4. Em que freguesia do concelho da Maia reside? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Águas Santas
- ☐ Castelo da Maia
- ☐ Cidade da Maia
- ☐ Folgosa
- ☐ Milheirós
- ☐ Moreira
- ☐ Nogueira e Silva Escura
- ☐ Pedrouços
- ☐ São Pedro Fins
- ☐ Vila Nova da Telha
- ☐ Não resido no concelho da Maia

Secção 2 - Conhecimento sobre os Espaços Rurais na Maia

Nesta secção pretendemos avaliar o seu conhecimento sobre as áreas rurais do concelho.

6. 5. Tem conhecimento da existência e distribuição geográfica de espaços rurais (áreas agrícolas, florestais, quintas) no concelho da Maia? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Tenho uma vaga ideia

7. 6. Que tipo de espaços rurais conhece ou já visitou no concelho da Maia? (pode ^{*} seleccionar várias opções)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Campos agrícolas / hortas
- ☐ Áreas florestais / matas
- ☐ Quintas tradicionais
- ☐ Quintas pedagógicas (ex: Quinta da Gruta)
- ☐ Zonas de pastagens / criação de gado
- ☐ Parques e espaços verdes com características rurais
- ☐ Aldeias ou lugares com características rurais
- ☐ Nenhum

8. 7. Em que freguesias considera que ainda existem espaços com características ^{*} rurais? (pode seleccionar várias opções)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Águas Santas
- ☐ Castêlo da Maia
- ☐ Folgosa
- ☐ Milheirós
- ☐ Moreira
- ☐ Nogueira e Silva Escura
- ☐ São Pedro Fins
- ☐ Vila Nova da Telha
- ☐ Não sei indicar

Secção 3 - Evolução e Transformação dos Espaços Rurais

Queremos conhecer a sua opinião sobre as mudanças nos espaços rurais do concelho.

9. 8. Na sua opinião, nos últimos 20 anos, os espaços rurais no concelho da Maia: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Diminuíram muito
- ☐ Diminuíram um pouco
- ☐ Mantiveram-se praticamente iguais
- ☐ Aumentaram
- ☐ Não tenho opinião / Não sei

10. 9. Quais considera serem as principais causas das transformações dos espaços rurais na Maia? (pode seleccionar até 3 opções) *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Crescimento urbano e consequente aumento de áreas residenciais
- ☐ Construção de infraestruturas (estradas, metro, centros comerciais)
- ☐ Abandono da atividade agrícola
- ☐ Envelhecimento da população rural
- ☐ Falta de incentivos para a agricultura
- ☐ Especulação imobiliária
- ☐ Industrialização
- ☐ Desinteresse das gerações mais jovens pela agricultura
- ☐ Não sei / Não tenho opinião

11. 10. Observou pessoalmente a transformação de algum espaço rural em espaço urbano ou industrial na Maia? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, várias vezes
- ☐ Sim, pelo menos uma vez
- ☐ Não
- ☐ Não tenho a certeza

12. 11. Se respondeu "Sim" à questão anterior, descreva brevemente que transformação observou e onde ocorreu.

Secção 4 - Importância dos Espaços Rurais

Gostaríamos de saber a importância que atribui à preservação dos espaços rurais.

13. 12. Numa escala de 1 a 5, que importância atribui à preservação dos espaços rurais no concelho da Maia? *

1 = Nada importante | 5 = Muito importante

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

14. 13. Por que razões considera importante preservar os espaços rurais? (pode seleccionar várias opções) *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Preservação do ambiente e biodiversidade
- ☐ Manutenção da qualidade do ar
- ☐ Produção de alimentos locais
- ☐ Preservação da identidade cultural e tradições
- ☐ Espaços de lazer e contacto com a natureza
- ☐ Adaptação às alterações climáticas
- ☐ Equilíbrio paisagístico do concelho
- ☐ Criação de emprego no setor agrícola
- ☐ Educação ambiental para as novas gerações
- ☐ Não considero importante preservar

15. 14. Alguém na sua família pratica ou já praticou atividades agrícolas no concelho da Maia? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, atualmente
- ☐ Sim, no passado
- ☐ Não, nunca
- ☐ Não sei

16. 15. Se respondeu "Sim" à questão anterior, que tipo de atividade? (pode selecionar várias opções)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Horta para consumo próprio
- ☐ Agricultura comercial
- ☐ Criação de animais
- ☐ Viticultura (vinha)
- ☐ Silvicultura (floresta)
- ☐ Apicultura
- ☐ Outra atividade agrícola
- ☐ Não se aplica

Secção 5 - Produtos Locais e Economia Rural

Questões sobre o consumo de produtos locais e a economia rural.

17. 16. Costuma comprar produtos agrícolas produzidos no concelho da Maia ou na região? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, regularmente
- ☐ Sim, ocasionalmente
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca
- ☐ Não sei se os produtos são locais

18. 17. Onde costuma adquirir produtos locais/regionais? (pode seleccionar várias opções) *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Mercados e feiras locais
- ☐ Diretamente ao produtor
- ☐ Supermercados (secção de produtos regionais)
- ☐ Lojas de produtos regionais
- ☐ Horta própria
- ☐ Não compro produtos locais

19. 18. Conhece algum mercado ou feira de produtos agrícolas/rurais no concelho da Maia? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

20. 18.1. Se respondeu "Sim", indique qual ou quais:

Secção 6 - Turismo Rural, Lazer e Educação

Questões sobre atividades de lazer e turismo em espaços rurais.

21. 19. Com que frequência visita ou frequenta espaços rurais/naturais no concelho da Maia? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Semanalmente
- ☐ Mensalmente
- ☐ Algumas vezes por ano
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

22. 20. Que atividades realiza ou gostaria de realizar nos espaços rurais da Maia? *
(pode seleccionar várias opções)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Caminhadas / trilhos pedestres
- ☐ Passeios de bicicleta
- ☐ Piqueniques
- ☐ Observação da natureza / aves
- ☐ Visita a quintas pedagógicas
- ☐ Atividades agrícolas (apanha de fruta, vindimas, etc.)
- ☐ Fotografia de paisagem
- ☐ Participação em festas e tradições rurais
- ☐ Turismo rural (alojamento)
- ☐ Nenhuma

23. 21. Já visitou a Quinta da Gruta (ou outro espaço similar) no concelho da Maia? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, mais do que uma vez
- ☐ Sim, uma vez
- ☐ Não, mas gostaria de visitar
- ☐ Não, e não tenho interesse
- ☐ Não conheço

24. 22. Numa escala de 1 a 5, que importância atribui ao contacto das crianças e jovens com os espaços rurais para a sua educação? *

1 = Nada importante | 5 = Muito importante

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

25. 23. Se tiver de escolher uma área para fazer férias preferes uma área urbana ou rural? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Urbana
- ☐ Rural

26. 24. Justifique a resposta anterior *

Secção 7 - Futuro dos Espaços Rurais na Maia

Para finalizar, gostaríamos de conhecer a sua visão sobre o futuro.

27. 25. O que considera que deveria ser feito para preservar os espaços rurais na Maia? (pode seleccionar várias opções) *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Criar áreas protegidas / reservas agrícolas
- ☐ Dar incentivos financeiros aos agricultores
- ☐ Promover hortas urbanas e comunitárias
- ☐ Investir no turismo rural
- ☐ Limitar a construção urbana em zonas rurais
- ☐ Promover a educação ambiental nas escolas
- ☐ Valorizar e divulgar os produtos locais
- ☐ Apoiar os jovens agricultores
- ☐ Criar mais quintas pedagógicas
- ☐ Não considero necessário preservar os espaços rurais

28. 26. Numa escala de 1 a 5, qual o seu grau de preocupação com o possível desaparecimento dos espaços rurais no concelho da Maia? *

1 = Nada preocupado(a) | 5 = Muito preocupado(a)

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

29. 27. Considera que o concelho da Maia consegue manter um bom equilíbrio entre espaços urbanos e espaços rurais? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, existe um bom equilíbrio
- ☐ Existe algum equilíbrio, mas poderia ser melhor
- ☐ Não, os espaços rurais estão a desaparecer rapidamente
- ☐ Não tenho opinião

30. 28. Tem algum comentário, sugestão ou memória sobre os espaços rurais na Maia que queira partilhar?

(Resposta opcional - A sua opinião é muito valiosa para o meu trabalho!)

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Apêndices

Apêndice 1

Reconfiguração Territorial e Novas Ruralidades

- **Relações Urbano-Rurais:** Diluição das fronteiras físicas e funcionais entre o campo e a cidade, dando origem a espaços híbridos (periurbanos) e a intensos fluxos pendulares de pessoas e serviços.
- **Multifuncionalidade do Espaço Rural:** O campo já não é apenas sinónimo de agricultura. Coexiste agora com outras funções, como o Turismo em Espaço Rural o desporto de natureza, a fixação de parques industriais, produção de energia renovável.
- **Pluriatividade:** Famílias tradicionalmente rurais e/ou 'rurbanas' que combinam o trabalho agrícola tradicional com rendimentos provenientes dos setores do comércio, serviços ou turismo.

Problemas Demográficos e Sociais

- **Despovoamento e Envelhecimento:** Êxodo rural contínuo em regiões desfavorecidas (como o interior de Portugal), resultando na perda de população e de relevância geopolítica.
- **Acessibilidade e Desigualdade Social:** Dificuldade crónica no acesso a serviços básicos de proximidade, como transportes, cuidados de saúde e acesso desigual à conectividade e às tecnologias digitais.
- **Erosão Social e Pobreza:** Rendimentos médios *per capita* persistentemente inferiores aos das áreas urbanas, agravando o isolamento das populações idosas mais vulneráveis.

Sustentabilidade e Emergência Climática

- **Adaptação às Alterações Climáticas:** Gestão da escassez de água, secas prolongadas e a necessidade urgente de reconversão de culturas agrícolas para espécies mais resilientes.
- **Degradação e Impactes Ambientais:** Fenómenos de erosão, compactação e contaminação do solo causados pelo manejo inadequado ou pela pressão de culturas intensivas. Desflorestação e perda de biodiversidade.
- **Risco de Incêndios e Desertificação:** A perda de práticas agro pastoris tradicionais favorece o abandono das terras e a proliferação de matos, aumentando o risco de grandes incêndios florestais e a degradação dos ecossistemas.

Economia Agrária e Globalização

- **Dualismo Produtivo:** Coexistência e tensão latente entre a agricultura familiar/subsistência (focada na herança cultural e mercados locais) e as culturas de exportação altamente tecnológicas e intensivas.
- **Transição Digital e Tecnológica:** Desafios na extensão rural para transferir e democratizar o acesso à agricultura de precisão, inteligência artificial e biotecnologia entre os pequenos produtores.
- **Soberania e Segurança Alimentar:** Pressão global para aumentar a produtividade face ao crescimento demográfico mundial, contraposta pela exigência europeia de descarbonização e transição para modelos biológicos.